

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE DALL'AGNOL DA SILVA BENVENUTTI

UNIVERSIDADE & COMUNIDADE: PARCERIA E COMPROMISSO NA
FORMAÇÃO DA EQUIPE DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA

CURITIBA

2023

CRISTIANE DALL'AGNOL DA SILVA BENVENUTTI

UNIVERSIDADE & COMUNIDADE: PARCERIA E COMPROMISSO NA
FORMAÇÃO DA EQUIPE DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profª Drª Sonia Maria Chaves Haracemiv

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Benvenuti, Cristiane Dall'Agnol da Silva.

Universidade e comunidade : parceria e compromisso na formação da equipe Pastoral da Pessoa Idosa / Cristiane Dall'Agnol da Silva Benvenuti – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Sonia Maria Chaves Haracemiv

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Idosos – Educação. 3. Idosos – Aspectos sociais. 4. Cuidado pastoral. I. Haracemiv, Sonia Maria Chaves. II. Universidade Federal do Paraná. III. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CRISTIANE DALL' AGNOL DA SILVA BENVENUTTI** intitulada: **UNIVERSIDADE & COMUNIDADE: PARCERIA E COMPROMISSO NA FORMAÇÃO DA EQUIPE DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA**, sob orientação da Profa. Dra. SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 13:16:28.0
SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 10:22:19.0
IVO JOSE BOTH
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 17:00:38.0
ETTIÉNE CORDEIRO GUÉRIOS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 17:48:12.0
LUIS TAVORA FURTADO RIBEIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC)

Assinatura Eletrônica
13/06/2023 13:49:42.0
DULCE DIRCLAIR HUF BAIS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/05/2023 18:05:13.0
MILTON CARLOS MARIOTTI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico ao meu esposo Felipe Augusto que jamais mediu esforços, palavras e ações de incentivo à continuar a escrita e a pesquisa dessa tese.

Ao meu filho Pedro Paulo que amadureceu e compreendeu sobre ausência, paciência, e por vezes, 'sobrevivência', enquanto eu aprofundava os estudos sobre o tema.

Aos meus colegas professores da Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional Uninter. Que em todos os momentos, sem distinção, foram e são inspirações para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às mulheres guerreiras e sábias da Igreja São Pedro e São Paulo que com amor, fé e coragem de forma voluntária estendem a mão aos que necessitam, incluindo as pessoas idosas da comunidade.

Aos meus pais e meus avós que sempre estiveram muito perto de mim durante todo o processo de estudo, leituras, reflexões e escritas dessa tese. Uns de forma espiritual, meu pai, e outros, de forma presencial, como a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Como diz Leoni em uma de suas canções: *“Porque a gratidão é a memória do coração”*. Assim, os meus agradecimentos se estendem a cada um que de forma direta ou indireta contribuíram com a elaboração dessa pesquisa.

À professora e orientadora Dra. Sônia Maria Chaves Haracemiv que com seus conhecimentos bravamente contribuiu para o desafio da escrita dessa tese.

À minha família (Felipe Augusto e Pedro Paulo) que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, com suas escutas amigas e carinhosas.

À minha amiga Elizandra Jackiw uma mulher fantástica de imensa fortaleza e iluminação divina, e que de forma amorosa, e sempre com os “pés no chão”, participou das etapas de aprendizagens e formação ao longo do doutorado. Juntas trilhamos “caminhos nunca antes caminhados” e neles compartilhamos risos, lágrimas, e uma riqueza de conhecimentos que nos fizeram melhores a cada dia.

Aos amigos e amigas que compreenderam as minhas ausências e, mesmo assim, estiveram perto para me acalmar e ajudar a prosseguir. Obrigada por todas as palavras e até ‘puxões de orelhas’. Valeu a pena!

À todos da Universidade Federal do Paraná da Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, por proporcionarem, a mim, esta conquista que se estende para além de uma formação profissional e acadêmica, pois é uma conquista que modifica totalmente a maneira que vemos a relação da nossa formação com o mundo, a cidade, a comunidade, o grupo de pessoas em que estamos inseridos.

Agradeço especialmente a Deus e Nossa Senhora, estes Seres transcendentais e que me iluminaram e me fortaleceram em todos os instantes e segundos desse tempo do doutorado, me trazendo clareza, discernimento, fortaleza, proteção, sabedoria e sentido à vida.

RESUMO

A presente investigação desenvolvida tem como objetivo avaliar as ações extensionistas em parceria Universidade e Comunidade na formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa em espaço religioso. Para tanto, buscou-se fundamentos teóricos de autores da área educacional que estudam os avanços e as nuances que permeiam os processos de uma formação educativa para além dos muros da universidade, e perpassam aspectos da extensão universitária, em diferentes contextos educativos, tais como: Cachioni (2003, 2006, 2012), Freire (1977, 1981, 1983, 1989, 1996, 1997), Oliveira (1999, 2007, 2009, 2011) e Vygotsky (1998). A pesquisa tem por base a metodologia de natureza qualitativa, com abordagem documental e exploratória-descritiva caracterizada por pesquisa-ação de Creswell (2007), Flick (2009, p. 95), Richardson *et al.* (1999), Thiollent (1997), com vista a analisar e historiar as bases legais do que já tem sido realizado pela extensão universitária e a leitura de mundo a partir de uma comunidade de pesquisa, a Pastoral da Pessoa Idosa, situada numa igreja do município de Curitiba-Pr. O percurso metodológico incluiu leitura, aprofundamento e entendimento legal da extensão universitária da UFPR. É importante colocar que não foi possível desenvolver a pesquisa empírica em 2020-2021 com os idosos, em virtude do período pandêmico. Dessa forma, após a liberação do Parecer do Comitê, em dezembro 2022, iniciou-se o levantamento de dados, porém autorizado o trabalho somente com Agentes da Pastoral do Idoso, com pessoas com idade de 20 a 50 anos. A primeira etapa da pesquisa empírica foi aplicação de questionário, entrevista semiestruturada e oficinas temáticas. As análises foram pautadas nos estudos de Aguiar e Ozella (2013). Este cenário metodológico possibilitou diagnosticar as demandas de formação educativa das pessoas que atuam na comunidade com ações na Pastoral da Pessoa Idosa e o desenvolvimento de ações de formação educativa para os que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa, com vista à aprendizagem e ao desenvolvimento humano. A análise que emergiu pelo desenvolvimento das práticas estabelecidas durante as oficinas, contribuíram para despertar nos participantes a possibilidade de um projeto de formação educativa pela universidade para pessoas que atuam com idosos em espaços religiosos. Essa pesquisa revelou que o desenvolvimento de projetos em diferentes espaços, como os religiosos, intensificam e cumprem a função educativa na parceria Universidade e Comunidade com vista ampliar o diálogo no espaço religioso e na comunidade de pessoas que atuam com idosos, em com propostas de atuação com os próprios idosos que estão inseridos nesses espaços.

Palavras-chave: Educação do Idoso. Educação emancipatória. Formação Educativa do Agente da Pastoral. Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The present research developed aims to evaluate the extensionist actions in partnership with the University and the Community in the training of people who work in Pastoral Care for the Elderly in a religious space. To this end, theoretical foundations were sought from authors in the educational area who study the advances and nuances that permeate the processes of educational training beyond the walls of the university, and permeate aspects of university extension, in different educational contexts, such as: Cachioni (2003, 2006, 2012), Freire (1977, 1981, 1983, 1989, 1996, 1997), Oliveira (1999, 2007, 2009, 2011) and Vygotsky (1998). The research is based on a qualitative methodology, with a documental and exploratory-descriptive approach characterized by action research by Creswell (2007), Flick (2009, p. 95), Richardson et al. (1999), Thiollent (1997), with a view to analyzing and historicizing the legal bases of what has already been done by university extension and the reading of the world from a research community, the Pastoral Care for the Elderly, located in a church in the municipality of Curitiba-PR. The methodological course included reading, deepening and legal understanding of UFPR's university extension. It is important to point out that it was not possible to develop empirical research in 2020-2021 with the elderly, due to the pandemic period. Thus, after the release of the Committee's Opinion, in December 2022, data collection began, but work was authorized only with Elderly Pastoral Agents, with people aged 20 to 50 years. The first stage of the empirical research was questionnaire application, semi-structured interview and thematic workshops. The analyzes were based on studies by Aguiar and Ozella (2013). This methodological scenario made it possible to diagnose the educational training demands of people who work in the community with actions in the Pastoral da Pessoa Idosa and the development of educational training actions for those who work in the Pastoral da Pessoa Idosa, with a view to learning and human development. The analysis that emerged from the development of practices established during the workshops, contributed to awakening in the participants the possibility of an educational training project by the university for people who work with the elderly in religious spaces. This research revealed that the development of projects in different spaces, such as religious spaces, intensifies and fulfills the educational function in the University and Community partnership, with a view to expanding dialogue in the religious space and in the community of people who work with the elderly, with proposals for action. with the elderly themselves who are inserted in these spaces.

Key-Words: Elderly Education. Emancipatory education. Educational Training of the Pastoral Agent. Human development.

RESUMEN

La presente investigación desarrollada tiene como objetivo evaluar las acciones extensionistas en alianza con la Universidad y la Comunidad en la formación de personas que actúan en la Pastoral da Pessoa Idosa en un espacio religioso. Para ello, se buscaron fundamentos teóricos de autores del área educativa que estudien los avances y matices que permean los procesos de formación docente más allá de los muros de la universidad, y permean aspectos de la extensión universitaria, en diferentes contextos educativos, tales como: Cachioni (2003, 2006, 2012), Freire (1977, 1981, 1983, 1989, 1996, 1997), Oliveira (1999, 2007, 2009, 2011) y Vygotsky (1998). La investigación se basa en una metodología cualitativa, con un enfoque documental y exploratorio-descriptivo caracterizado por la investigación-acción de Creswell (2007), Flick (2009, p. 95), Richardson et al. (1999), Thiollent (1997), con miras a analizar e historizar los fundamentos jurídicos de lo ya hecho por la extensión universitaria y la lectura del mundo desde una comunidad de investigación, la Pastoral da Pessoa Idosa, ubicada en una iglesia en el municipio de Curitiba-PR. La ruta metodológica incluyó lectura, profundización y comprensión jurídica de la extensión universitaria de la UFPR. Es importante señalar que no fue posible desarrollar investigación empírica en 2020-2021 con adultos mayores, debido al período de pandemia. Así, tras la difusión del Dictamen del Comité, en diciembre de 2022, se inició la recolección de datos, pero se autorizó el trabajo sólo con Agentes de Pastoral de la Tercera Edad, con personas de 20 a 50 años. La primera etapa de la investigación empírica fue levantamiento de datos e identidad de los participantes de la investigación mediante la aplicación de un cuestionario socioeducativo, entrevista semiestructurada y talleres temáticos seguidos de análisis a partir de los estudios de Aguiar y Ozella (2013). educativa en alianza Universidad y Comunidad para, así, ampliar el diálogo en el espacio religioso y en la comunidad de personas que trabajan con los ancianos y, también, con los propios ancianos que se insertan en estos espacios. Este escenario metodológico permitió diagnosticar las demandas de formación educativa de las personas que actúan en la comunidad con acciones en la Pastoral da Pessoa Idosa y el desarrollo de acciones de formación educativa para quienes actúan en la Pastoral da Pessoa Idosa, con miras al aprendizaje y desarrollo humano. El análisis que surgió del desarrollo de las prácticas establecidas durante los talleres, contribuyó a despertar en los participantes la posibilidad de un proyecto de formación educativa por parte de la universidad para las personas que trabajan con ancianos en espacios religiosos. Esta investigación reveló que el desarrollo de proyectos en diferentes espacios, como los espacios religiosos, intensifica y cumple la función educativa en la convivencia Universidad-Comunidad, con miras a ampliar el diálogo en el espacio religioso y en la comunidad de personas que trabajan con el ancianos, con propuestas de acción con los ancianos que se insertan en estos espacios.

Palabras-clave: Educación de Mayores. Educación emancipadora. Formación Educativa del Agente de Pastoral. Desarrollo humano.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES.....	45
FIGURA 2 – CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES EXTENSIONISTAS.....	73
FIGURA 3 – PILARES DA EDUCAÇÃO.....	114
FIGURA 4 – PALAVRAS REPRESENTATIVAS NOS DOCUMENTOS.....	116
FIGURA 5 – PARÓQUIA SÃO PEDRO E SÃO PAULO.....	126
FIGURA 6 – PIRÂMIDE ETÁRIA DE IDOSOS RESIDENTES NO BAIRRO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	127
FIGURA 7 - HERANÇA CULTURAL.....	166
FIGURA 8 - QUEM É A PESSOA IDOSA NA SOCIEDADE DE HOJE?.....	171
FIGURA 9 - PONTES DE CONHECIMENTOS.....	173

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRODUÇÕES NA BDTD.....	46
QUADRO 2 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRODUÇÕES DO PORTAL CAPES.....	47
QUADRO 3 – TEMAS, CONCEITOS E TEÓRICOS.....	50
QUADRO 4 – ESTUDO DOS TEÓRICOS REFERENCIADOS NAS PRODUÇÕES.....	51
QUADRO 5 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATÉ 1980.....	77
QUADRO 6 – PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFPR.....	95
QUADRO 7 – LEGISLAÇÃO PARA A PESSOA IDOSA.....	108
QUADRO 8 – OBJETIVOS, ICD E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	129
QUADRO 9 – FORPROEX (1986-1999) E A FORMAÇÃO EDUCATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	141
QUADRO 10 – FORPROEX (2000-2022) E A FORMAÇÃO EDUCATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	144
QUADRO 11 – ANÁLISE DO CAMPO INVESTIGATIVO: VIVÊNCIAS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA COMUNIDADE.....	154
QUADRO 12 – A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA PESSOAS ADULTAS.....	156
QUADRO 13 – ANÁLISE DO CAMPO INVESTIGATIVO: DIREITOS DOS IDOSOS.....	158
QUADRO 14 – ANÁLISE DO 1º MOMENTO DA ENTREVISTAS: AS HISTÓRIAS DE VIDA DAS AGENTES DA PPI.....	160
QUADRO 15 – ANÁLISE DO 2º MOMENTO DAS ENTREVISTAS: MEMÓRIAS, SAUDADES E VIVÊNCIAS RM FAMÍLIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	162
QUADRO 16 - MEMÓRIA DAS AGENTES DA PPI NOS ATENDIMENTOS AOS IDOSOS DA COMUNIDADE.....	163
QUADRO 17 – ANÁLISE DA OFICINA 1: HERANÇA CULTURAL.....	167
QUADRO 18 – ANÁLISE DA OFICINA 2: FOTOGRAFIA.....	168
QUADRO 19 – ANÁLISE OFICINA 3: DIREITO/DEVERES DA PESSOA IDOSA...	169
QUADRO 20 – A MÚSICA QUE MARCOU A SUA VIDA, PAIS OU AVÓS.....	170
QUADRO 21 – ANÁLISE DA OFICINA 4: MÚSICA.....	170
QUADRO 22 – ANÁLISE DA OFICINA 5: O IDOSO NO TEMPO E ESPAÇO DA COMUNIDADE.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Conselho Estadual de Educação
CEP	Conselho de Ensino e Pesquisa
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
COEX	Coordenadoria de Extensão
CONFITEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
COPLAD	Conselho de Planejamento e Administração
COUN	Conselho Universitário
CRUTACs	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
DCNEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPJAI	Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas
FDE	Fórum de Dirigentes do Ensino
FOREXT	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superiores Públicas Brasileiras
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICDs	Instrumentos de Coleta de Dados
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MINTER	Ministério do Interior
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNI	Plano Nacional do Idoso
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Pastoral da Pessoa Idosa
PRAC	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissional
PROS	Pró-Reitoria de Órgão Suplementares
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSIELPE	Projeto Social Intercultural de Ensino da Língua Portuguesa para Estrangeiro
RENEX	Rede Nacional de Extensão

RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SESC	Serviço Social do Comércio
SIEX	Sistema Nacional de Informações de Extensão
SIGEU	Sistema Integrado de Gestão da Extensão Universitária
UATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UMA	Universidade da Maturidade
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-americana
UNILAB	Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira
UnTI	Universidade da Terceira Idade
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
RESUMEN.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 JUSTIFICATIVA.....	24
1.1.1 Na perspectiva pessoal.....	24
1.1.2 Na perspectiva social.....	31
1.1.3 Na perspectiva acadêmica.....	36
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	39
1.2.1 Definição.....	39
1.2.2 Delimitação do problema.....	40
1.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	40
1.4 OBJETIVOS.....	41
1.4.1 Objetivo geral.....	41
1.4.2 Objetivos específicos.....	41
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	42
2.1 A BUSCA DO CONHECIMENTO.....	42
2.1.1 Identificação das produções selecionadas.....	46
2.2 LEITURA INTEGRATIVA DAS PRODUÇÕES.....	51
2.2.1 A Velhice como elemento de entendimento do ser idoso(a).....	53
2.2.2 O envelhecer com qualidade de vida.....	56
2.2.3 Educação de pessoas idosas e educação permanente.....	58
2.2.4 Educação Popular.....	62
2.2.5 A formação de pessoas que atuam na PPI, as práticas extensionistas e o papel da Universidade.....	63
2.2.6 Resultados e Identificação de questões de investigação não tratadas.....	66
2.3 HISTORIANDO A EXTENSÃO NO BRASIL E NA UFPR.....	68
2.3.1 O conceito das ações extensionistas pela Universidade no Brasil.....	72
2.3.2 As fases do desenvolvimento das ações extensionistas no Brasil.....	74
2.3.3 A Política Nacional de Extensão: conceito, diretrizes e ações.....	81
2.3.4 Os aspectos legais das ações extensionistas universitárias na UFPR.....	83
2.4 UNIVERSIDADE & COMUNIDADE: EDUCAÇÃO POPULAR E PERMANENTE AO LONGO DA VIDA.....	97
2.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: O IDOSO EM FOCO.....	104
2.5.1 A legalidade do direito à educação para a pessoa idosa.....	106
2.5.2 A Universidade e o direito à educação de pessoas idosas.....	113
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	117
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	118
3.2 LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	124
3.2.1 Participantes da Pesquisa.....	127
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	129
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	132
4 ANALISANDO A FORMAÇÃO EDUCATIVA DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA.....	137
4.1 MEMÓRIA, REGISTROS E LEGALIDADE.....	138
4.2 PERFIL DAS PARTICIPANTES DA PASTORAL DA PESSOA.....	151

4.2.1 Identificação.....	152
4.2.2 Vivências nos espaços educativos na Comunidade.....	152
4.2.3 A pessoa idosa e seus direitos:o que é preciso saber para exercê-los.....	155
4.3 MEMÓRIAS E SABERES DAS AGENTES DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA.....	159
4.4 AÇÕES EXTENSIONISTAS: EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA COMUNIDADE.....	165
4.4.1 Relato da Oficina 1: Varal - Herança Cultural.....	165
4.4.2 Relato da Oficina 2: Fotografia.....	167
4.4.3 Relato da Oficina 3: Dos Direitos da Pessoa Idosa.....	168
4.4.4 Relato da Oficina 4: Música.....	170
4.4.5 Relato da Oficina 5: Jogo.....	175
5 CONSIDERAÇÕES.....	177
REFERÊNCIAS.....	183
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	194
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO.....	197
APÊNDICE 3 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURA.....	201
APÊNDICE 4 – OFICINAS TEMÁTICAS.....	202

1 INTRODUÇÃO

As pessoas idosas não são somente muito mais numerosas que antigamente, elas se integram também mais espontaneamente à sociedade. Esta se vê obrigada a decidir a respeito de seu estatuto e esta decisão só pode ser tomada em nível governamental. A velhice se tornou objeto de uma política. (BEAUVOIR, 1976, p. 249).

No contexto da existência humana até os dias atuais, a educação se configura como um mecanismo relevante para o movimento do processo de conscientização das pessoas, para torná-las conhecedoras de seus direitos e deveres, impulsionando-as para participações sociais, culturais e educacionais. A educação que pode acontecer em diferentes espaços, formais, não formais e informais, deve ser constituída pela instituição educacional que exerce suas funções em conformidade com as especificidades do segmento e modalidade de educação que oferta.

Com base em estudos, leituras e vivências realizadas no percurso da formação pessoal, profissional e docente da pesquisadora, a educação sempre configurou as reflexões do ser professora sendo consolidada de forma permanente, constante e ininterrupta, mesmo com as mudanças econômicas, sociais e políticas.

Os caminhos trilhados na educação e enunciados por diferentes contextos de educação e aprendizagem, por vezes, fragmentados e tradicionais, possibilitaram adquirir conhecimentos advindos das relações com as pessoas e foram sendo compreendidos, apreendidos em meio de ações, estas que estabeleceram novos entendimentos sobre a identidade do eu, dos outros e do lugar que ocupo no mundo.

Entretanto, nos dias atuais, do espaço institucional educacional que conjuga relações vividas, histórias de vida, essências, origem e sua identidade para a sociedade, aflora a necessidade premente de uma educação ao longo da vida por intermédio da Universidade, além de seus muros.

Mas, porque uma educação ao longo da vida? E, para quem ela se destina?

O tema da tese anuncia a população de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), espaço esse que necessita de um olhar mais profundo e uma escuta mais atenta da Universidade, pois por meio da PPI, atuante na comunidade, há educação constante sendo desenvolvida com a população idosa que é crescente no Brasil e no mundo.

Por volta de 2012 a população idosa, com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões, mas durante 5 anos 4,8 milhões de novos idosos, passaram a compor aquele total que corresponde a um crescimento de 18% desse grupo etário que, hoje, é muito representativo no Brasil. Segundo Paradella (2018), o número de mulheres idosas, é de aproximadamente 16,9 milhões (56%) em relação aos 13,3 milhões de homens idosos, estes que equivalem a 44%. Estes dados, aos olhos de muitos, parecem pouco, mas merece a atenção de todos, principalmente, de órgãos públicos e escola, pois há um crescente exponencial desta população mundialmente.

Para o Brasil, pode-se atribuir uma maior preocupação por apresentar um avanço significativo de idosos segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o qual afirma que, quase 1/5 da população brasileira é composta por pessoas com idade de 60 anos ou mais. O estudo foi realizado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) e constatou que dos 210 milhões de habitantes do Brasil, 37,7 milhões de brasileiros correspondem a esta faixa etária.

Desta forma, pode-se constatar que é crescente o envelhecimento da população o que exige adequação em todas as áreas, não somente educacionais, mas de serviços como estabelecimentos, espaços privados e públicos para o atendimentos para está população.

O cenário descrito anuncia a pesquisa em defesa de uma formação educativa para as pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), educação essa que se coloca como continua, a partir do entendimento de que somos seres inacabados, incompletos, inconclusos, inseridos num processo de formação que perdura no decorrer de nossa existência, em que o homem não para de educar-se, pois sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática. Freire (2005, p. 40).

A formação educativa prática do ponto de partida do processo educativo, institui o conhecimento de mundo que vai sendo constituído, por meio de vivências, mobilização, organização, importância e transformação do saber que cada pessoa traz consigo e compartilha com o(s) outro(as) modifica a realidade. Freire e Nogueira (2005, p. 19).

Nos estudos de Gadotti (1981, p. 57) ele ressalta que, a educação formativa das pessoas parte do entendimento de uma educação permanente que nasce o conceito de educação ao longo da vida, essa conhecida pela primeira vez na

Inglaterra no ano de 1919, denominada de *Lifelong Education, Education for Life*, pois estava associada à formação profissional/vocacional de trabalhadores ingleses.

Na França nos anos 50 e 60, a expressão *Lifelong Education* foi traduzida para *Éducation permanente* e descrita na literatura pedagógica. Em 1972 no Relatório Edgar Faure, da Unesco, a expressão ganha destaque com o primeiro conceito de Aprender a ser, pedra ângular que impulsionou discussões sobre cidade educadora e futuras políticas educativas. Gadotti (1981) considera a educação permanente como a matriz fundadora da educação ao longo da vida e, ao se referir sobre uma ou outra educação, o autor ressalta, elas estão interligadas e se complementam sem qualquer ausência ou perda de significado.

A educação ao longo da vida, tal como foi proposta, se torna mais evidente no Relatório Jacques Delors de 1996, publicado no Brasil em 2010 (UNESCO, 2010a). Este Relatório não segue, propriamente, a matriz original do Relatório Edgar Faure (1972), e apresenta os Quatro Pilares da Educação que são: Aprender a aprender; Aprender a conviver; Aprender a fazer e Aprender ser. No Relatório de Edgar Faure, a educação estava voltada para a participação e a cidadania, mas aos poucos perdeu-se o ideário e a referência para as exigências de mercado.

Apesar dos relatórios inferirem significativo destaque para a educação, com a crescente ênfase na teoria do capital humano, o ensino e a aprendizagem não são considerados relevantes dentro do processo de formação humana e, com isso, a educação se torna um serviço, não mais um direito, o que caracteriza um momento de fragmentação para o contexto de formação humana, pois é substituída a visão humanista inicial, construída nas políticas sociais e educativas, por uma visão instrumental e mercantilista.

Na Declaração de Hamburgo (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1999), mesmo com esforços e avanços reconhecidos no campo do conceito de Educação de Jovens e Adultos, particularmente, sobre uma educação para a alfabetização, manteve-se a visão instrumental do conceito de educação ao longo da vida, bem como, a visão da “neutralidade” do conceito de educação permanente, essa que não surgiu por acaso, nem por obra voluntarista de educadores, mas como resposta necessária a certos problemas oriundos das sociedades capitalistas avançadas, por isso, foi preciso resgatar o caráter permanente da educação como que o fazer estritamente humano (FREIRE, 1981, p. 73).

Por isso, uma das preocupações de Paulo Freire era com a forma que estudiosos e pesquisadores pensavam e conceituavam a educação como permanente, pois o discurso se colocava a partir de uma “pedagogia do colonizador”, mas que poderia empregar a invasão cultural e a infiltração da ideologia de sobreposição já existente e estabelecida pela sociedade (FREIRE, 1981, p. 15-19).

O conceito de educação ao longo da vida, não pode ser considerado “neutro”, é preciso, segundo Freire (1981), compreender do que se constitui uma educação e uma aprendizagem ao longo da vida, que ambas não estão fixas ao processo educação e formação humana para a crianças e jovem, mas se estende para todas as pessoas porque são contínuas e permanentes.

Para Gadotti (1981, p. 43), em concordância com as ideias de Paulo Freire, o conceito de uma aprendizagem ao longo da vida tem caminhado contrário ao que se esperava, pois estão vinculados às estruturas de políticas para a educação que, por vezes, condicionam currículos, avaliações e o próprio reducionismo estruturante de um sistema rígido educacional sobre o sentido de educação no país.

Por isso, a educação formativa e ao longo da vida entendida como direito de todas as pessoas, adentra a Universidade a partir de seu papel junto à comunidade consolidando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão por meio de práticas e reflexões que evocam a presença da educação ao longo da vida como formativa para pessoas que atuam em diferentes esferas da sociedade, na perspectiva de emancipação e atuação da população no seu contexto social da comunidade pelas ações extensionistas.

Neste íterim, a educação assume, cada vez mais, o papel de transformadora e formativa na sociedade e, por meio dela, busca-se a reformulação dos ideais científicos, culturais, políticos e sociais. A educação que ocorre ao longo da vida pelos estudos de Oliveira (1999), não representa apenas uma evolução do pensamento pedagógico, mas faz referência às necessidades sociais de um mundo globalizado com um fluxo de informações e mudanças rápidas e contínuas.

No entanto, qual motivo legal de estende uma educação formativa para pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa?

Com a Constituição Federal de 1988 tem-se o início, um pouco tímido, sobre os direitos da pessoa idosa que, paulatinamente, foram ampliados a partir da promulgação de leis como a Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994 da Política Nacional do Idoso (PNI) e a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 do Estatuto da Pessoa Idosa, ambas gerando repercussões em termos de aspectos legais e políticos. Como

o primeiro mecanismo legal de garantia dos direitos da pessoa idosa, a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 230 discorre que, a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando-lhe participação na comunidade, dignidade e bem-estar garantindo-lhe o direito à vida (BRASIL, 1988).

Com vistas a um caráter permanente, a educação se coloca como prática que possibilita sua inserção e construção no sentido integral do ser humano nas relações estabelecidas com a família, a comunidade e a sociedade, pois a educação é,

[...] um processo contínuo, não isolado do contexto que se coloca, mas cultural, existencial e social (...) não proporciona uma formação única, uniforme para todos os envolvidos, pois a educação considera o contexto sócio, econômico e político, de um dado tempo histórico, pois decorre ao longo da vida. (PINTO, 1994, p. 29).

Uma educação que envolve pessoa idosa deve permitir a sua formação integral, a continuidade do que está inacabado, independentemente de fatores como faixa etária, raça, credo, econômico, social e/ou político.

Em tempos distantes, a população idosa, foi constituída a partir de aspectos positivos como pessoas sábias e dotadas de conhecimentos e saberes advindos da experiência de vida. Contudo, ao longo do tempo, a pessoa idosa está à margem da sociedade, esta que lhe atribuiu características como de pessoa alienada, sem perspectivas na vida, parcela da população que despense gastos públicos e não contribui com a sociedade.

Desta maneira, a Universidade ao refletir a educação para a pessoa idosa, torna necessária no campo educacional, ações extensionistas para as pessoas que atuam com esta população, entendida enquanto prática social e formativa que possibilita aprendizagem, sentido e significados sobre as atividades que as pessoas da PPI realizam durante as visitas aos idosos da comunidade.

De acordo com Pinto (1994), a educação não é uma conquista de cada indivíduo, ela é uma função da sociedade e, está diretamente ligada ao grau de desenvolvimento que a sociedade apresenta, deve ser discutida pelo contexto de uma educação permanente, embora presente em diferentes graus e contextos. Para Zaias (2012), a educação está pautada na aprendizagem que, durante o percurso da vida, forma o indivíduo, está vinculada às diversas situações do cotidiano da pessoa para o desenvolvimento de suas ações.

Neste contexto, destaca-se a criação de uma educação formativa e inclusiva entendida, pelos estudos de Freire (1996, p. 13), como um meio por excelência de

difusão dos valores de justiça, equidade social, solidariedade, respeito e participação democrática. Esta educação ocorre pela prática inclusiva para a luta direta contra a exclusão social, envolvendo os grupos minoritários e suas inúmeras situações como a população idosa.

Sendo assim, educação formativa para pessoas que atuam com idosos é relevante, emerge para a conscientização e ação das pessoas nos espaços que atuam para a problematização dos direitos sociais e processos de inclusão direcionados à mudança cultural e social consciente. Uma educação formativa que deve objetivar conhecimento e entendimento sobre as políticas públicas e a inserção do envelhecimento na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, a educação formativa deverá permear aspectos e objetivos que estão descritos nas ações extensionista das Universidades, articulando-se continuamente com a sociedade e a difusão de conhecimentos. As ações extensionistas podem ocorrer em diferentes espaços para ampliar uma educação que para Gohn (2006) evidencia o contexto de vida da pessoa, a sua narrativa histórica e os diversos aprendizados ocorridos no decorrer da sua jornada.

Portanto, a partir deste panorama, De que forma ações extencionistas, voltadas à formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa, cumprem a função educativa? fica evidente como problema da presente pesquisa. Como objetivo geral do estudo, Avaliar as ações extensionistas em parceria Universidade e Comunidade na formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa em espaço religioso. E, para nortear o desenvolvimento do processo investigativo os objetivos específicos que são:

- Analisar documentos institucionais da UFPR e da comunidade quanto às ações extensionistas voltadas à formação de pessoas que atuam com os Idosos;
- Caracterizar o perfil das integrantes da Pastoral da Pessoa idosa, participantes da pesquisa;
- Diagnosticar as demandas de formação educativa das pessoas que atuam na comunidade com ações na Pastoral da Pessoa Idosa;
- Desenvolver ações extensionistas de formação educativa aos que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa com vista à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.

A pesquisa é de cunho qualitativo, de caráter exploratório-descritivo, documental e do tipo pesquisa-ação com vistas a obter um conhecimento teórico e prático mais consistente sobre a temática estudada, sustentada pelos autores

Creswell (2007), Flick (2009, p. 95), Richardson *et al.* (1999), Thiollent (1997), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). A partir da aprovação do Comitê de Ética Parecer Consubstanciado número 5.820.772 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número: 52295821.3.0000.0102, o contexto e espaço-tempo dessa tese centram-se na investigação de uma educação formativa para pessoas que atuam com idosos na Igreja São Pedro e São Paulo de Curitiba.

Com base na perspectiva histórica-sócio-cultural, a pesquisa passa a considerar as relações entre as pessoas, suas interações e enunciações realizadas num contexto real de interlocuções entendendo que, o homem é constituído numa relação dialética com o social e a história, pois todo organismo é ativo e estabelece contínuas interações com as condições sociais ao mesmo tempo em que, o indivíduo é único, singular. (VYGOTSKY, 1998, p. 21).

A presente tese encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são descritas dimensões, percursos e construções que nortearam o objeto de pesquisa, bem como as dimensões profissional, social e acadêmica que justificam a pesquisadora e o tema. Neste mesmo capítulo são apresentados a delimitação do problema de pesquisa e seus objetivos.

O segundo capítulo traz a revisão de literatura, na qual foi disposto um mapeamento de produções acadêmicas sobre os caminhos para uma formação educativa de pessoas que atuam com idosos e o papel da Universidade junto a Comunidade, voltado para uma educação ao longo da vida. Vale destacar que, a educação ao longo da vida não se dá por mera acumulação de conhecimentos, mas constitui-se como uma conquista tecida por muitas mãos, Freire (1996, p. 23).

O terceiro capítulo trata do percurso metodológico que caracteriza a pesquisa, identifica os participantes e um breve histórico do lócus, seguido dos instrumentos de coleta de dados, bem como a divisão da análise da pesquisa.

Por fim, o quarto capítulo, Analisando a formação educativa da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) evidencia a relevância do papel da Universidade pelas ações práticas junto à comunidade; o perfil das pessoas que atuam com idosos na Igreja São Pedro e São Paulo de Curitiba, por meio de um questionário e uma entrevista semiestruturada. Em seguida, uma oficina temática para evidenciar a relevância da Universidade nesse espaço para o desenvolvimento de uma formação educativa aos que atuam com idosos pela Pastoral da Pessoa Idosa.

Com a investigação e análise dos dados, evidenciou-se a necessidade de formação educativa em diferentes contextos, tendo a Universidade atuante dentro do espaço, diretamente, na comunidade no sentido de atender as especificidades advindas daquela população. Assim, o questionário, a entrevista e as oficinas temáticas configuraram-se como dispositivos essenciais para os diálogos, as proposições e as reflexões acerca da temática, bem como, o papel da formação educativa para pessoas que atuam com pessoas idosas em diferentes contextos.

Desta forma, sem intenção de findar entendimentos e diálogos apresentados sobre a temática, o capítulo cinco das considerações finais destaca que, o desenvolvimento da pesquisa é uma base transformadora para a educação formativa e ao longo da vida, pois constituem e formam essência e existência humana, ocorrem na relação interativa e dialógica com o outro e no coletivo, entendendo a si e o outro como produtores de novas realidades sociais.

O aprofundamento e conhecimento advindos da pesquisa, permitiram a reconfiguração sobre a formação educativa e o papel da Universidade junto as pessoas que atuam com idosos, em distintos seguimentos da sociedade, como a igreja, espaço regado por experiências advindas de diferentes saberes e da troca de conhecimentos e vivências. Assim, de maneira dialógica as pesquisadoras e as participantes puderam estabelecer que a educação formativa para pessoas que atuam com idosos é, também, um espaço dialético que conjuga interações e mediações com os outros para a emancipação do conhecimento de pessoas históricas e singulares.

Ao longo do caminho de mediação e diálogo considera-se para essa pesquisa sentidos e significados das participantes que atuam com idosos na PPI, atribui-se à educação formativa uma profunda interlocução da Universidade com a comunidade, campos que proporcionam espaços de ensino, aprendizagem e compreensão sobre o ser humano e suas fases de vida para além do envelhecimento na Terceira Idade.

1.1 JUSTIFICATIVA

1.1.1 Na perspectiva pessoal

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (FREIRE, 1996, p. 58).

A minha vida de educadora começou assim....

O meu ingresso ao espaço da docência aconteceu, ainda quando eu era pequena, durante as manhãs em que minha mãe, com carinho, me ensinava a ler e a escrever, contar histórias do cotidiano, histórias não de contos de fadas, mas histórias de vida de pessoas reais e, que eu não conheci, porém fizeram parte da nossa família.

No ano de 1989 realizei a matrícula no curso do Magistério, Ensino Médio profissionalizante no Colégio Estadual Wolf Klabin, situado no município de Telêmaco Borba, Paraná. Neste colégio, eu consolidei a minha formação docente e compreendi o processo de educação, ensino-aprendizagem, prática pedagógica para a docência e, que se tornaram elementos constitutivos o Ser Professora. Para Nóvoa (1997, p. 25) a formação docente deve [...] estimular uma postura crítica e reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação. A formação é entendida como uma construção permanente, não por meio do acúmulo de cursos, conhecimentos e/ou técnicas, mas pelas mãos do professor que desenvolve um trabalho criticidade e práticas. Por isso, Nóvoa (1997) afirma que é importante dar um significado ao saber empírico pela formação docente.

Durante o curso do Magistério, os estágios supervisionados me proporcionaram compreender a relação do saber empírico e o saber científico articulado ao espaço da docência e da realização de atividades práticas e vivências que foram emoldurando a formação e consolidaram o fazer pedagógico na Educação Básica.

Em 1994, após concluir o curso do Magistério, realizei um teste seletivo em uma escola de educação infantil da cidade e, após ser aprovada, iniciei o exercício da docência que me possibilitou um crescimento intelectual e uma busca por saberes para um maior aprimoramento no desenvolvimento da criança.

Os saberes para Pimenta (2012) é construído no cotidiano do exercício docente, eles estão vinculados ao conhecimento e à experiência do saber pedagógico, ambos estão consolidados na/pela ação da prática que se coloca como objeto de reflexão e ressignificação. Nos estudos de Tardif (2013, p. 36) o saber docente é [...] como um saber plural, ele é formado pelo amálgama de saberes que são oriundos da formação profissional e dos saberes curriculares, disciplinares e experienciais. Saberes estes que não estão limitados à sala de aula, pois são oriundos dos contextos que envolvem a família, a formação inicial, os contextos de trabalho e a formação e as interações com os outros.

Durante o percurso permaneci como professora de 1994 até 2007 na Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Séries Iniciais-Alfabetização. Esta que se constitui no fortalecimento para compreender a passagem da criança pela alfabetização, período de descobertas e muitas ações pedagógicas junto à comunidade das escolas. Ações que possibilitaram aos alunos com idade de 7 anos, um entendimento deles como atuantes no espaço da escola e da sua comunidade.

Dentre as atividades desenvolvidas a que obteve destaque e se aproxima da temática desta tese, foi “Histórias e memórias do tempo dos meus avós”, um projeto que permaneceu durante os anos de 2001 e 2002 na Escola Momentos Mágicos, localizada no bairro do Bacacheri da cidade de Curitiba, Paraná, e possibilitou que os alunos junto com seus avós contassem histórias na escola ao final da tarde.

Muitas das histórias contadas traziam nas narrativas, contos de um tempo distante das crianças contempladas com imagens e até vestimentas caracterizando personagens, fatos e memórias vividas pelos avós.

As histórias aconteciam ao final da tarde com todos os alunos e pais e visitantes paravam para ouvir, atentamente as deliciosas histórias que estavam guardadas, por muito tempo, nas caixinhas da memória e da emoção. Estes momentos reforçaram a aprendizagem entre gerações, pois [...] quem ensina, aprende ao ensinar e, quem aprende, ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 25).

No ano de 2001, ao ingressar na Universidade, no curso de Licenciatura em Pedagogia, rompi com o silêncio e articulando o contexto cultural, econômico, social e político da época participei de ações que possibilitaram contribuir, a partir de minhas experiências da docência, em espaço comunitário e carente.

No ano de 2003, algumas alunas das turmas de Pedagogia da Universidade

foram convidadas a participarem de uma ação na comunidade ao entorno da Universidade. As ações envolveram o desenvolvimento de atividades pedagógicas em um Centro de Educação Infantil, CEI Maria Amélia do bairro Campo Comprido de Curitiba, Paraná, no qual a equipe de alunos participantes deveria observar e compreender o espaço e as crianças e, propor em grupos atividades que envolvessem as crianças e suas famílias. Não pensei duas vezes, reescrevi o projeto que foi desenvolvido em 2001 e 2002 realizado com alunos e avós na outra escola.

A atividade para o CEI foi organizada com a participação das famílias das crianças que indicaram pessoas idosas moradoras na comunidade há muito tempo e conheciam histórias do local e de muitas famílias. A experiência foi muito diferente e gratificante, pois as pessoas idosas relataram as histórias, mas além de relatarem elas instigaram as professoras e crianças do CEI a pesquisarem sobre palavras/vocabulários que nunca ouviram falar, receitas de comidas típicas, costumes e crenças como, por exemplo, as benzedadeiras da comunidade.

Durante as narrativas das histórias, muitos idosos narraram à necessidade de deixar o lugar em que nasceram, ainda muito jovens, para tentar a vida em Curitiba. Outros narram a união da família e o artesanato que passou de avós para os netos, momentos de muitas trocas de conhecimentos e ricas aprendizagens. E, assim, “a criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização” (BOSI, 1994, p. 73).

As duas experiências me possibilitaram repensar a minha prática docente e olhar o aluno e a escola junto à comunidade, mas de outra forma como participantes da construção educacional, social, cultural e política no espaço que estão inseridos.

Correlacionando com o objeto de estudo desta pesquisa, a educação da pessoa idosa, durante um dos desafios acadêmico, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) que iniciei no segundo ano da graduação em 2002 abordou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seus entraves. O trabalho de pesquisa de campo se consolidou durante a realização de um estágio obrigatório, nesta modalidade no qual, pude perceber que do público-alvo selecionado (homens e mulheres), as mulheres com idade acima de 60 anos caracterizavam um número elevado de pessoas que frequentavam todos os dias as aulas.

Em 2003, ao finalizar a graduação com a defesa do TCC: “A participação da mulher na Educação de Jovens e Adultos de uma determinada escola do município

de Curitiba-PR”, a pesquisa evidenciou que o tema é de extrema relevância para o desenvolvimento das pesquisas no meio acadêmico e profissional. Nas narrativas das entrevistas com os alunos, as mulheres idosas retornaram à escola para auxiliar os netos nas tarefas da escola, ler a bíblia e participar de atividades na igreja e na comunidade, ir ao mercado e ler os rótulos das embalagens, ler as receitas para preparar bolos, bolachas e até para localizar o ônibus correto.

Em momento algum, durante as entrevistas com as idosas, elas destacaram o retorno à escola para conhecer a si, o outro e mundo; compreender os seus direitos como cidadã; por uma realização pessoal. Este cenário concluído em 2004, evidenciou o quanto ainda temos pessoas idosas que precisam de um espaço educacional, pois muitos não o tiveram na idade certa, momento registrado pela necessidade de estarem no mercado de trabalhar.

Por isto, a temática da tese é muito necessária para os tempos de hoje, pois mesmo após 18 anos da escrita do TCC e das atividades na educação básica com pessoas idosas, vivenciamos que está população continua à margem de uma educação ao longo da vida que contemple a educação popular e permanente.

Sempre fui uma professora apaixonada pela educação, desde os meus 17 anos quando iniciei meu exercício na docência, pois, acredito que, pela educação há uma profunda e significativa transformação das pessoas e da sociedade.

Conforme ressalta Freire (1996), é pela educação que o homem se modifica e muda o mundo e, eu concordo plenamente com ele, mesmo consciente de que a educação, principalmente, brasileira necessita de melhorias tanto no que se refere a uma política específica, determinante e efetiva a partir da realidade brasileira, como de prática com sentidos e significados movidos por ações das instituições formais e não formais junto à comunidade para que a:

[...] educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando (...) com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUCK, 1994, p. 14-15).

Durante a minha trajetória profissional e de estudos, dediquei à prática educativa, mas o meu olhar para o ensino superior e a pesquisa, sempre estiveram

ao meu lado. Assim, em 2007, passei num processo seletivo para ingressar como professora e tutora no curso de Licenciatura em Pedagogia nas modalidades Presencial e a Distância.

Por meio de experiências docentes na instituição de ensino superior, na qual trabalho, ampliei minha visão sobre a formação acadêmica inicial e continuada e o papel do professor em exercício, mas agora em um outro lado do contexto educação, a formação inicial de professores. E, assim, junto com uma equipe de 30 professores, as aulas, presenciais e a distância, contemplavam dinâmicas e vivências significativas que despertavam nos alunos do curso discussões e tomadas de decisões diante de situações da docência nos seus espaços de atuação.

No decorrer das aulas, observava que o número de alunas com idade acima de 45 anos aumentava e o objetivo de todas era a emancipação financeira, a mudança de status social e profissional.

No período de 2009 até 2012, fui convidada pela mesma instituição a participar do setor denominado de Supervisão Acadêmica de Polos e contribuir, a partir de um trabalho pedagógico e de gestão educacional, na formação continuada de professores distribuídos nos 459 Polos de Apoio Presenciais (PAP) do Brasil e que ofertavam o curso de Pedagogia à distância. Dos 459 professores que realizavam atendimento pedagógico aos estudantes dos cursos à distância, aproximadamente 143 apresentavam idade acima de 50 anos, formação em cursos de licenciatura como Letras, Filosofia, Matemática e Pedagogia com atuação em comunidades da cidade em que residiam de forma pública e política.

A partir das experiências na docência e gestão, atividades voluntárias em espaços não formais como a igreja foi surgindo e contribuíram ainda mais para as minhas percepções sobre a população idosa. Desta forma, no ano de 2006, eu e meu esposo recebemos o convite para participarmos de atividades na igreja, locus da pesquisa e, dentre as atividades, iniciamos como leitores, mas outras atividades nos foram concedidas como coordenar por 3 anos a equipe de leitores.

Durante a coordenação dos leitores na igreja, observamos uma movimentação maior de pessoas ativas e dinâmicas com idade entre 50 e 75 anos, algumas pessoas que concluíram seus estudos somente até a 3ª série, hoje, o 4º ano, outras graduadas, aposentadas e participantes das atividades na igreja como uma forma de não se sentirem sozinhas, ajudar o próximo, se sentirem úteis na comunidade. Atualmente, a atividade que desenvolvo na igreja está vinculada à Pastoral Familiar.

Neste sentido, a minha formação profissional e social, também, se fortalecem nas palavras de Freire (1996, p. 23), que diz: (...)é como um fazer permanente em que, o professor se refaz constantemente na ação, pois a formação não se dá por mera acumulação de conhecimentos, mas constitui-se como uma conquista tecida por muitas mãos. Como na expressão de Garcia (1999, p. 51-76, tradução nossa), a formação pode adotar diferentes aspectos, de acordo com o sentido que se atribui ao objeto da formação ou a concepção pedagógica que se tem sobre o que aprende. (...) a formação pode ser compreendida a partir de três aspectos que são articuladores e exercem função social de transmissão de saberes, de saber-fazer ou de saber ser, que se referem, respectivamente, aos conceitos, aos procedimentos e às atitudes.

No decorrer dos anos de 2016 a 2017, conclui o Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias que culminou na continuação das inquietações da pesquisa da graduação sobre a EJA, porém contemplou o olhar de professores que ministram aulas nessa modalidade de ensino a distância. O resultado da pesquisa possibilitou o desenvolvimento de duas propostas para a instituição, um curso específico para professores que desenvolvem o trabalho pedagógico na EJA e um Itinerário Pedagógico Formativo que propõem uma organização curricular e prática pedagógica reflexiva e significativa.

Hoje, Mestre em Educação e doutoranda, estou professora no curso de Licenciatura em Pedagogia nas modalidades de Educação a Distância, semipresencial e telepresencial e coordenadora pedagógica do Núcleo de Práticas da Escola Superior de Educação. O Núcleo foi constituído em 2015 e tem como objetivo maior, consolidar ações/práticas de extensão desenvolvidas para articular o exercício de práticas pedagógicas na comunidade desenvolvidas pelos estudantes dos 19 cursos de Bacharelados e Licenciaturas da Escola Superior de Educação.

As ações/práticas contemplam temáticas vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a partir das temáticas os estudantes elaboram projetos após pesquisar, refletir e discutir, os projetos são aplicados em espaços comunitários da sua comunidades, avaliados e aprovados junto ao curso do aluno. A partir da gestão e do acompanhamento destas ações e atividades, o meu olhar se voltou para a relevância de ações na comunidade junto a Universidade, assim como em cumprimento ao exposto em Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que diz em seu Art. 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018).

Para compor o planejamento das práticas dos alunos, que culmina em ações extensionistas junto à comunidade, coordenadores e professores dos cursos participam ativamente em parceria com os polos e os estudantes dos cursos de graduação. Todas as atividades e os projetos são orientados e reconhecidos pelos coordenadores e professores que evidenciam e relatam os projetos destaques desenvolvidos em diversas comunidades no Brasil.

As atividades compreendem componente curricular e perpassam por todas as disciplinas do curso do estudante no entendimento do Artigo 4º das “atividades de extensão que devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do estudante dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (BRASIL, 2018).

Dentre os projetos de destaque encontra-se o da estudante AN01¹ do curso de Licenciatura em Letras EaD com o nome Projeto Social Intercultural de Ensino da Língua Portuguesa para Estrangeiro (PSIELPE) em que a AN01 propoem como objetivo auxiliar estrangeiros, refugiados ou não residentes no município de Dois Vizinhos a aprender o português do Brasil.

No curso de Pedagogia a estudante KE02 desenvolveu o projeto Brinquedo e brincadeira nas escolas da comunidade. KE02 confeccionou mais de 50 bonecos de pano que representam a infância para auxiliar professoras que atuam como tutoras de crianças especiais em salas do ensino regulares. O objetivo de KE02, foi possibilitar que a criança expressasse seus sentimentos e constitua vínculo com a aprendizagem na escola. O projeto ganhou visibilidade de outras pessoas da comunidade da estudante que se mobilizaram e, hoje ajudam ela na confecção dos bonecos de forma voluntária.

Outro projeto que apresentou destaque, junto à comunidade, foi composto por um grupo de estudantes dos cursos de Licenciatura em Música, Licenciatura e

¹ Em cumprimento com as orientações do Comitê de Ética, nome de pessoas será identificado pela sigla alfanumérica.

Bacharelado em Artes Visuais, eles formaram um Grupo Vocal no polo para ensinar pessoas idosas a cantar e tocar instrumentos. Hoje, o grupo é reconhecido no município dos estudantes que, mesmo durante a Pandemia COVID-19, realizaram os encontros e apresentações de forma virtual.

No entanto, ao articular as experiências vividas durante o exercício da docência que iniciam na Educação Básica até os dias atuais no Ensino Superior, as observações empíricas evidenciam a necessidade de uma educação ao longo da vida. Uma educação por meio de ações extensionista desenvolvidas em diferentes espaços das comunidades que possibilite às pessoas idosas compreender a si e o outro, o seu papel ainda ativo na família e sociedade, a (re) construção de sua identidade na fase do envelhecimento e da terceira idade e o compartilhar sentidos e significados sobre o vivido.

1.1.2 Na perspectiva social

A educação não é uma conquista do indivíduo, mas uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente. (PINTO, 1989, p. 39).

Em outros tempos da história, as pessoas idosas eram consideradas a partir do conhecimento que adquiriram ao longo da vida, mas no decorrer da construção das sociedades como, por exemplo, no século XVIII elas não eram aptas para contribuir com a sociedade. Com o crescimento desta população, no século XIX observou-se que os conhecimentos adquiridos com o passar do tempo se tornaram necessários e as pessoas idosas foram consideradas sábias, mas sem qualidade de vida.

No século XX, a velhice passa a ser entendida a partir de conceitos biológicos e morais. Há uma tentativa do desaparecimento da velhice por intermédio da sociedade no sentido de negar a velhice enquanto tal. Segundo Barreto (1992, p. 23) ocorre uma maior valorização da sociedade diante da pessoa idosa que consegue disfarçar fisicamente a velhice, enaltecimento para a pessoa que está bem conservada física e/ou psicologicamente.

Atualmente, em pleno século XXI, está visão sobre o envelhecimento permanece acentuada, mas há um retrocesso político, social e humano em relação à

imagem da pessoa idosa na sociedade do ponto de vista da educação e aprendizagem ao longo da vida. A sabedoria e os conhecimentos que em outros tempos contribuíram com os avanços da sociedade, pelas mãos de pessoas mais velhas, hoje dão lugar ao estereótipo de que o idoso saudável é o idoso bem-vestido, conservado fisicamente, mantém as suas áreas cognitivas preservadas e está ativo.

Em um país como o Brasil, para Barreto (1992, p. 24), há significativas diferenças de classe social e

[...] a maioria da população é carente, possui trabalhadores, camponeses, subempregados, os idosos que moram em favelas nunca são vistos, mesmo possuindo uma sabedoria sobre a sua realidade de vida. Para o autor estes idosos e muitos outros, são considerados não 'cultos', têm pouca leitura ou são analfabetos, eles estão à margem da sociedade burguesa.

Mas, como as experiências de vida destas pessoas estão sendo socializadas? Como falar de emancipação e reconstituição da identidade de pessoas idosas se está parcela da população não é inserida em nenhum processo educacional? Elas são pessoas vivas que foram crianças, jovens e adultos em um tempo distante, mas que amaram, lutaram, significaram na vida de muitas outras pessoas e guardam conhecimentos e saberes em suas memórias, são sábios.

Não é condenável os avanços da ciência que busca incansavelmente adiar percursos e processos do envelhecimento, mas que existem outros fatores necessários à pessoa idosa, isso não se pode negar, refutar e mascarar. E, as mudanças do envelhecimento no corpo físico não devem ser vistas como algo inconcebível ao ser humano.

Contudo, por mais que estas pessoas (sobre) viveram à sombra de um senso comum e sob exclusão social, suas experiências são únicas, fazem parte de uma memória coletiva que, mesmo enraizada de pré-conceitos, lhes proporciona lembranças de sua própria existência, percepção de mundo. E, assim, é preciso compreender que

[...] os velhos do século XXI já estão na sociedade. Alguns com seus 20, 30, 40 anos ou mais, mas estão aqui. (...) eles são os operários e universitários, as donas de casa, os empresários e, tantos outros (...) que ficam noivos, casam-se e têm filhos(...) assistem à televisão, ouvem rádio, leem jornal. Eles votam, sim, e tomam decisões política. (BARRETO, 1992, p. 25).

O que deve ser compreendido por todos é que com o processo de envelhecimento, a sociedade também recebe o envelhecimento social. Porém pelas

formas de educação contempladas em todos os espaços, uma conscientização sobre o envelhecimento pode adentrar culturas e aspectos sociais da sociedade de forma emergente.

Na obra “O velho que acordou menino”, de Rubem Alves, descreve a sua própria memória, enquanto velho e relata as trajetórias de sua vida numa narrativa sucinta, mas ao mesmo tempo muito poética, que diz

[...] Memória é onde se guardam as coisas do passado, pois temos (...) dois tipos de memórias, a memória sem vida própria e a memória com vida própria e, triste são as memórias sem vida própria, pois são inertes. (...) sua existência é semelhante à das ferramentas guardadas numa caixa (...) elas estão sempre lá, guardadas, à espera de que as chamemos (ALVES, 2005, p. 13).

Ainda sobre as duas memórias, Bosi (1994, p. 48) afirma que

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituíram autênticas ressurreições do passado.

Neste contexto, é preciso encontrar caminhos para que as memórias saiam das suas “caixas de ferramentas” e ganhem vida útil para que as engrenagens do corpo humano voltem a funcionar. Para que isto aconteça, o caminho é pela educação ao longo da vida que se configura no desenvolvimento humano e num processo de transformação da pessoa de forma continuada e dinâmica.

O processo desta educação envolve a aprendizagem que de formas diferentes possibilita ao idoso se apropriar de algo novo sobre o que já conhece e apreender novas informações que compartilhadas com o outro, num coletivo descortina e gera novos conhecimentos e saberes.

Com a chegada da velhice, não se pode negar dos preconceitos que emergem, discriminação e opressão são as mais sofridas pelos idosos, mais destacados por uma sociedade que os considera pessoas improdutivas e sem capacidade de aprender. Isto os leva ao isolamento, a ausência de motivação, identidade, inatividade e baixa autoestima, sintomas estes decorrentes do olhar e anúncios da sociedade e até mesmo de seus pares de que o idoso é mais um obstáculo social.

Neste sentido, cabe ressaltar dos escritos de Freire (1997), que é uma violência o homem, ser histórico, inserido num movimento de busca por conhecimentos com outros homens, não ser sujeito de seu próprio movimento.

Com isto, a educação perpassa o conceito de formação humana para tornar a pessoa consciente de suas ações de forma crítica e participativa da realidade que está inserida, uma educação que permita o seu processo permanente e ao longo da vida, independente faixa etária.

A educação numa perspectiva para a terceira idade volta-se para um âmbito maior, não mais de assistencialismo, mas o de possibilitar ações em diferentes espaços, com o objetivo de expansão social e inserção da pessoa idosa na sua comunidade e sociedade. Além disso, a educação ao longo da vida é vista como uma forma de libertação e mudança que permite reavaliar as características, o perfil e o processo educativo e reflexivo da pessoa idosa.

Desta forma, Freire (1997) contribui ao afirmar que, é necessária uma educação acessível às camadas populares, pois cumprirá caráter político e social ao passo que, potencialize espaços de discussão e problematização sobre a realidade, com vistas à educação consciente, ao exercício da cidadania de pessoas que estão comprometidas com a transformação da sociedade.

Pensar uma educação ao longo da vida é evidenciar uma educação popular e permanente, pois essa educação é enaltecida nos diversos espaços educativos que se configuram, para além dos muros das instituições formais, como possibilidades de uma aprendizagem mais ampla e significativa, sobre a realidade que se apresenta nos dias atuais.

Com isto, é imprescindível possibilitar ações em que o idoso perceba-se como ator e protagonista de sua vida e ações, se coloque como participante dentro das situações expostas no cenário familiar e social, pois somente “quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor” (FREIRE, 1997, p. 58-59).

É relevante compreender que o idoso, independente de sua idade, tem a capacidade de aprender, a partir do momento em que é incentivado e motivado sobre o seu papel social de forma ampla em suas relações pessoais, e que o permite conhecer novas realidades.

O homem, é um ser de relações que não apenas está no mundo, mas com o mundo (FREIRE, 1981, p. 39). A pessoa idosa, ao exercitar o seu papel social reconstrói a sua visão sobre cidadania ao analisar, compreender, criticar e atuar sobre as situações que lhe são colocadas.

É necessário um olhar mais atento sobre o que constitui o processo de envelhecimento, se oportunizem ações educativas com caráter de uma educação ao longo da vida para permitir a construção de uma nova realidade sobre os idosos e a terceira idade. Porém, é preciso ter ciência de que o desdobramento de uma educação ao longo da vida, envolve a maturação do ser humano, o desenvolvimento social, econômico e cultural. (PAIVA, 1985, p. 48).

De acordo com Oliveira (2007) é imprescindível compreender que, a perspectiva de educação ao longo da vida, está inserida em uma nova concepção de vida humana, pois tem como princípio central o ato de apreender, viver, integrar e interagir com quem se encontra ao seu redor.

A educação permanente possibilita pensar num desenvolvimento integral do idoso que visa à superação de sua marginalização social, lhe possibilite uma formação contínua, elementar a prática social, pensada na totalidade do ser idoso, em espaços escolarizados ou não. Assim, abrir espaços para uma educação de qualidade, voltada para as diferentes formas de aprendizagens do idoso, é fundamental.

Logo, é preciso pensar em uma educação permanente ampla para o idoso diferente do conceito de educação permanente fragmentado em

[...] períodos de formação correspondentes à infância, a juventude, ao trabalho produtivo na fase adulta e ao tempo livre na velhice. A educação permanente, traz a ideia de contínua atualização de conhecimentos. Atualização necessária frente ao ritmo acelerado da mudança social e tecnológica, além de diminuir o fosso cultural da terceira idade, já que, devido à redução dos índices de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população tende ao envelhecimento. (SARAIVA, 2004, p. 31).

Portanto, como afirma Freire (1981, p. 10), é preciso uma pedagogia da esperança, pois a desesperança imobiliza e faz sucumbir no fatalismo onde não há possibilidade de juntar forças indispensáveis ao embate re-criador do mundo.

1.1.3 Na perspectiva acadêmica

Eu diria aos educadores e educadoras, ai daqueles e daquelas que pararam com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, se atrelem a um passado, de exploração e de rotina. (Paulo Freire, 1921-1997).

A projeção da população idosa para as próximas décadas é de que para 2043, 1/4 da população deverá ter mais de 60 anos e para 2060 a população será composta de aproximadamente 73 milhões de idosos com 60 anos ou mais. Em conformidade ao apresentado, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 1/5 da população brasileira é composta por pessoas com idade de 60 anos ou mais, pois dos 210 milhões de habitantes do Brasil, 37,7 milhões de brasileiros correspondem a esta faixa etária (DIEESE, 2021). Deste expressivo número de pessoas idosas, as mulheres correspondem a 16,9 milhões (56%) e os homens 13,3 milhões, o que equivale a 44%.

Neste contexto, pode-se perceber que o processo de crescimento possibilita mudanças e transformações que adentram os aspectos que envolvem alterações e adaptações nos campos culturais, econômicos, educacionais, sociais e políticos de um país. Assim, o envelhecimento é um objeto de discussão disposto pela conjuntura do momento atual, discussões necessárias devido ao crescimento demográfico e da expectativa de vida dessa população.

Na Constituição Federal de 1988, o idoso é contemplado no Artigo 230, quando coloca que

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, 1988).

Com a elaboração da Lei n. 8.842 de 4 de janeiro de 1994 tem-se início a uma Política Nacional do Idoso (PNI) e a criação do Conselho Nacional do Idoso (CNI) (BRASIL, 1994) que evidenciaram os problemas decorrentes da longevidade.

Em virtude de pressões da sociedade brasileira e da influência do documento intitulado Política para Terceira Idade, a Lei nº 8.842/1994 é fortalecida e passa a contemplar as recomendações voltadas especificamente para a pessoa idosa, pois

trata-se de uma Lei especial que

[...] procura valorizar a qualidade de vida e a longevidade, ao mesmo tempo em que estabelece recomendações para que as pessoas idosas sejam entendidas e desfrutem de vida plena e saudável, segura e satisfatória, junto de suas famílias e na comunidade onde vivem. (FERNANDES, 1999, p. 20).

Em concordância com o exposto por Fernandes (1999), é inevitável a inserção do papel da educação, pois,

[...] é por meio dela que heranças culturais presentes em nossa realidade poderão se modificar no pensamento da nossa população. Assim, ressalta-se que a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. (PINTO, 1989, p. 29).

Isto se apresenta, timidamente, no contexto da EJA que tem como um de seus princípios, atender às necessidades educacionais de idosos, assim como no Artigo 10 do Estatuto do Idoso

É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, 2003, p. 10).

No mesmo Artigo, Parágrafo 1º, assegura o respeito ao direito à liberdade dos idosos nos seguintes aspectos:

- I. faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
- II. opinião e expressão;
- III. crença e culto religioso;
- IV. prática de esportes e de diversões;
- V. participação na vida familiar e comunitária;
- VI. participação na vida política, na forma da lei;
- VII. faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 2003, p. 10).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (DCN-EJA) e no parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) de 11/2000, a pessoa idosa tem perfil de um aluno regular e integrante desta modalidade, mas percebe-se que a caracterização do idoso no conjunto da Educação Básica ainda não contempla necessidades educacionais específicas para a pessoa idosa. (BRASIL, 2013, 2000).

No que tange as instituições de ensino que ofertam a modalidade da EJA, é recomendação das DCN-EJA que deve ser inserido “temas voltados para o processo de envelhecimento que oportunizem discussões sobre os idosos, com o principal objetivo de desmistificar os preconceitos reproduzidos em relação a pessoa idosa” (BRASIL, 2013, p. 115). Sendo esta proposta uma contribuição para propagar

conhecimentos que devem ser passados de geração para geração, consciência da qualidade de vida do idoso que, se encontra fragilizado pela idade e, está excluído socialmente. (BRASIL, 2000, p. 10).

No contexto de uma educação para a pessoa idosa, a educação permanente é destaque no Estatuto do Idoso (2003) pois, o idoso deveria estar inserido em espaços de aprendizagens destinados à

[...] educación formal, se refiere al sistema educativo altamente organizado y estructurado jerárquica y cronológicamente, que abarca todos los niveles educativos. Educación no formal es una variedad arrollada de actividades educativas que tienen três características em común: serviço de auditórios y propósitos particulares; operan fuera de La estructura de los sistemas de educación formal, libres de sus cánones, regulaciones y formalismos; proyectadas para servir aos intereses particulares y necesidades de aprendizaje de cualquier subgrupo ou poblacion. Educación informal, el aprendizaje por la exposición al propio entorno y la experiencias adquiridas día a día. (COOMBS, 1991, p. 43).

No conjunto das modalidades de ensino da educação formal, a EJA se destaca por ofertas um ensino e aprendizagem voltados para a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, porém a pessoa idosa não é atendida considerando as suas especificidades educacionais. Esse processo educacional que se constitui na EJA, não é considerado um programa educacional exclusivamente para esta população. (BRASIL, 2013).

Por isso, é necessário compreender, a partir dos discursos sobre a educação ao longo da vida, que a pessoa idosa retorna para o espaço escolar por inúmeros motivos, mas o maior deles é o desejo de aprender a ler e a escrever. A continuidade dos estudos dos filhos e a influência da escolaridade dos netos são outro fatores que impulsionam está população retornar à escola, assim como a

[...] busca por independência é outra razão. Não precisar mais de vizinhos ou familiares para ler documentos ou identificar as informações em rótulos dos produtos, entre outras atividades em que a leitura é necessária, é comumente citado. Com o tempo, as expectativas se ampliam, e as justificativas para continuar são várias e estão ligadas, sobretudo, às conquistas relacionadas à escola. Sentir-se mais seguro para comentar os acontecimentos atuais, ver beleza na letra de uma música, fazer amigos e se sentir parte de um grupo social, são outros exemplos. (COCHIONI; TODARO, 2016, p. 177).

Neste sentido, é preciso que os envolvidos nos processos de aprendizagem e educação ao longo da vida, evidenciem dialogicidade, afetividade e uma dinâmica diferenciada nas estruturas pedagógicas de programas educacionais para o idoso,

pois este tem um perfil próprio, singular na história em virtude de suas experiências de vida e limitações.

Para isto, ampliar e diversificar espaços e formas de intervenções educacionais e pedagógicas, destinadas à população de idosos como, por exemplo, ações extensionista ofertada pela Universidade junto à Comunidade, é emergente. As ações extensionistas com base numa educação permanente ao longo da vida, menos disciplinar e acadêmica, impulsionam a identificação e emancipação desta população na sociedade. As ações extensionista devem considerar as necessidades que os idosos identificam, sendo estas

[...] devem ser refletidas pelos educadores. (...) contar com uma pedagogia mais participativa e ativa, apoiada sobre um edifício teórico fundamental, medular, sobre o qual podem se apoiar intervenções educativas que sejam programadas e executadas por meio de atividades de diferentes tipos, avaliadas durante e depois de sua realização. (CACHIONI, 2003, p. 182).

Diante do exposto, essa tese se configura como compromisso e responsabilidade social da Universidade em parceria com a comunidade na/pela formação educativa de pessoas que atuam com idosos.

Portanto, pesquisar e propor caminhos para efetivar o compromisso da Universidade e devolver à comunidade os investimentos à ela proporcionados, a sua estrutura e funcionamento, com vista a educação de pessoas adultas que atuam com idosos, é compromisso emergente e real desta pesquisa. Estudo tão necessário nos dias atuais, frente ao crescente número de idosos que necessitam de uma educação e uma aprendizagem em diferentes espaços educacionais, sejam eles formais não formais ou informais como, por exemplo, o espaço religioso de sua comunidade, *lócus* deste trabalho.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1 Definição

Com base em estudos, leituras e vivências realizadas no percurso da formação acadêmica, profissional, pessoal e social que foram refletidas na vida do ser professora na área de educação, indagações posicionaram o público da pesquisa, dentro do espaço da Universidade e de ações práticas que dela advém.

Com o acentuado crescimento do envelhecimento da população nos últimos anos, serviços, estabelecimentos, espaços privados e públicos necessitaram adequar

todas as estruturas e organizarem novas dinâmicas de atendimento para essa parcela da população.

Por isso, o crescimento demográfico que, aos olhos de muitos parece pouco, merece a atenção de todos, incluindo os órgãos públicos e a escola, principalmente. E, dessa evidência e contexto até o presente exposto que o problema da pesquisa emerge.

1.2.2 Delimitação do problema:

O problema da pesquisa se constituiu a priori para as pessoas idosas da comunidade da Igreja São Pedro e São Paulo. Porém, devido a Pandemia COVID-19 no período de 2020 à meados de 2022, e em atendimento às exigências do Comitê de Ética, a proposta foi formulada a partir da seguinte questão: De que forma ações extencionistas, voltadas à formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa, cumprem a função educativa?

1.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Assim, como o problema de pesquisa que a priori configurava-se para a pessoa idosa da PPI, os pressupostos estão voltados para as pessoas que atuam com os idosos, na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), na comunidade, para obter a formação e o conhecimento de que:

A Formação Educativa possibilita articular conhecimentos, objetivos e perspectivas nas atividades das pessoas que atuam com idosos;

As Políticas atuais consolidam e destacam a educação de idosos e a atuação de pessoas que atuam na PPI;

A participação em espaços de formação, voltados para atividades com idosos, direcionados à comunidade, estabelecem novas relações e dinâmicas para uma formação educativa, da vida, de si e do outro;

A formação educativa e permanente para a pessoa que atua com idosos, possibilita emancipá-los para viver em diferentes contextos.

1.4 OBJETIVOS

Os objetivos geral e específicos que antes se constituíam para as pessoas idosas, foram formulados para atender as pessoas que atuam com os idosos na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI).

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar ações extensionistas voltadas à formação educativa de pessoas que atuam na comunidade na Pastoral da Pessoa Idosa.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os documentos institucionais da Igreja e da Universidade ações extensionistas voltadas à formação de pessoas que atuam nas comunidades nas Pastorais religiosas;
- b) Caracterizar o perfil das integrantes da Pastoral da Pessoa idosa, participantes da pesquisa;
- c) Diagnosticar as demandas de formação educativa das pessoas que atuam na comunidade com ações na Pastoral da Pessoa Idosa;
- d) Desenvolver ações extensionistas de formação educativa voltadas as pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A BUSCA DO CONHECIMENTO

Pesquisa para constatar, constatando intervenho. Intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32).

Tomando as palavras do mestre, este capítulo será construído, pois é preciso buscar conhecimentos e sistematizá-los de forma que, ao tomar posse do que vem sendo produzido, os antecedentes científicos sobre o tema possibilitam fundamentar, produzir e anunciar o novo.

A revisão sistemática contribui para o desenvolvimento de investigações acerca de temáticas que abordam com uma maior dimensão o campo do conhecimento sobre o objeto de uma pesquisa. Ao iniciar uma análise sistemática, o pesquisador amplia o seu olhar para novas evidências e lacunas, o instigam a percorrer caminhos explorados e inexplorados e o auxiliam no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Para Sampaio e Mancini (2006), as revisões sistemáticas possibilitam a estruturação de uma síntese sobre as informações coletadas em base de dados, a partir de critérios, métodos definidos com criticidade e seleção refinada dos dados. As investigações com rigorosas estratégias, podem conduzir o pesquisador em direção para uma profunda análise e contributos de produções existentes sobre a temática e o objeto de pesquisa.

Com o intuito de contribuir para a investigação de produções científicas e identificar pesquisas nos campos Universidade, comunidade e ações extensionistas para pessoas idosas, a pesquisa tem como finalidade analisar como os campos se apresentam e são interpretados nas produções acadêmicas que foram selecionadas e destacadas por meio da revisão integrativa. Em seguida, a revisão sistemática aflorou dos trabalhos selecionados evidências significativas para temática desta tese.

Para Costa e Zoltowski (2014, p. 54) a revisão sistemática é considerada um método que envolve o processo de reunir e avaliar crítica e sinteticamente os resultados de múltiplos estudos que constituirá um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado.

A revisão integrativa e a análise sistemática corroboram para identificar “lacunas” presentes nos trabalhos selecionados, bem como, delinear novas investigações que envolvem a educação ao longo da vida de pessoa idosa tema emergente que se configura nesta tese.

Os procedimentos metodológicos adotados para as duas revisões se fundamentam em Costa e Zoltowiski (2014), autores que propõem literatura e pesquisas de trabalhos científicos a partir de oito passos que são: 1) delimitação da questão a ser pesquisada, 2) escolha das fontes de dados; 3) eleição das palavras-chave para a busca; 4) busca e armazenamento dos resultados; 5) seleção das produções (dissertações e/ou teses); 6) extração dos dados das produções selecionadas; 7) avaliação das produções e 8) síntese e interpretação dos dados.

Desta forma, durante um primeiro processo de buscas e investigações nas bases de dados da Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal CAPES², verificou-se, certa, “ausência” de pesquisas que abordassem, especificamente, ações extensionistas junto à Universidade na comunidade voltadas para atividades educacionais com pessoas idosas.

Com vistas a investigar e refinar pesquisas científicas de dissertações e teses sobre o tema, Universidade & Comunidade: parceria e compromisso na formação de idosos ao longo da vida foram definidos e aplicados nas bases BDTD e CAPES descritores com base no *Thesaurus* Brasileiro da Educação³, seguidos do operador booleano *And* e considerando a temporalidade entre os anos de 2015 a 2019⁴. A seleção das bases de dados ocorreu em virtude das mesmas indexarem estudos e pesquisas de cunho universitário brasileiro de diferentes áreas do campo da educação e, por serem, notoriamente reconhecidas.

Durante as etapas de levantamento das dissertações e teses, foram excluídas produções repetidas utilizando-se os seguintes filtros: leitura de títulos, leitura do resumo e leitura da introdução e, por último, a leitura na íntegra do trabalho.

² Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC).

³ Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), *thesaurus* é um instrumento que reúne termos escolhidos a partir de uma estrutura conceitual previamente estabelecida e destinados à indexação e à recuperação de documentos e informações num determinado campo do saber.

⁴ Descritores: universidade e comunidade + idosos + ações extensionistas; universidade e comunidade + ações extensionistas + terceira idade.

A primeira etapa constituiu-se da análise dos títulos das produções e incluiu todos os trabalhos que abordaram os descritores. Desta forma, na BDTD, foram levantados 31 (trinta e um) trabalhos, sendo 19 (dezenove) dissertações e 12 (doze) teses. Na base de dados da CAPES, foram levantados 165 (cento e sessenta e cinco) trabalhos, 97 (noventa e sete) dissertações e 68 (sessenta e oito) teses. Do total de 196 (cento e noventa e seis) produções encontradas nas bases de dados, 105 (cento e cinco) contemplavam pesquisas sobre atividades extensionistas na Universidade junto com a comunidade, mas voltadas para atendimento e orientações sobre doenças e protocolos da saúde de idosos em Unidades Pronto Atendimento (UPA).

Outros temas estavam presentes nas 105 (cento e cinco) produções e envolveram a capacitação de enfermeiros para atendimento ao idoso em UPAs e hospitais; os benefícios de exercícios físicos em academias e centros esportivos comunitários e atividades extensionistas para a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar físico de idosos. O papel dos profissionais da área de saúde como fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e psicólogo em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), também, foi abordado nas produções e constituíram temas que se distanciaram da temática desta pesquisa, a educação ao longo da vida pela Universidade junto/na comunidade da pessoa idosa.

Neste sentido, houve a necessidade de fazer uma leitura atenta dos títulos, resumos e introduções de 82 (oitenta e duas) produções restantes, com o objetivo de mapear e selecionar, nestas produções, formas de educação ao longo da vida, por meio de ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade junto à comunidade da pessoa idosa.

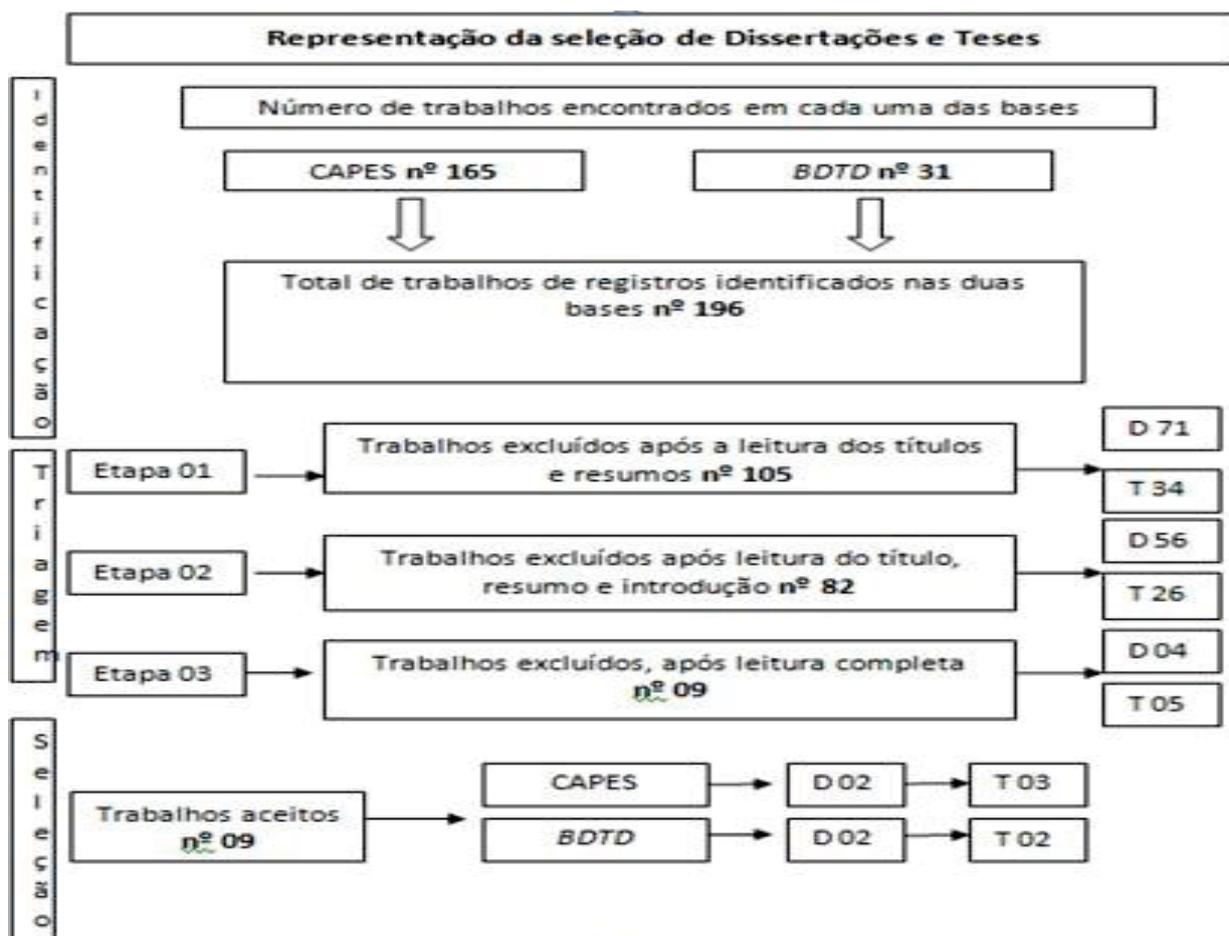
As leituras realizadas nesta segunda etapa possibilitaram observar que, parte das pesquisas selecionadas têm como foco programas extensionistas e, grande parte destes trabalhos consideram relevantes ações extensionistas para a formação de pessoas que atuam com idosos. Porém uma formação em outros espaços como ILPI, Pastoral da Pessoas Idosa, Centros de Psicologia e Centros de Atividade Física. A partir desse momento, foi possível selecionar dissertações e teses que abordaram ações extensionistas, educação, Universidade, comunidade e pessoas idosas.

A terceira etapa consistiu na leitura completa das nove produções selecionadas consolidando educação, formação de idosos ao longo da vida, ações extensionistas, Universidade e comunidade. Nessa etapa, verificou-se 09 (nove) produções selecionadas, sendo 04 (quatro) na Plataforma BDTD e 05 (cinco) no

Portal CAPES.

Considerando as premissas descritas, o processo de pesquisa iniciou a partir da delimitação das etapas de seleção das produções apresentadas na Figura 1.

FIGURA 1 – MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES



FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2020).

O levantamento realizado nas 03 (três) etapas, possibilitou uma visão ampla de tempos e espaços das produções científicas, voltadas para ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade junto à comunidade, com vista para o compromisso com a população de idosos(as) de uma educação ao longo da vida. Das 09 (nove) produções, foram apuradas duas dissertações e três teses na Plataforma BDTD, e no Portal da CAPES duas dissertações e duas teses.

2.1.1 Identificação das produções selecionadas

No Quadro 1 são apresentados os trabalhos selecionados na base BDTD.

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRODUÇÕES NA BDTD

Autor(a)/Título do Trabalho/Link de Acesso	Instituição/Programa/Ano/Orientadora	Tipo de Estudo
POSSAMAI, Vanessa Dias. Percepção dos idosos participantes de um programa de extensão sobre os pressupostos da política de envelhecimento ativo. < http://bdttd.ibict.br/vufind/Record/URGS_83d729a25be414ecf222bc8176009b3f >	Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Ano: 2017 Orientadora: Andréa Krüger Gonçalves	Dissertação
SILVA, Flora Moritz da. Reflexões sobre a Universidade da Terceira Idade (UnTI) na gestão das universidades públicas federais brasileiras. < http://bdttd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_4d990a6ca8c0af3ae85acc116a203084 >	Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. Ano: 2017 Orientador: Rudimar Antunes da Rocha	Tese
PEREIRA, Fabíola Andrade. Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins. < http://bdttd.ibict.br/vufind/Record/UFPB2_1c97bbd39dff48cc65fbd40c3ee41495 >	Instituição: Universidade Federal da Paraíba Ano: 2016 Orientador: Timothy Denis Ireland	Tese
ALMEIDA, Sara Raquel Carvalho de Oliveira. Responsabilidade social na Universidade: uma análise das ações de extensão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. < https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/tede/703 >	Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido de Mossoró Ano: 2017 Orientador: Elisabete Stradiotto Siqueira.	Dissertação
YAMASAKI, Flávia Participação de idosos em um projeto de educação continuada sob a perspectiva da psicologia social comunitária. < http://bdttd.ibict.br/vufind/Record/UTP_500f945fb15c351338b9641d2aec0b9e >	Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná. Ano: 2016 Orientadora: Ana Claudia N. S. Wanderbroocke.	Dissertação

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2020).

Frente ao levantamento constatou-se que, dentre as produções encontradas na base BDTD, as produções selecionadas foram desenvolvidas no Brasil, sendo que do total dos achados, somente, uma das produções foi realizada em instituição privada e três em instituições públicas.

Ao analisar como se encontra o presente campo de pesquisa, as produções retratam que, na atuação e no exercício de ações extencionistas, predomina o papel de profissionais que constituem dois segmentos: professores com formação docente e profissionais técnicos da área de saúde.

Nas produções tem-se claro que, estes profissionais, procuram por formação continuada em locais que ofertam estudos como, por exemplo, Pastoral da Pessoa Idosa, áreas da psicologia que ofertam formação e, também, ILPI e/ou Casas Asilares. Os profissionais que participam de ações extencionistas com idosos, procuram por formação continuada para um melhor desenvolvimento das ações

extensionista ofertadas na Universidade que estão vinculados.

A necessidade emergencial de formação continuada que contempla aspectos da Terceira idade, foi destaque nas 05 (cinco) produções da base BDTD, pois a ausência de conhecimento e formação específica, acarretam dificuldades na organização metodológica e pedagógica, bem como, na elaboração de materiais didáticos para as ações extencionistas, em conformidade com as características da população idosa participante.

O Quadro 2 apresenta o levantamento do Portal da CAPES de Dissertações e Teses.

QUADRO 2 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRODUÇÕES DO PORTAL CAPES

Autor(a)/Título do Trabalho/Link de Acesso	Instituição/Programa/Ano/Orientador(a)	Tipo de Estudo
SILVA, André Tiago Dias da. Inovação social na extensão universitária: a experiência no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4357649 >	Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Administração Ano: 2016 Orientadora: Maria Carolina Martinez Andion	Dissertação
SCORTEGAGNA, Paola Andressa. Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses. < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606413 >	Universidade Estadual de Ponta Grossa. PPGE. Ano: 2016 Orientadora: Rita de Cássia da Silva Oliveira	Tese
LIMA, Luciano Feliciano de. Conversas sobre Matemática com pessoas idosas viabilizadas por uma ação de extensão universitária. < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2355650 >	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho _ UNESP Programa de Geociências e Exatas Ano: 2016 Orientadora: Miriam Godoy Penteadó	Tese
FRANCO, Cassandra Maria Bastos. O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina: desafios contemporâneos. < https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5873075 >	Universidade Federal do Piauí. PPGE. Ano: 2017 Orientadora: Maria do Rosário de Fátima e Silva	Tese

FONTE: Benvenutti e Haracemiv (2020).

As produções encontradas no Portal da CAPES, apresentaram duas produções realizadas em Universidades Estaduais e duas em Universidades Federais do país. Em análise aos descritos nas produções, constatou-se que os autores abordam sentidos e significados sobre o idoso e sua participação em atividades extensionistas desenvolvidas nos espaços das Universidades.

As ações extensionista destas produções refletem a inserção do idoso em temáticas que envolvem conscientização sobre os seus direitos, a sua identidade na família e sociedade e como se manter uma pessoa ativa. As temáticas anunciam a necessidade de ações extensionistas com idosos, em virtude do crescente número dessa população e compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil⁵.

Com a leitura completa das 09 (nove) produções, observou-se que, há uma crescente preocupação por parte dos autores e seus orientadores sobre as formas como ocorre o processo de inclusão e escolarização de idosos em diferentes campos da sociedade brasileira. Seis produções versam sobre a necessidade de uma educação permanente, estendida para esta população, em outros espaços educativos da Universidade. Porém as mesmas produções indicam que é preciso ir para fora dos muros da Universidade.

As 09 (nove) produções selecionadas na base da BDTD e no Portal da CAPES, destacam os olhares da Universidade para o cenário das ações extensionistas com pessoas idosas que são incorporadas aos seus espaços e tempos.

Contudo, mesmo com a abertura das Universidades para a pessoa idosa em seu espaço físico, é emergente que as Universidades integrem e exerçam as ações extensionistas fora de seus muros, nos campos das comunidades dos idosos. As ações desenvolvidos nestes dois campos, Universidade e comunidade, se constituem em práticas conscientes que objetivam (re) estabelecer a identidade e o reconhecimento, por meio da inclusão da pessoa idosa, num primeiro momento, em seu próprio lócus regional, a comunidade em que vive.

Para que isto aconteça, é preciso fortalecer a formação das pessoas que atuam junto às ações extensionistas com idosos e, neste sentido, ao analisar o currículo dos/as autores/as das produções, constatou-se que cinco deles/as têm formação nas

⁵ A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a pessoa idosa a partir de 60 anos ou mais. O Brasil apresenta mais de 28 milhões de pessoas que contemplam esta faixa etária, e para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE representa 13% da população do país. Porém esse percentual tende a crescer ainda mais nos próximos anos. IBGE (2018) Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 2000 – 2060.

áreas de Administração, Enfermagem, Direito, Matemática e Psicologia e, apenas, três são autores pesquisadores formados em cursos de licenciatura e, somente, um tem formação em Pedagogia. Esta informação é pertinente ao que tange a participação de pesquisadores da área de educação, atuantes na formação docente em Universidades públicas e defendem as ações extensionistas da Universidade junto à comunidade.

Com relação aos participantes envolvidos nas pesquisas das produções selecionadas, as nove produções apresentam pessoas idosas e dirigentes de ações extensionistas. Do total, quatro destacam a participação de professores nas atividades e cinco produções evidenciam a participação de colaboradores, dirigentes e técnicos administrativos no desenvolvimento e aplicação das ações extensionistas.

Das formas de participação ativa das pessoas idosas nas Universidades, três produções versam sobre o desenvolvimento de práticas e estratégias para a conscientização da pessoa idosa e qualidade de vida. Cinco produções configuram a participação desta população em atividades sobre os direitos e a identidade do idoso no âmbito documental e formal da Lei, como o Estatuto do Idoso. Uma produção faz uso do espaço da escola regular para desenvolver atividades sobre a linguagem matemática com idosos, alunos da EJA, o que reforça a relação Educação, Idoso, Universidade e Comunidade.

Entretanto, é válido destacar que, as ações extensionistas devem ser pensadas, elaboradas, e vivenciadas a partir das demandas dos(as) próprios(as) idosos(as) enunciadas nos relatos destas pessoas sobre as situações as quais se encontram. Isto não significa afirmar que a Universidade e o trabalho dos envolvidos nas ações extensionistas, se restrinjam aos espaços e tempos únicos, mas parte-se dos contextos dos idosos, pois neles se apresentam as reais condições de vida.

Na leitura das produções selecionadas, numa perspectiva educativa com base nos temas, conceitos e teóricos, os autores das produções defendem a valorização da pessoa idosa, as construções de seus saberes e suas práticas singulares e coletivas em diferentes formas de educação nos espaços educativos da Universidade e comunidade.

Os saberes são configurados no processo de uma educação que se configura como popular, permanente e ao longo da vida do idoso, mas por circunstâncias do movimento acelerado da comunicação e informação, o processo é interpelado ocasionando rupturas e a emergência de uma educação inclusiva para está

população. Conforme apresentado no Quadro 3, temas e conceitos, são evidenciados nas produções e destacam os saberes que os idosos trazem consigo e, ao longo da vida, foram/são socializados em diferentes contexto refletidos nos momentos e experiências de suas convivências sociais.

QUADRO 3 – TEMAS, CONCEITOS E TEÓRICOS

TEMAS	CONCEITOS	TEÓRICOS
Movimento de apropriação da cultura Produção de saberes em diferentes contextos como família, escola, instituições, grupos sociais e movimentos sociais.	Educação de Idosos Educação Permanente Educação ao longo da vida Educação Popular	Althusser (2008) Beisiegel (2008) Bourdieu e Passeron (2011) Brandão (1984) Brandão (1996, 2005, 2006 e 2013) Freire (1980 e 1984) Freire (1996) Gadotti (1984 e 2009) Gohn (2002 e 2006)
Saberes específicos Saberes de experiências Saberes docentes Gênese dos processos educativos	Prática educativa com idosos	Freire (1989, 1996) Larrossa (2002) Libâneo (1998) Pimenta (2005) Tardif (2002) Zabala (1998)
Demanda social do envelhecimento Situações interpeladas pelo próprio movimento acelerado da sociedade	Extensão Universitária voltadas ao idoso	Arruda (2007 e 2010) Cochioni (2004, 2012 e 2015) Delors (1999) Oliveira (1998 e 2012) Silva, Vergara e Silva (2015)

FONTE: Benvenutti e Haracemiv (2020).

A fundamentação teórica presente nas produções constata Bardin (2004), Flick (2009), Minayo (1998) e Thiollent (2011) como os mais citados. A base metodológica das produções corresponde em uma produção de cunho bibliográfico, qualitativo e descritivo, quatro produções do tipo pesquisa-ação, duas pesquisas exploratórias, uma etnográfica e uma produção na área de enfermagem com teoria Ator-rede.

Os instrumentos para a coleta de dados utilizados nas produções foram: análise de documentos, questionário, entrevista semiestruturada, questionários com perguntas abertas e fechados, observação-participante e pesquisa bibliográfica.

Neste sentido, os elementos metodológicos das pesquisas compreenderam um conjunto de atividades e instrumentos que envolveram investigar o tema e compreendê-lo a luz dos teóricos.

No Quadro 4 apresentam-se as informações em fontes distintas, a partir de diferentes autores e elementos metodológicos.

QUADRO 4 – ESTUDOS DOS TEÓRICOS REFERENCIADOS NAS PRODUÇÕES

Teóricos da Metodologia	Metodologia de pesquisa /ICD	Trabalhos selecionados
Minayo(2010) Thiollén(2011)	Qualitativa e Pesquisa-ação ICD: Questionários, Entrevista individual, Grupo focal, Diário de campo	Percepção dos idosos participantes de um programa de extensão sobre os pressupostos da política de envelhecimento ativo.
Flick (2004) Kerlinger(1980) Yin (2005)	Quantitativa, Estudo de casos e Avaliativo descritivo. ICD: Entrevista individual Skype® e/ou telefone.	Reflexões sobre a Universidade da Terceira Idade (UnTI) na gestão das universidades públicas federais brasileiras.
André (2005) Ellet (2008) Makessenas (2002) Yin (2005)	Quantitativa, Estudo Etnográfico e Estudo de Caso. ICD: Grupo focal, Entrevista de grupo e Diário de campo.	Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins.
Denzin e Lincoln(2006) Sampieri, Collado e Lucio(2013)	Quantitativa, Exploratória e Descritiva ICD: Entrevista semiestruturada, gravadas e transcritas, Questionário e Observação participante.	Participação de idosos em um projeto de educação continuada sob a perspectiva da psicologia social comunitária.
Marconi; Lakatos (2003) Vergara (2004)	Pesquisa de campo e documental. ICD: Entrevista semiestruturada gravadas e transcrita, Consulta ao SIGA Relatórios finais - programas/extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.	Responsabilidade social na universidade: uma análise das ações de extensão da Universidade Federal Rural do semi-árido.
Latour(2012) Law (1992) Schumpeter(1985)	Teoria Ator-Rede (TAR) ICD: Observação do campo	Inovação social na extensão universitária: a experiência no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina.
Cheptulin (2004) Kosik (2011) Konder (2014) Masson (2012)	Quantitativa ICD: Revisão de Literatura e Questionários.	Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses.
André (1995) Bogdan; Biklen (1994) Lüdke; André (1986) Goldenberg (2007)	Quantitativa e Pesquisa-ação. ICD: Entrevista de grupo, Fotografias e Diário de campo.	Conversas sobre Matemática com pessoas idosas viabilizadas por uma ação de extensão universitária.
Bardin (2009)	Quantitativa e Pesquisa Documental ICD: Documentos do Programa de Integração de gerações	O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina: desafios contemporâneos.

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2020).

2.2 LEITURA INTEGRATIVA DAS PRODUÇÕES

As pesquisas nas bases de dados, BDTD e Portal da CAPES, apresentadas nos Quadros 1 e 2, trazem elementos que discutem a educação de pessoas idosas em programas de extensão, ofertados em Universidades da Terceira Idade (UnTI). Está população são na sua grande maioria mulheres com idade acima de 65 anos

atuantes na comunidade e que buscam novos conhecimentos. As pesquisas consideram a pessoa da terceira idade como sendo ativa e participativa em atividades do seu meio social e familiar, mas é pela Universidade que ela (re) inventa a sua nova jornada de vida.

O sentimento de aceitação da condição de estar idoso (a) pode ser amenizado nos momentos dos encontros com outros idosos, realizados nos diferentes programas e cursos extensionistas. Nestes encontros, há o protagonismo e o sentimento de pertencimento à um grupo e espaço físico em que circulam pessoas adultas, diferente de quando o idoso frequenta espaços formais destinados ao público infantil e adolescente. As produções selecionadas, enfatizam que a (re) construção da identidade da pessoa idosa, em um ambiente que é dedicado e organizado para ela, possibilita uma melhora na sua autoestima, pois sente-se valorizada.

Nas dissertações, os autores consideram dimensões como ética, legalidade e política da responsabilidade social relevantes para compor e descrever o papel dos programas extensionista, a partir do olhar e significado do idoso(a) partícipe do desenvolvimento, processo e avaliação das atividades extensionistas.

Os trabalhos selecionados para este momento defendem que o envelhecimento da população é um fenômeno mundial, exige atenção das autoridades públicas, entendimento e esclarecimento cultural e da legalidade junto à sociedade, além de envolver a questão da qualidade de vida para estas pessoas. Porém desmistificar a construção conceitual de que esta população é constituída por pessoas incapazes, ociosas e inválidas pela sociedade, é destaque em todos os trabalhos.

Por isso, uma educação permanente deve estar presente nos programas extensionistas voltados para esta população, visando o bem-estar, a qualidade de vida e uma educação ao longo da vida.

Considerando que as produções apresentadas nos Quadros 3 e 4 abordaram algumas temáticas em comum, para efeito didático, estes achados foram categorizados em seis Tópicos de Discussão, sendo eles os seguintes: 1º A Velhice como elemento de entendimento do ser idoso(a), 2º O envelhecer com qualidade, 3º Educação de pessoas idosas e educação permanente, 4º Educação Popular, 5º Prática educativa com pessoas idosas e o papel da Universidade e 6º Resultados e identificação de questões não tratadas na investigação.

2.2.1 A Velhice como elemento de entendimento do ser idoso(a)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o idoso como a pessoa com 60 anos ou mais de idade, pois aspectos como saúde mental, física, emocional, o nível de sua participação em diferentes contextos contribuem para que, a idade cronológica não se torne um fator determinantes.,

Para Zimerman (2000), a pessoa idosa é aquela que tem idades diferentes, as quais se constituem na idade do corpo (físico), na história genética, nos fatores psicológicos e nas situações emocionais e sentimentais que ocorrem pelas relações sociais. Com essa afirmação, Beauvoir (1976, p. 57) afirma que, “a velhice deve ser entendida em sua totalidade, dos fatores biológicos aos psicológicos, modificando e sendo modificado pela sua relação com o mundo e com sua própria história.”

Para Bodachne (1995) do ponto de vista cronológico, a velhice é a última fase do ciclo biológico pelo qual o ser humano passará, porém o momento certo de seu início é incerto e variável, pois dependerá de fatores genéticos e/ou ambientais.

As autoras, Scortegagna (2016) na tese, “Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses” e Yamazaki (2016) na dissertação “Participação de idosos em um projeto de educação continuada sob a perspectiva da psicologia social comunitária”, destacam que a idade da velhice contempla a idade cronológica, referente ao número de anos que a pessoa idosa tem, a partir de seu nascimento.

Contudo, a idade biológica é determinada pelas modificações corporais e mentais que decorrem do processo de desenvolvimento e constituem o envelhecimento humano. Há uma ‘idade social’ que, pesquisadores da área da saúde, a definem pela obtenção de hábitos e status sociais, adquiridos pela pessoa, estão vinculados aos papéis sociais, ao círculo de cultura e, principalmente, como a idade é conceituada pelas pessoas de sua idade.

Yamazaki (2016, p. 21) discorre que o conceito de idade psicológica segundo os estudos Papaléo Netto (2006), está vinculado à relação que existe entre a idade cronológica e suas capacidades mentais que envolvem percepção, aprendizagem e memória, e antecedem o potencial de funcionamento futuro da pessoa idosa. A autora ressalta ainda que, a idade cronológica está relacionada na maneira como a pessoa convive e avalia a presença de aspectos biológicos, sociais e psicológicos na sua própria pessoas e em relação à outras pessoas de mesma idade.

Do ponto de vista biológico, em sua tese, “O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina: desafios contemporâneos”, Franco (2017) ressalta que, as células do cérebro podem gerar novos neurônios em todas as idades, o que refuta o conceito de que há perda maciça e progressiva de células cerebrais durante o processo de envelhecimento. Ainda em sua tese, Franco (2017, p. 19-20) aponta que no “processo de envelhecer, a homogeneidade e a heterogeneidade⁶ são aspectos relevantes para a compreensão e estudos sobre a velhice e o entendimento sobre a pessoa idosa, como está etapa de vida das pessoas é constituída.” Haja vista as singularidades do ser envelhecido, considerando este como um processo que acontece ao longo do transcurso da vida, as experiências são vivenciadas e reelaboradas de forma subjetiva e individualizada. Porém especialistas

[...] acreditam que os principais motivos que levam a diminuição da capacidade cerebral são as doenças, e que é preciso encontrar meios de preservar e aumentar a eficiência do funcionamento cerebral, ao invés de se preocupar somente com o declínio. (LIMA, 2001, p. 86).

Para complementar a afirmação, Zimmerman (2000) considera que envelhecer envolve alterações físicas, psicológicas e sociais, mas uma alimentação adequada, a prática de exercícios físicos, a estimulação mental, o ímpeto de resolver situações cotidianas adversas de forma positivas, podem retardar ou minimizar os efeitos da passagem do tempo.

Segundo Silva (2017, p. 47-48) em sua tese intitulada “Reflexões sobre a Universidade da Terceira Idade (UnTI) na gestão das universidades públicas federais brasileiras”, ela traz por meio do histórico da gerontologia que existem diversas conquistas de pessoas idosas, a partir da segunda metade do século XX, pois foram quebrados estereótipos de um ser doente e frágil associado à velhice.

Neste mesmo princípio, o de compreensão sobre a velhice, Silva (2017) acrescenta em sua tese que, o termo terceira idade faz referência à longevidade humana, reconhecendo a pessoa idosa com possibilidades de subverter e transformar valores e modos de vida que social e culturalmente a eles foram impostos.

As pesquisas das autoras Yamazaki (2016), Franco (2017) e Pereira (2016) concordam que com chegada da velhice ou até mesmo da aposentadoria, a pessoa

⁶ A estes dois aspectos estão associadas as subjetividades e as identidades do envelhecer da pessoa. Entender que trata do processo de envelhecimento é enveredar pelo terreno das subjetividades, imersas em um contexto sociocultural, o que possibilita o encontro com velhices diferenciadas, heterogêneas (CASTRO, 2009, p. 55).

idosa têm a identidade associada à inutilidade e incapacidade, pois segundo estes estudos, o idoso passa a se sentir como alguém que foi produtivo no passado e não é mais no presente e futuro. A pessoa idosa neste período, assume papéis que não estão mais em seu status social, o que resulta em baixa autoestima, ausência de criatividade, empobrecimento cultural e tecnológico, inserção social prejudicada, apatia e desânimo. A aposentadoria é um marco na vida de muitas pessoas, ao mesmo tempo em que almejam pela sua chegada, há uma mudança significativa que altera toda a rotina estabelecida anteriormente.

Com a aposentada a pessoa idosa começa a ter “mais tempo livre”, não há o encontro diário com outras pessoas do seu círculo social e de trabalho, ocorre um maior convívio e relacionamento conjugal e/ou familiar, os afazeres domésticos se tornam frequentes. Tudo isso se torna frequente na vida dos idosos e nem sempre trazem satisfação pessoal aos mesmos.

Além da aposentadoria, os trabalhos destacam duas outras condições clássicas decorrentes do envelhecimento que desencadeiam a solidão e o isolamento dos idosos, que são: o esvaziamento do vínculo social, a saída dos filhos de casa, síndrome do ninho vazio, a viuvez e a sensação de invalidez.

Beauvoir (1976) descreve que nas sociedades antigas/tradicionais, a velhice foi associada à questão de poder, honra e sabedoria. Em sua obra, ela destaca a organização da polis na Grécia que era sempre assistida por um conselho de anciãos para tornar válidas as decisões, pois eram levadas em conta suas experiências e sabedorias.

A autora cita sobre a sociedade chinesa que privilegiava a condição da pessoa com mais idade de forma hierárquica e regulamentava rigorosamente as relações entre superiores e inferiores. O homem idoso era considerado detentor da sabedoria, autoridade máxima e todos os membros da família lhe devem obediência.

Silva (2016) na dissertação “Inovação social na extensão universitária: a experiência no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina”, em conformidade com as pesquisas de Scortegagna (2016), Silva (2017), Yamazaki (2016) e Pereira (2016) consideram que, o termo terceira idade refere-se a uma população idosa, ativa, participante de práticas sobre éticas, estéticas e políticas na comunidade. Isto acontece em virtude do estímulo psicológico e cultural pelas atividades desenvolvidas em espaços de convivência específicos para a pessoa

da terceira idade.⁷

Os autores das pesquisas abarcam em seus escritos como hipóteses para o surgimento da velhice e terceira idade, a reorganização das aposentadorias, o emprego da gerontologia social e os interesses da cultura de consumo. Mesmo diante da existência de termos para designar a velhice, as dissertações e teses revelam que, o processo de envelhecimento é complexo, negado, evitado e/ou temido pela existência de preconceitos próprios da pessoa idosa e da sociedade.

Desta forma, as pesquisas demarcam a necessidade de uma (re)educação para a superação destes preconceitos e entendimentos, pois o envelhecer ao longo da vida está associado ao aceitar, desfrutar e compartilhar as experiências, sabedorias e a liberdade com qualidade.

2.2.2 O envelhecer com qualidade de vida

A educação pode equacionar os problemas sociais da velhice com a perspectiva de que, o idoso possa adquirir mais conhecimento sobre si, obtenha condições de melhor compreender o contexto social, familiar em que está inserido, identifique os seus direitos e como ele pode atuar em prol de melhorias para a qualidade e o bem-estar de vida, sendo que

[...] o fenômeno educativo não pode ser entendido de maneira fragmentada ou como uma abstração válida para qualquer pessoa, para qualquer tempo e lugar, mas como uma prática social situada historicamente em uma realidade total, que envolve aspectos culturais, políticos e econômicos, os quais permeiam a vida do homem concreto e, para este, a educação diz respeito. (OLIVEIRA, 1999, p. 232).

Neste sentido, a tese de Silva (2017), destaca a educação para prevenção, acessibilidade da pessoa idosa aos serviços com qualidade, treinamento e educação principalmente para os cuidadores. A autora relata ainda da participação dos idosos nas atividades que envolvem aspectos da educação, pois existem oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para estes idosos. Para os organizadores das

⁷ Cachioni e Palma (2006) relatam que o termo terceira idade surgiu em 1956 pela primeira vez com o intuito de identificar os idosos, e foi adotado por países da Europa e América. As autoras classificam em: **primeira idade** – à infância que traduzia a ideia de improdutividade. **Segunda idade** – vida adulta, vida produtiva, e **terceira idade** – período da vida não produtivo, no qual a pessoa se aposentava. Cachioni e Palma (2006) entendem que as expressões cabelos de prata, melhor idade, feliz idade, e outras, devem ser evitadas. Caracterizam os preconceitos da sociedade sobre os idosos. O ato de assumir que se é velho depende de um processo educativo que envolve todas as pessoas, crianças, jovens, adultos e o próprio idoso. Com isso, espera-se que o idoso se apodere e transforme, visando uma velhice digna e bem sucedida.

atividades com os idosos, eles reconhecem que há uma maior participação dos idosos em atividades que permitem ações na vida familiar e comunitária, estas que são as mais relevantes e significativas.

Pereira (2016), Yamazaki (2016), Silva (2016) e Possamai (2017) enfatizam sobre a necessidade de reconhecer a capacidade de aprendizado que uma pessoa apresenta, durante a sua velhice, aprendizado que se difere em outras fases da vida: infância, adolescência e/ou adulta. Silva (2016, p. 237) considera que, “os cursos e as atividades para idosos, no contexto da educação permanente e de natureza não formal, não deve ter a intensionalidade de certificar ou profissionalizar os idosos participantes dos programas extensionista, mas o de ampliar conhecimentos e possibilidades de aprenderem ao longo de toda a vida.”

No entanto para Yamazaki (2016) e Possamai (2017), os estudos na área da saúde que visam prolongar a vida das pessoas, alertam que a forma como vivem os idosos influencia profundamente na perspectiva de longevidade, com exceção as condições de ordem genética que, a Ciência, não consegue alterar.

Com isso, observam-se importantes mudanças que influenciam nas atitudes e conceitos sociais sobre a população idosa, pois se reconhece que estas pessoas têm se mantido ativas a partir de uma série de atividades que potencializam o seu relacionamento tanto profissional, social e familiar. Contudo, elas podem e precisam explorar novas aprendizagens e, assim, redimensionar o seu lugar na sociedade.

De acordo com a OMS, existem muitos idosos que permanecem no trabalho formal e informal no Brasil, pois para muitos o trabalho representa recurso vital para as suas famílias. Porém nos trabalhos de Silva (2016), Lima (2016) e Franco (2017), as pessoas idosas que não precisam trabalhar, desfrutam de saúde, procura uma melhor qualidade de vida por meio de programas na comunidade e/ou Universidades voltadas para a terceira idade e/ou frequentam grupos de convivência que apresentam apoio afetivo e psicossocial, envolvendo-os em atividades sociais.

Por meio dos estudos da Gerontologia, os maiores responsáveis pelo envelhecimento saudável são

[...] a sociabilidade e a educação para atender a esta população, por meio de programas de valorização aos idosos, como os centros de convivências do SESC, clubes de terceira idade com programações turísticas e culturais e as Universidades da Terceira Idade, incentivando o estudante mais velho a participar do ensino e aprendizagem. (QUEIROZ; PAPALÉO NETTO, 2007, p. 47).

Os programas extensionistas de educação permanente, específicos para pessoas idosas, permitem sair do isolamento, proporcionam um maior interesse pela vida e pelas situações do cotidiano, pois a interação social entre seus pares, o sentimento de pertencimento e o vínculo com os grupos de seu convívio, lhes permite estabelecer afetividade, acolhimento, crescimento pessoal, dignidade inclusão e o distanciamento da sensação de solidão, desprezo, exclusão e desvalorização.

2.2.3 Educação de pessoas idosas e educação permanente

A educação entendida na sua totalidade pode ser transformadora, quando “o trabalho educativo se torna essencialmente político, um político transformador” (GADOTTI, 1988, p. 194). O princípio educativo deve refletir a necessidade do desenvolvimento da pessoa, reconhecendo o seu conhecimento adquirido que se desenvolveu no conjunto de suas relações com ele, o mundo e o outro.

Na concepção de não finitude da educação e da condição inacabada da pessoa, é primordial conceber a ideia de continuidade por meio da educação permanente, educação como uma resposta da finitude da infinitude [...] do homem como ser inacabado, pois (...) as pessoas estão em constante desenvolvimento, aprendizagem, e a experiência vital se baseia nessa incompletude. (FREIRE, 1997, p. 27-28).

Seguindo por esta linha de pensamento, Pereira (2016) na tese, “Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins”, considera a educação permanente como um dos componentes da aprendizagem ao longo da vida, enquanto elemento de valorização da cultura popular. Esta educação que ocupa lugar central no debate epistemológico e teórico da Educação da Pessoa Jovens, Adultos e Idosa, ao permitir (re)construção e (re)significação dos conhecimentos apreendidos.

Na tese “O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina: desafios contemporâneos”, Franco (2017, p. 45) define que:

[...] as atividades pedagógicas realizadas nas Universidades Abertas para Idosos (UATI), aproximam a educação permanente e as relações intergeracionais extras familiares, pelas significações dos idosos envolvidos nos programas extensionistas e, destacam a solidariedade entre as gerações.

Isto reafirma a importância de ações extensionistas pela Universidade para otimizar condições favoráveis ao entendimento do envelhecimento ativo, pela educação popular e permanente por meio da problematização do homem-mundo ou do homem e suas relações com o mundo e outros homens, possibilita que estes aprofundem a tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão inseridos. (FREIRE, 1997, p. 39).

No contexto de educação ao longo da vida, diferente da educação formal, por ter como objeto de estudo a velhice, se coloca em movimento os espaços informais constituídos por pessoas de diferentes crenças, culturas, gêneros e classes sociais. Observa-se então, a valorização dos saberes e o respeito às diferenças individuais e a promoção de uma aprendizagem com base na dialogicidade⁸. Mesmo com a chegada da velhice, há uma necessidade latente em continuar aprendendo, conhecendo e vivendo novas experiências a partir de diálogos, vivências, trocas de conhecimentos, narrativas essenciais para a concepção de estar e sentir-se vivo.

Um fator interessante descrito nos achados refere-se à caracterização dos territórios, estes que significam o lugar onde as pessoas idosas vivem, transitam e fazem a sua história, sendo eles as casas, as ruas, os bairros e os lugares que frequentam.

Nestes lugares do cotidiano, conjugam aprendizados que potencializam a educação permanente e a educação popular, enriquecem as relações humanas, laços e vínculos afetivos e sociais são estabelecidos. Para Yamazaki (2016), Pereira (2016) e Possamai (2017) o aprendizado para a pessoa idosa é considerado como um processo dinâmico, associado às oportunidades e condições do seu desenvolvimento psicossocial, vinculados ao exercício da percepção de sua identidade pessoal e social.

Na pesquisa de doutorado, intitulada “Conversas sobre Matemática com pessoas idosas viabilizadas por uma ação de extensão universitária”, Lima (2016, p. 90-91) destaca [...] a motivação na educação de pessoas idosas, é ativa, há nelas a vontade de querer aprender, o sentir-se útil para o outro e o prazer, interesse e expectativas por realizar as atividades de seu interesse. Cuenca (2011 *apud*

⁸ Dialogicidade que necessita do diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua "incompetência" para explicar os fatos. (FREIRE, 1996, p. 49).

Yamazaki, 2016, p.29) afirma ainda que, os conteúdos dos processos de aprendizagem, precisam de adaptações para atender às características, expectativas, valores, interesses e necessidades do referido público como:

- 1.O aprendizado deve ser útil e atender as necessidades pessoais, sociais e educativas sentidas e/ou percebidas;
- 2.O programa deve ser personalizado, atendendo as expectativas e interesses;
- 3.Os idosos devem ser ativos, participativos e protagonistas nesse processo;
- 4.O grupo precisa ser cooperativo e colaborativo;
- 5.O conteúdo precisa ser significativo, que leve em consideração a bagagem cultural de cada indivíduo;
- 6.A motivação e autoestima devem ser estimuladas para que o idoso tenha a oportunidade de continuar se desenvolvendo.

Yamazaki (2016), citada na tese de Scortegagna (2016) afirma que “Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses” traz um entendimento mais científico e político da educação permanente para a pessoa idosa, por intermédio de estudos da Gerontologia. Esta ciência que defende a necessidade de mudar objetivos, conteúdos e métodos e ajustá-los com base nas necessidades dessa população que envelhece. Isto com profundidade em estudos sobre a educação permanente que contemple a todos os participantes que atuam em programas com idosos.

Dos nove trabalhos, somente, Yamazaki (2016) traz uma discussão sobre andragogia, a partir de estudos dos autores: Lemieux e Martinez (2000) e Pereira (2014), ela descreve que a aprendizagem em adultos é diferente daquelas demonstradas com crianças, já que esta possui estratégias, maturidade e motivação diferentes. O adulto aprende para aplicar o conhecimento em um curto prazo, e não para guardar para o futuro.

A aprendizagem com pessoas idosas se torna um processo motivador. Há um aumento da qualidade de vida, autonomia, sociabilidade, sentimento de ser útil, desenvolvimento pessoal e social. Outro aspecto é o entendimento sobre o preparar-se para um novo futuro, considerando que envelhecer não deve significar preparar-se para morrer.

Gadotti (1981), sobre a educação permanente, traz uma nova perspectiva de condição e evolução da vida humana, pois é pelas diferentes realidades vividas que se aprende a ser aprendiz, pois a educação permanente necessita caminhar em direção a um projeto de educação atual e urgente.

Lima (2016, p. 28) na escrita de sua tese, defende a educação permanente como processo ininterrupto que ocorre em qualquer circunstância da vida, é desencadeada pelas transformações de aspecto social, político e/ou cultural. É, complementa, o ser humano pode ter diferentes formas de acesso ao saber e à cultura em diferentes fases da vida e faixa etária. Para Lima (2016), o retorno aos estudos, na terceira idade, potencializa (re) significar o sentido da vida, com novos planos, desejos pessoais que foram interrompidos por condições desfavoráveis, como a necessidade de trabalhar ou a falta de acesso à escola durante a infância e/ou juventude.

Diante do exposto, Scortgagna (2015) alerta em sua pesquisa para a existência da pessoa alienada ideologicamente, a partir do contexto social no qual está inserida, ela toma para si, assume uma posição da ideologia dominante e a reproduz. E, afirma, está reprodução ideológica ocorre em diferentes espaços como a escola, os meios de comunicação de massa e a cultura. Scortgagna (2015, p. 16) deixa claro que

[...] numa sociedade capitalista a marginalização é recorrente, muitas vezes diversos grupos sociais em condição de vulnerabilidade são excluídos, como os idosos, as crianças, os portadores de necessidades especiais, os indígenas, entre outros. No caso dos idosos, são considerados em dupla vulnerabilidade, pela questão da idade e por refletirem situações de exclusão, marginalização e pobreza. Diante dos valores da classe dominante nesse sistema, excluem-se todos aqueles que são considerados como improdutivos ou de alguma maneira possam significar um peso social.

Nos estudos de Franco (2017) e Lima (2016) a educação permanente, para idosos, deve ser construída em conjunto com os próprios participantes dos programas e ações extensionistas que as UnTI ofertam. As autoras deixam claro em seus escritos que, os envolvidos precisam se tornar colaboradores da elaboração dos projetos e atividades, para que se sintam motivados, ir além do aprender, compreender a realizar sonhos e projetos de vida para as pessoas. O reflexo desse movimento de tomada de consciência de todos, possibilitará a inserção da pessoa idosa comunidade.

É imprescindível ampliar o conceito e a proposta de educação permanente para abarcar, em seu exercício pleno, o encontro entre pessoas idosas de diferentes níveis de escolaridade, classes sociais, interesses, mas em comum buscam por uma nova forma de continuar vivendo e adquirindo uma vida saudável que permita viver mais.

2.2.4 Educação popular

A educação popular é presente na América Latina pelos estudos de Paulo Freire dos diálogos em diferentes espaços e tempos, pois o seu campo social e intelectual consolida os coletivos de práticas educativas. Estas práticas são constituídas da história de vida que pessoas, homens, mulheres, grupos, dos movimentos sociais e, dos participantes da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e idosas, como apresentam as teses de Lima e Pereira, publicadas em 2016.

Os autores consolidam o conceito de educação popular a partir do referencial teórico de Brandão (2013) e Freire (1997) no ideário de que, essa educação contribuiu para a compreensão do ser humano em sua totalidade e origem, mais pluralista na busca pela construção do ser social e político.

Pereira (2016), após as leituras dos documentos que definem e organização as ações extensionistas, ocorridas na Universidade da Maturidade no Tocantins, concorda que a partir da educação popular nasce uma nova visão de aprendizagem ao longo da vida.

As experiências e práticas, narradas pelas pessoas durante as atividades extensionistas, descrevem campos de atuação para o desenvolvimento de uma educação ao longo da vida voltada para cidadania, saúde, direitos humanos, aspectos ambientais, de valores e trabalho. Porém existem espaços em que a educação ao longo da vida necessita chegar que são: educação nas prisões, educação política, educação hospitalar, educação indígena, educação na cidade, educação no trânsito.

Em sua tese, Lima (2016) relata a educação popular a partir de Freire (1981, p. 43) e, evidencia a relação de transformação homem-mundo que aperfeiçoada na problematização crítica que significa, [...] apropriar-se das relações e problematizá-las, impulsionando a todos os envolvidos ao exercício do verdadeiro papel que lhes cabe como homens e, que é, o de ser sujeito de ação transformadora no mundo.

Neste mesmo cenário, Gadotti (1988, p. 64-65) acrescenta [...] a educação popular é pensada pela via da educação social e comunitária para além de interdisciplinar, no sentido de integrar os profissionais de diferentes áreas para compor ações extensionistas e suas práticas que exigem conhecimentos e saberes específico.

Diante do cenário posto, os pesquisadores detalham que, pela educação popular, a aprendizagem ao longo da vida, se consolida, pois diante das atividades e

narrativas das pessoas idosas, as necessidades que lhe são relevantes passam a ser pensadas num constructo que amplia o conhecimento adquirido do vivido.

2.2.5 A formação de pessoas que atuam na PPI, as práticas extensionistas e o papel da Universidade

Com relação às práticas educativas desenvolvidas com pessoas idosas, há um indicativo nos estudos levantados de que, as práticas são desenvolvidas em espaços formais e informais. As produções revelam a busca por formação específica que mobilizam os profissionais para reflexões sobre suas práticas e trajetórias, que os impulsiona na busca por processos formativos, capazes de reduzir a distância entre as primeiras formações/experiências e as demandas que advém dos idosos.

Em grande parte das pesquisas, as ações são realizadas a partir de temáticas favoráveis ao encontro entre gerações, se conjugam em espaços e tempos flexíveis, diferentes dos órgãos reguladores e espaços formais. Dos motivos que levam a pessoa idosa a frequentar os programas extensionistas, melhoria da qualidade de vida física, vontade de aprender e conhecer novas pessoas são os mais mencionados.

Com as práticas educativas realizadas durante ações extensionistas, os participantes apresentaram alterações significativas no cotidiano e na expectativa de vida. Um dos pontos relevantes corresponde a identificação e reconhecimento de seu perfil como pessoa idosa, essa percepção oportuniza uma melhor organização em suas atividades cotidianas e uma troca de conhecimento com familiares, amigos e pessoas de outras faixas etárias como, os adolescentes.

Diante da análise sistemática apresentada, identificaram-se linhas de convergência entre as produções, no que tange o campo das ações extensionistas ofertadas pelas Universidades.

As produções são favoráveis ao exercício de atividades que envolvam diferentes práticas e temáticas voltadas para esta população. Porém, um dos grandes desafios é a formação profissional adequada para as pessoas que deliberam, realizam e organizam as ações extensionistas e atuam com os idosos. Os autores evidenciam que dirigentes, funcionários e professores, não apresentam formação específica e/ou educativa voltada para a educação da pessoa idosa, o desenvolvimento de uma educação ao longo da vida e de ações práticas reflexivas e

de emancipação do idoso.

Na tese de Silva (2017), ao analisar a formação educativa dos que atuam com idosos nas práticas pela Universidade da Terceira Idade (UnTI), a autora destaca que

[...] os coordenadores e as autoridades universitárias necessitam aprofundar e dialogar sobre três pilares: Política de Envelhecimento Ativo; Saúde e Educação e Questões de ordem orçamentária que se destinam, ao desenvolvimento de ações extensionistas voltadas para pessoas idosas. (SILVA, 2017, p. 166).

As produções de Scortegagna (2015), Franco (2017), Lima (2017) e Almeida (2016) são unânimes ao retratarem, sobre a formação dos que atuam com idosos nas ações e nos programas extensionistas. Eles afirmam existir uma preocupação em desenvolver aspectos de vida e educação transformadora para a pessoa idosa que contemplem autocuidado, integração social, escuta, mas a ausência de formação especializada para os que atuam diretamente com os idosos, em diferentes espaços da sociedade, ainda é escasso.

Os aspectos mencionados pelos autores, não estão presentes no contexto da formação primeira dos envolvidos que atuam com os idosos no processo das ações extensionistas e, por isso, estas pessoas procuram em outras áreas, fora do contexto de educação e da Universidade, atualização e conhecimentos para subsidiar a sua formação e prática com idosos, pois

[...] é preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, pois ensinar exige apreensão da realidade e para apreender a realidade precisamos estar atentos para a inconclusão do ser humano. Toda prática educativa demanda da existência do sujeito, um que ensinando aprende, outro que aprendendo ensina. (FREIRE, 1996, p. 41-43).

Nas produções de Scortegagna (2016) e Franco (2017), há uma ascendência com relação ao contexto sobre as limitações profissionais de professor, gestores e dirigentes que organizam e dos que atuam com as pessoas idosas em programas extensionistas, pois muitas das vezes

[...] o programa não recebe recursos para se autogerir como, por exemplo, na Universidade da Terceira Idade (UnTI) da UEPG. (...) é cobrada uma taxa de mensalidade para a sua manutenção, o pagamento do salário dos professores e a manutenção do programa que envolve material de consumo, material didático, promoção de eventos, passeios e viagens, entre outros. (SCORTEGAGNA, 2016, p. 175).

O cenário descrito, representa uma desvalorização por parte do governo sobre as ações que a Universidade realiza junto à comunidade. O custeio para o desenvolvimento das atividades e do recurso humano é sempre entendido pelas autoridades e órgãos públicos a partir de uma visão pautada na estrutura assistencialista de que a educação para o povo é entendida e ofertada de forma homeopática, fragmentada e sem nenhum compromisso com a dignidade humana.

No referente à formação inicial e continuada de profissionais da educação que atuam com pessoas idosas nas ações e nos programas extensionistas, os investimentos estão a cargo de soluções e alternativas que as próprias instituições de ensino buscam junto aos seus participantes e a comunidade ao seu entorno.

É emergente o entendimento da sociedade e poder público de que a formação educativa de profissionais que atuam com pessoas idosas, em instituições formais ou diferentes espaços da Universidade, contribui para a valorização do idoso, possibilita discussões e elaboração de políticas maiores que vislumbrem a emancipação desta população na sociedade, a partir do entendimento e da dialética entre educação, homem, envelhecimento e sociedade.

Para Nóvoa (2011) é preciso reforçar a dimensão pessoal e a presença de professores, por meio de investimentos na construção de redes de trabalho coletivo, para suporte nas práticas da formação baseada na partilha e no diálogo profissional. Nas sociedades contemporâneas, esta formação resulta na força de uma profissão, na resolução de situações da realidade social, institucional de problemas postos pela/na sociedade.

Por isso, a necessidade de uma formação educativa para os que atuam com pessoas idosas ancorada na visão de uma educação problematizadora que Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido* afirma:

[...] a educação problematizadora é revolucionária. (...) identifica os seres como históricos, para além de si mesmos que caminham para frente, olham para frente; (...) um modo de fazer com que o homem conheça da melhor forma o que está acontecendo, para melhor construir o futuro (...) mesmo sabendo que são inconclusos. (FREIRE, 1988, p.73).

Contudo nas produções de Almeida (2017), Yamasaki (2016), Pereira (2016) e Possamai (2017), o papel do professor que atua nas ações e programas para idosos, estão voltados para o profissional técnico, pois os profissionais que desenvolveram as ações extensionistas são formados e continuam suas especializações pautadas nas suas áreas de origem que são Psicologia, Enfermagem

e Tecnologia da Informação. Mesmo diante de dificuldades e situações inusitadas durante as atividades desenvolvidas, a experiência vivida com os idosos, pelos profissionais, se caracterizou como exemplo de ação universitária, geradora e difusora de inovações sociais da Universidade com a comunidade e os idosos.

Por outro lado, os autores dos trabalhos reconhecem que a Universidade poderia ter reconhecimento, *status* diferente, no papel que exerce e pela importância e valorização social e comunitária. E, concluem que, as limitações sobre a formação dos profissionais que atuam com pessoas idosas, está nas mãos da própria Universidade, este espaço que tenta, incansavelmente, atender às demandas da sociedade em todas as áreas que inferem sobre o ser humano.

2.2.6 Resultados e Identificação de questões de investigação não tratadas

O idoso e/ou a terceira idade são mencionados nas pesquisas para quantificar dados estatísticos, evidenciar e fundamentar a base teórica e legal de uma política ainda deficitária, com ausência de uma aprendizagem e educação ao longo da vida que coloque o idoso como protagonistas nas ações realizadas pelas Universidades.

No Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) é evidente que, pela concepção do aprender ao longo da vida, se configura as políticas públicas para a valorização de saberes da experiência daqueles que ainda contribuem para a produção cultural, material e imaterial do país, de forma digna e com autonomia. (BRASIL, 2009, p. 27).

O Estatuto do Idoso, em seu Capítulo V, Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Artigos 21 e 22, diz que deve-se criar oportunidades de acesso do idoso à educação ao

[...] adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. (...) currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal terão conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. (BRASIL, 2003, p. 17).

É preciso alterar o olhar e deixar de lado a tendência histórica de pessoas idosas destinadas ao ócio e às atividades pouco criativas, impossibilitadas de assumirem compromissos sociais, culturais e familiares. Elas têm um legado de vida ativa e de transmissão da herança cultural. (BRASIL, 2009).

A velhice e o envelhecimento no Brasil mostram pontos contrastantes e significativos na organização da sociedade atual. Por um lado, observa-se que, os dados de censos demográficos, enaltecem a quantidade de idosos e a perspectiva de uma população idosa viver cada vez mais. De outro, continuam os olhares do capitalismo que vê o idoso como símbolo de gastos públicos e orçamentários para a previdência brasileira.

Por isso, as ações extensionistas desenvolvidas para a pessoa idosa, têm como base os princípios da educação permanente e popular, a totalidade no processo formativo e a voz dos participantes para a identificação de contradições da sociedade. Porém, há limitações e ausência na/de formação educativa de profissionais e professores que atuam com as pessoas idosas por meio de projeto, programas e ações da Universidade e fora dela, e que permanecem pautadas nas experiências de uma formação inicial e continuada sem características e conhecimento específicos do contexto da pessoa idosa, conforme destacam as produções dos trabalhos apresentados.

Os estudos de Osorio (2005, p. 280) ressaltam que indiferente das condições de vida, [...] o adulto tem capacidade para aprender e contribuir com os conhecimentos que adquiri pelas relações que estabelece com os outros em diferentes espaços de convivência e atuação. Osorio (2005) menciona ainda que, os profissionais que atuam com pessoas adultas e idosas necessitam de um aprofundamento sobre as fases de desenvolvimento humano que pode ser adquirido pelas áreas da Gerontologia e da Educação. Por isso, a Universidade em sua constituição e desenvolvimento implica em formação educativa, seleção de métodos e técnicas para ampliar o conhecimento e as atividades frente às mudanças dos processos do envelhecimento e da aprendizagem do adulto e do idoso ao longo da vida.

Corroborando com o exposto, segundo Gonçalves (2015, p. 1230), é dever das Universidades ofertar formação adequada para suprir as lacunas que são destacadas pela sociedade. A Universidade é um campo e conjuga *habitus* que consolidam Ensino, Pesquisa e Extensão, imprime marcas históricas no processo material e imaterial que envolve estruturas arquitetônicas, normas e práticas coletivas e individuais, além de espaços extensionistas.

Para Santos (2005, p. 64-65) na pesquisa, Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade, (...) só há Universidade quando há formação, pesquisa e extensão, (...) sem estes, há somente ensino

superior, não há Universidade com seus campos e hábitos.

Bourdieu (2004, p. 21) conceitua campos como, o espaço em que ocorrem as relações sociais são estabelecidas pelas pessoas participantes e, que, congregam experiências oriundas de outros vários campos. Ao desenvolverem suas práticas nos campos, as pessoas se evidenciam e compartilham os seus *habitus*, pelas práticas e experiências que apresentam crenças, valores, sentimentos, sentidos e significados subjetivos do vividos ao longo de sua vida.

As produções destacaram o papel da Universidade numa sociedade brasileira e ocidental que, ainda, traz um conceito de idoso que se constitui pelo juízo de valor. Este juízo de valor demonstra que permeia um ser incapaz, ocioso e inválido. Porém, os autores reconhecem que é pela Universidade, atuante com ações extencionistas junto à Comunidade, que uma nova perspectiva de quem é o idoso se constitui.

Os autores defendem estudos e pesquisas nas áreas de saúde e educação, indicam fatores potencializam um envelhecimento ativo com educação permanente e aprendizagem ao longo da vida (contínua), alimentação adequada, prática de atividades físicas, estimulação mental, interação social, pois isto minimiza os efeitos psicológico e social da identidade do ser pessoa idosa.

2.3 HISTORIANDO A EXTENSÃO NO BRASIL E NA UFPR

No contexto da história da Universidade brasileira, a área que apresenta evidências e preocupações para manter os vínculos com as situações presentes na sociedade, certamente, é a Extensão Universitária. Souza (2000) destaca que, a Universidade passa, há tempos, por enormes e significativos enfrentamentos e resistências diante do elitismo e eurocentrismo demarcados na educação brasileira.

Para compreender um pouco mais sobre a afirmação e o papel da Extensão Universitária que surgiu na Inglaterra, por volta do século XIX, Nogueira (2005) salienta que, a extensão universitária, teve o seu início na tentativa de educação continuada (*Lifelong Education*), mas voltada para a população adulta que, na época, estava sem acesso à Universidade.

No Brasil, a partir do Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, a Extensão não é mencionada como função da Universidade, pois as pesquisas eram atribuídas para a população mais instruída. Em 1960, a Extensão registra traços do compromisso com o ensino e a pesquisa, ganha roupagem com as ações

extensionistas para as classes populares com o objetivo e a intencionalidade de conscientizar o público dessa classe sobre os seus direitos.

Na primeira metade do século XX, a Universidade brasileira surge, tardiamente, considerando os moldes dos países europeus e, somente, a partir das décadas de 50 e 60, por meio do compromisso social e acentuada influência de movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Projeto UNE Volante, potencializou-se uma mobilização nacional para atividades de extensão.

Neste período, o trabalho de Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação brasileira, foi destaque com a criação do Serviço de Extensão Cultural dentro da Universidade do Recife, seguido do Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Contudo, as conquistas e os avanços da Extensão Universitária com ações extensionistas, voltadas para a educação da classe popular, novamente sofreu uma ruptura e um retrocesso com o golpe civil-militar de 1964, golpe que atingiu diretamente a construção da educação popular no Brasil.

Com os movimentos de jovens e adultos que foram destituídos, fragmentados, a representação estudantil UNE, foi extinta. Mesmo com tantas afrontas e rupturas impostas pelo golpe que atingiu a educação brasileira e a Universidade, as ações extensionistas desenvolvidas pelo Projeto Rondon, apresentaram resultados positivos. As ações extensionista possibilitaram que jovens universitários participassem ativamente das ações em comunidades rurais empobrecidas do Brasil. Porém este projeto não avançou, dadas a concepção assistencialista que o fundamentava e as condições do contexto político da época.

Por volta de 1968, a Lei n. 5.540/68 estabeleceu a Reforma Universitária pelo Artigo 20, onde as universidades e instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, atividades de ensino e resultados da pesquisa que lhe são inerentes (BRASIL, 1968). Com isso, ao final da década de 70 e início de 80, vários movimentos populares e organizações não governamentais e sindicais ressurgem e se estabelece uma nova estrutura da Extensão Universitária na perspectiva de Educação Popular. (BRANDÃO, 1982).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, hoje denominado Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em novembro de 1987, caracteriza um marco decisório para demarcar o novo avanço do processo educativo,

cultural e científico. Por meio do FORPROEX, a Extensão Universitária foi entendida como espaço que articula de forma indissociável, Ensino e Pesquisa, viabilizar e estreitar a relação entre Universidade e Sociedade e propagar o saber acadêmico e o saber popular num reencontro para o avanço da educação popular.

Com a Constituição de 1988, Artigo 207, consagrou-se o princípio da “indissociabilidade que integra a tríade ensino, pesquisa e extensão” e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Lei n. 9.394/96, a Extensão Universitária é estabelecida tendo como uma de suas finalidades ser “transformação e instrumento de mudança social e da sociedade e da própria Universidade que, segundo o Artigo 43, a Extensão Universitária tem caminhado para a conquista de direitos e em defesa da democracia” (BRASIL, 1996).

No cotidiano das ações extensionistas pelo exercício da Extensão Universitária, duas vertentes têm se confrontado: o entendimento de uma concepção assistencialista e outra do não assistencialismo. A vertente assistencialista entende a Extensão Universitária pelo conhecimento verticalizado, a partir de um serviço de assistência que desconhece a cultura e o saber popular. Nesta vertente, [...] não se leva em conta o que vem da sociedade para a Universidade, seja em termos da sociedade, sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que, a Universidade elabora. (GADOTTI, 2017, p. 2).

Entretanto, Calderón (2003, p. 37, tradução nossa) destaca que, para a Universidade estar inserida, efetivamente na sociedade, de modo a se fazer efetiva para além da vertente assistencialista, é necessário olhar para a sociedade, ouvi-la e considerar as vozes que dela emanam.

A segunda vertente, sim, entende a Extensão Universitária no contexto que ela deve ser constituída, como anunciadora e propagadora de saberes, que dialoga com a comunidade e a sociedade em seus diferentes tempos e espaços.

Por meio da proposta de Freire (1977) o conceito de extensão pelo entendimento de comunicação, vai exatamente ao encontro do contexto exposto, se fundamenta na teoria do conhecimento, responde à problemática da sociedade, enaltece o como se aprende e se produz conhecimento. O conceito tem como base antropológica o ser humano integral, por se constituir como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, ele está em constante aprendizado. Este ser que nem tudo sabe, não ignora tudo, mas necessita de uma educação ao longo da vida.

O FORPROEX, nas últimas décadas tem atuado para superar aquela primeira vertente, a assistencialista da Extensão Universitária que (OLIVEIRA NETO *et al.*, 2015) evidenciam ser necessário ouvir e identificar as demandas que emergem da sociedade e ecoam nas Instituições de Educação Superior (IES) e que os universitários podem responder por intermédio das ações extensionista da Universidade-Sociedade-Comunidade, em uma “via de mão dupla”.

O sentido de Extensão Universitária junto à comunidade significa troca de conhecimentos acadêmicos e populares que resultam não somente em democratização destes conhecimentos, mas numa produção científica, social e cultural que emergem da realidade das pessoas envolvidas.

As ações extensionistas fortalecem o que foi defendido pelo FORPROEX, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão e de suas articulações para uma Universidade, para que está possibilite conscientizar as pessoas nos processos para a democrática e equidade educacional e social (SANTOS JÚNIOR, 2013) considera que, saberes e conhecimentos desenvolvidos junto a Universidade e a comunidade promovem uma sociedade mais igualitária.

Entretanto, vale ressaltar que, em 1975, mesmo com a centralidade da Extensão Universitária na primeira Política Nacional de Extensão e o início da ampliação de atividades extensionistas pois,

[...] a inclusão dos meios de comunicação, os resultados de pesquisas, os serviços para a difusão de cursos e os projetos de ações na comunidade, a extensão universitária continuou desvinculada da função acadêmica, por um longo período, se colocou como curso não regular, como efêmera, como assistencialista e até como prestadora de serviços de caráter mercantilista. (ASSUMPCÃO; LEONARDI, 2016, p. 462).

A Extensão Universitária pelo (FORPROEX, 2001) atualizou a concepção da extensão exposta na citação como sendo uma atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à Universidade brasileira e tem com contribuir significativamente para a mudança da sociedade. No FORPROEX (2012a, p. 29) a extensão deve prezar pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade e indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O FORPROEX, em suas diversas manifestações, tempos e espaços, defende o papel inovador da Extensão Universitária que tem a capacidade de promover uma interação transformadora entre Universidade-Sociedade-Universidade, mesmo com os entraves conservadores e elitistas presentes nas estruturas de algumas

Universidades brasileiras. Aspectos conservadores e elitistas limitaram a verdadeira visão da Extensão Universitária como descrito no texto da Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada pelo FORPROEX de 2012, em Manaus, o Brasil de hoje combina traços de seu passado conservador e autoritário com as inovações institucionais forjadas na luta pela redemocratização. (FORPROEX, 2012a, p. 20).

Na tentativa de expandir a Extensão Universitária no Brasil, como espaço para mudanças na prática acadêmica pelas ações extensionistas, ocorreram aproximações entre Universidades públicas e instituições da África e outros países da América Latina. Porém, foi com a abertura das Universidades públicas, (Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que se estabeleceu um ambiente de igualdade, respeito e multiculturalidade entre as nações.

2.3.1 O conceito das ações extensionistas pela Universidade no Brasil

A configuração e o processo de delineamento do conceito de extensão universitária que surgiu na Inglaterra, desde o século XIX, sofreu alterações até ser estabelecida uma concepção no Plano e Política Nacional de Extensão no Brasil que para Rocha (2001), isto aconteceu em razão das características de movimento arcaico presentes na extensão universitária e, que estiveram muito próximas aos desenvolvidos pelas/nas universidades medievais.

Nestas universidades, prevaleciam ações de caráter assistencialista, filantrópico e religioso para as classes mais pobres, o que denotou a existência forte de modelos ultrapassados de ações representativas da fase denominada de “pré-extensionismo”. Em meio à Revolução Industrial, a extensão universitária, também, surge em Cambridge na Inglaterra, mas com vistas para socializar o conhecimento universitário e suprir demandas das indústrias e da sociedade. (TAVARES, 2001).

O contexto político e econômico da época, conduziu o conceito de extensão para o campo da instrução técnica, pois a camada popular necessitava de instrução para operacionalizar máquinas nas indústrias e fábricas, resultado do avanço do capitalismo e da mão de obra barata do trabalhador operário.

A Universidade passa a ser o espaço para está forma de instrução, oferecendo acesso aos estudos de forma extensionista e suprimindo as demandas da

industrialização e qualificação profissional que crescia a passos largos, momento em que a Universidade é vista como prestadora de serviços.

Com isto, a extensão universitária identificou uma possibilidade de minimizar a necessidade que movimentos sociais, formados por grupos de intelectuais de Universidades Populares Europeias e setores marginalizados, desprendiam com o intuito de que, a extensão se torna um eixo propulsor de ações e atividades para as camadas populares da sociedade.

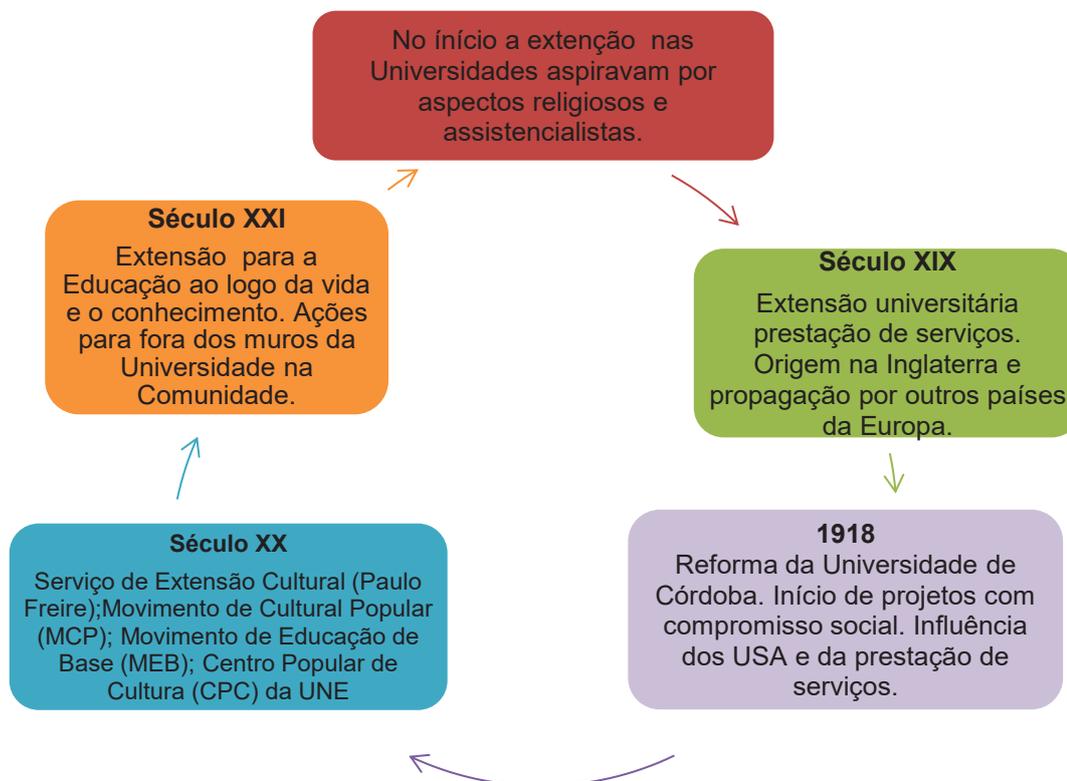
Nos estudos de Rocha (2001, p. 18), ações e atividades nas Universidades Populares como a Universidade de Oviedo na Espanha, se torna “espaço de protagonismo, pois, mesmo como prestadora de serviços, suas reivindicações envolveram, a oferta de cursos livres e programas de melhoramento para os trabalhadores e a difusão cultural de caráter social e político”. Na América latina, a partir do movimento estudantil de Córdoba, em 1918, a universidade popular assume um caráter de ações revolucionárias por priorizar a liberdade das nações latino-americanas, estas que estavam sob o domínio europeu.

Durante o processo histórico de desenvolvimento das ações extensionistas universitárias, a transformação social adotada na América latina, influenciou fortemente ideias que permanecem até os dias atuais na extensão universitária do Brasil. Outros países influenciaram significativamente o delineamento da extensão universitária brasileira como os Estados Unidos e a Argentina.

A partir da organização e estruturas entendidas pelas experiências dos outros países, no Brasil, foram desenvolvidos projetos regionais, voltados para as pessoas de comunidades rurais com a oferta de cursos profissionalizantes, educação à distância e prestação de serviços técnicos. Este modelo de extensão também se caracterizava como assistencialismo.

Em síntese, o contexto histórico da Universidade na função extensionista está apresentado na Figura 2.

FIGURA 2 – CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES EXTENSIONISTAS



FONTE: Adaptado de Merlo (2019)⁹.

2.3.2 As fases do desenvolvimento das ações extensionistas no Brasil

Por volta de 1911, surgem no Brasil as primeiras manifestações de uma extensão universitária com influência europeia e dos Estados Unidos, mas o Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931, primeira referência legal de extensão para as universidades brasileiras, alicerçou o Estatuto das Universidades Brasileiras e, a partir do Estatuto, as Universidades assumem, mesmo por meio de prestação de serviços, ações extensionistas de caráter popular.

Entretanto, ao final da década de 60, foi promulgada a Lei n. 5.540/68 (BRASIL, 1968) que contemplava a Lei Básica da Reforma Universitária instituindo a extensão em âmbito acadêmico. A Lei estabeleceu que as instituições de ensino superior desenvolvessem e ofertassem cursos e serviços especiais com atividades de ensino para a comunidade com a divulgação dos resultados de suas pesquisas.

⁹ Livro sobre os 65 anos de Extensão Universitária nas Universidades Federais no Brasil, relata trajetória de desafios e conquistas.

Com a ditadura no Brasil nas décadas de 60 e 70 retrocessos demarcaram as extensões universitárias e a tentativa de seu retorno, o governo propôs ações extensionistas pelo Projeto Rondon, com o objetivo de envolver estudantes universitários em atividades nas comunidades carentes do país. Com viés assistencialista, os projetos visavam o desenvolvimento e a segurança nacional e sua efetiva realização pelos participantes, estes que somente executavam as atividades e ações a partir das demandas do governo.

Em virtude do cenário e da repressão, por parte do governo, houve um enfraquecimento político da extensão universitária, porém estudantes reorganizaram movimentos estudantis e mantiveram o desenvolvimento de ações e atividades extensionistas desvinculadas das universidades e/ou instituições de ensino superior.

Nogueira (2001, p. 59), afirma que, a União Nacional dos Estudantes (UNE) para a época, propunha a ação de estudantes de forma ativa e atuante da vida social das pessoas das comunidades [...] com objetivo de possibilitar troca de experiências. Posteriormente, isto influenciou a organização da extensão universitária no Brasil para uma estrutura de ações e atividades práticas dialógicas.

Ainda durante a ditadura militar, um movimento entre os extensionistas, sob a perspectiva de mudança social e difusão cultural, tem início para que a extensão se torne missão social dentro das universidades brasileiras. E, assim, começa o delineamento de uma universidade com extensão social e para a comunidade.

Durante a década de 1970, Paulo Freire (1921-1997) traz uma importante contribuição com a obra “Extensão ou Comunicação”, escrita durante o seu exílio no Chile. Na obra, Freire (1983) analisa a semântica do termo extensão e os equívocos gnosiológicos, ele propõe uma extensão que visa não à transmissão de conteúdos e conhecimentos, mas a comunicação de forma dialógica entre eles e, por meio deles, em movimento com os participantes das ações.

Segundo Freire (1983, p. 16) é a partir do entendimento da dimensão humana que

[...] qualquer que seja o nível de conhecimento em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

A partir destes princípios de Paulo Freire (1983), o Ministério da Educação elaborou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária e, buscou formas de fortalecer e institucionalizar a extensão universitária com a criação de comissões específicas e a instituição da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), extinta em 1979.

Com o enfraquecimento da ditadura militar na América Latina, por volta da década de 80, os movimentos se organizaram em prol da redemocratização das nações e da reconstrução das estruturas políticas e sociais nas instituições e Universidades. Os envolvidos na luta pela extensão universitária no Brasil, ao questionarem a visão assistencialista das ações extensionistas, reelaboraram a concepção de Universidade Pública, redefinindo as práticas relacionando-as com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Em 1986, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciou uma política de extensão voltada para a sociedade, política que atenta ao processo ensino-aprendizagem, exemplo que foi difundido entre as instituições de ensino superior brasileiras, como forma de fortalecer os debates no FORPROEX. Em novembro do ano de 1987, com a criação do FORPROEX, ocorreu a aprovação do Plano Nacional de Extensão em 1998, iniciativa para a institucionalização da Extensão Universitária no Brasil. No plano se define o conceito de extensão universitária como o é atualmente, processo educativo, cultural e científico que articula Ensino e Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. (FORPROEX, 2001, p. 2).

O documento estabelece diretrizes que orientam as ações extensionistas com perspectivas de uma “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, um Impacto na Formação do Estudante e de Transformação Social” e, prevê um processo educativo da extensão nas dimensões

[...] cultural e científico articulado ao ensino e pesquisa de forma indissociável que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. é uma (...) via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (...) Além de instrumentalizadora do processo que é dialético entre teoria/prática, (...) é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

A partir destes movimentos de legalidade a extensão universitária, adquiriu importância dentro das instituições de ensino superior, com a superação das características de ser somente transmissão de conhecimentos, prestadora de serviços e assistencialista. A extensão universitária assume ações e atividades práticas na comunidade de interação dialógica e comprometimento com a transformação social.

Dessa forma, o contexto de desenvolvimento nacional da extensão universitária, se configura em diferentes tempos e contextos históricos, que são apresentados no Quadro 5.

QUADRO 5 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATÉ 1980

Ano	Contexto
1911	Surge a extensão no Brasil com moldes europeus e norte americano como prestação de serviço.
1931	Decreto nº 19.851/31 – confirma a extensão no Brasil como prestação de serviço.
1968	Lei nº 5.540/68 – Reforma Básica Universitária. Permanencia da Extensão como prestadora de serviço.
Década de 70 até meados de 80	Impacto da Ditadura Militar; Recuo dos movimentos sociais; Criação do Projeto Rondon com influência de militares; Prevalece cunho assistencialismo; Contribuições de Paulo Freire (1921-1997); Início de uma extensão dialógica e retorno de tentativas de ações extensionistas e atividades na comunidade popular pelos estudantes da (UNE).
Final da década de 80	Término da Ditadura Militar; Alteração da concepção de Universidade assistencialista e prestadora de serviços para Extensão Dialógica.
1987	Criação do FORPROEX - conceito de Ensino – Pesquisa – Extensão

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2021).

Durante os anos de 1987 a 2012, foi realizado um total de 33 (trinta e três) Encontros de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública Brasileira e, destes encontros, os relatórios finais que ocorreram entre os anos de 1996 até 2010, não foram publicização, o que totaliza 20 (vinte) relatórios ausentes. A partir dos fóruns, com a presença de pró-reitores das universidades públicas brasileiras, os encontros têm caráter deliberativo para o delineamento das ações e atividades.

No ano de 1999, após dezenove encontros, foi instituído o Fórum Nacional de Extensão (FOREXT) e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária para a representatividade das Universidades não públicas, com o objetivo de ampliar a construção de políticas nacionais para a extensão

universitária.

Neste processo de fortalecimento, a extensão é conceituada no âmbito de ensino e pesquisa e prevê que, as universidades criem, definam e institucionalizem na agenda encontros anuais para medidas tanto administrativas como acadêmicas. Contudo, somente no ano de 2001 com o Plano Nacional de Extensão Universitária, constitui-se uma das bases documentais em que se assenta o estudo do FOREXT proferido em 1999. No documento, a extensão universitária é definida como processo educativo, cultural e científico que articula Ensino e Pesquisa de forma indissociável e transformadora entre Universidade e Sociedade. (FORPROEX, 2001).

É importante destacar que o conceito, foi formulado no I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras de 1987 em Brasília. Ao término do encontro, redigiu-se um documento que apresentou, a partir de vinte e duas plenárias, as conclusões aprovadas para se definir o conceito de extensão, o processo de institucionalização e o seu funcionamento.

No ano de 1988, com o II Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, época em que o país vivenciava a implantação de uma nova Constituição Federal, valores voltados à democracia, igualdade e desenvolvimento social, estruturaram a extensão universitária.

O FORPROEX de 1988 ampliou discussões e delineou estratégias de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade com compromisso social no desenvolvimento de pesquisa e extensão, atenção para o delineamento das noções de estágios curriculares e projetos de extensão junto à comunidade.

Nos debates foi estabelecido que, ações extensionistas e atividades práticas devem estar articuladas com o ensino, prever ações de pesquisa junto a sociedade/comunidade, estabelecer colaboração na transformação social e considerar o conhecimento socialmente produzido e adquirido com vistas ao desenvolvimento e organização de movimentos populares.

No III Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em 1989, o FORPROEX volta suas discussões para a questão da interdisciplinaridade e da Universidade como prestadora de serviços na dimensão emancipadora e não assistencialista. Ao término desse Encontro, conclui-se que, embora a prestação de serviços seja uma realidade nas universidades públicas brasileiras, a sua compreensão, no entanto, não é unitária e consolidada, pois existem distintas concepções/conceitos de extensão dentre das Universidade.

Para a maioria das universidades, a prestação de serviços é compreendida como um atendimento, remunerado ou não, às demandas sociais e, poucas são as universidades que a compreendem o conceito de extensão como o definido pelo fórum, a prestação de serviços faz parte da organização da extensão para o desenvolvimento do processo acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa junto à sociedade.

No Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão de 1990 fez-se uma análise dos últimos três fóruns e, se reconhece a construção de um novo conceito de extensão em virtude de questões sobre a alfabetização, está enquanto função social das universidades públicas brasileiras.

Durante o Encontro, discutiu-se a questão da metodologia de extensão como um desafio, visto que a extensão não se constitui apenas como uma ação acadêmica, mas como expressão das próprias ideologias assumidas pela Universidade em seus tempos e espaços históricos (FORPROEX, 1990). Em 1991, o V Encontro Nacional do FORPROEX discutiu-se a institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática.

No documento, redigido ao final do Encontro, destacaram-se as diretrizes que orientam o desenvolvimento das Políticas de Extensão, em cada Universidade, salienta-se que, ensino, pesquisa e extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento e orçamento das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área.(FORPROEX, 1991, p. 36).

No VI Encontro, realizado em Santa Maria – RS, em 1992, apresentou-se nove grupos temáticos, dentre eles música, cinema, artes plásticas, que discutiram questões referentes às áreas artístico-culturais, com vistas à criação de um programa nacional de incentivo à formação e manutenção de oficinas deste âmbito. (FORPROEX, 1992).

Em 1993, o VII Encontro buscou discutir uma avaliação própria da extensão no contexto de sua autonomia universitária. Nesta proposta de avaliação, ficou contemplada a função acadêmica e social da Universidade, avaliação que deve abordar três níveis inter-relacionados, a citar: o compromisso institucional para estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto dessas atividades junto aos segmentos sociais com quem atua e, os processos, métodos e instrumentos de avaliação. (FORPROEX, 1993).

O VIII Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão de 1994 teve como tema a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional. Dado o compromisso com a transformação social, assumido pelas universidades públicas brasileiras, as universidades, devem se constituir de espaços para discussão e promoção da cidadania para a superação e permanência de toda e qualquer forma de exclusão ou marginalização sofrida por uma pessoa no país.

Desta forma, o Fórum (1993) destacou que, as ações das universidades, principalmente no que se refere à extensão universitária, devem voltar-se de forma prioritária aos setores sociais de pessoas excluídas e de seus direitos enquanto cidadãos. (FORPROEX, 1994).

Em 1995, no IX Encontro Nacional FORPROEX, se propõe a articulação da extensão universitária com projetos estratégicos e seu desenvolvimento em âmbito nacional e regional. As discussões realizadas neste Encontro resultaram na necessidade e no potencial das universidades se envolverem crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas [...] colaborando, assim, para a definição do papel do Estado brasileiro. (FORPROEX, 1995, p. 68).

Conforme mencionado, dentre os registros disponibilizados, virtualmente, na página da Rede Nacional de Extensão (RENEX), existe uma lacuna no que se refere aos documentos finais dos Encontros Nacionais do FORPROEX (2001) entre os anos de 1996 a 2010.

Os Encontros e o Plano Nacional de Extensão (2001) formaliza-se conceito, objetivos, metas e metodologias da extensão universitária proposta pelo FORPROEX a partir das discussões sobre os limites e as potencialidades desse Plano para uma versão preliminar e de legalidade nacional como Política Nacional de Extensão.

A Política Nacional de Extensão, apresentada em 2009 no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX, amplamente discutida no Encontro de 2010, após inseridas as devidas contribuições oriundas desse Encontro, foi aprovada como uma política, durante o XXXI Encontro Nacional do FORPROEX de 2012.

A Política Nacional de Extensão Universitária firma as diretrizes que devem orientar a sua formulação e ação, a citar novamente: a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto e Transformação Social.

2.3.3 A Política Nacional de Extensão: conceito, diretrizes e ações

Com o conceito de Extensão Universitária definido na Política Nacional de Extensão (2012) que não difere muito do elaborado na criação do FORPROEX, está explícito na versão final de 2001, do Plano Nacional de Extensão, o conceito de extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico da Universidade seu papel transformador da sociedade, pois,

[...] está sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012a, p. 15).

A Política Nacional de Extensão (BRASIL, 2012) apresenta ainda, as diretrizes que orientam todas as ações extensionistas, a citar nos tópicos que seguem de forma mais detalhada cada uma dessas diretrizes.

A **Interação Dialógica** visa ao desenvolvimento de relações entre universidade e comunidade pautadas no diálogo, na ação de mão-dupla, na troca de saberes, na superação do discurso de hegemonia acadêmica.

Desta forma, essa diretriz busca superar a noção de extensão como transmissão de conhecimento, visando um conhecimento construído por todos os envolvidos no processo de extensão. Assim, como define a Política Nacional de Extensão, a interação dialógica caracteriza-se como o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária. (FORPROEX, 2012b, p. 17).

A **Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade** preveem a interação entre diferentes áreas do conhecimento de forma a superar as visões generalistas e especializadas, acerca da complexa realidade social. Supõe, ainda, alianças entre diversos setores e organizações da sociedade, de forma a garantir a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende. (FORPROEX, 2012b, p. 17).

A **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão** propõe, a criação de um novo conceito de sala de aula, que não está limitado ao espaço físico da Academia. Nesta visão, os acadêmicos (e demais profissionais envolvidos com extensão) são protagonistas de sua formação pessoal, profissional e cidadã. Por meio da relação entre ensino e extensão, amplia-se a relação professor-aluno para uma relação que envolve a comunidade.

A extensão privilegia a pesquisa-ação, com participação ativa dos interessados com quem as ações são desenvolvidas, destaca-se, ainda, a ampliação das ações extensionistas vinculadas aos programas de pós-graduação e, como objetos de estudo de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, [...] adquire-se maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). (FORPROEX, 2012b, p. 18).

O **Impacto** na formação do estudante parte do pressuposto de que a extensão universitária permite ampliação sobre a realidade do estudante, bem como, o contato com problemáticas contemporâneas. Representa o enriquecimento da experiência discente tanto no nível teórico e metodológico, quanto de sua humanização. Para tanto, são pospostos como elementos essenciais dessa diretriz a indicação de um professor orientador, com clareza dos objetivos e compromissos do estudante e das metodologias de avaliação e sua participação acadêmica. (FORPROEX, 2012b).

O processo e percurso de **transformação social** reafirmam o caráter transformador da ação extensionista, por meio da relação dialógica, entre Universidade e comunidade. Esta transformação deverá estar voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento social, regional e transformar a própria universidade brasileira.

Para o dessas diretrizes, foram estabelecidas características das ações extensionistas como a definição da problemática sobre qual se atuará as atividades extensionistas, a complexidade da realidade social; o desenvolvimento das ações que contribuam de forma abrangente para a transformação da comunidade com a qual se trabalha e a efetividade da ação na solução da problemática envolvida. (FORPROEX, 2012b).

Como explicito no documento, referente à organização e sistematização de extensão, com base no Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 2001), são consideradas ações extensionistas aquelas que dizem respeito às atividades de programas de extensão, projetos de extensão, cursos, eventos, prestação de serviços, publicação e outros produtos acadêmicos, atividades que devem, preferencialmente, estar vinculadas a um programa de extensão.

A noção de programa pode ser compreendida, a partir da analogia com um 'guarda-chuva', onde o seu eixo central está em comunhão com as demais partes e se abre para possibilidades de uma série de outras atividades, programas de extensão que são definidos como conjunto articulado de projetos e outras ações de

extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. (FORPROEX, 2001, p. 35). De caráter orgânico-institucional, os programas de extensão se caracterizam como uma missão institucional, consolidação, orientação que está em atendimento a um problema, uma situação social.

De acordo com o FORPROEX (2001, p. 35), a Universidade pode atender à comunidade numa perspectiva de ações de formação processual, formativa e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. As ações podem ser vinculadas ou não a um programa de extensão, mas a execução e as propostas acadêmicas de atuação na “realidade social” devem cumprir o preceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pela Universidade, por meio de cursos, atividades acadêmicas consideradas como ensino extracurriculares com carga horária mínima, função de aperfeiçoamento, atualização, capacitação e formação educativa.

As atividades são consideradas pelo (FORPROEX, 2001, p. 38) como, [...] eventos com ações que visam a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

2.3.4 Os aspectos legais das ações extencionistas universitárias na UFPR

As ações extensionistas na UFPR iniciaram com o propósito de entender e expressar o conhecimento e a técnica que são produzidos na Universidade junto à sociedade/comunidade. As ações aconteciam, em formato de prestação de serviços, por meio de conferências e/ou cursos oferecidos à comunidade. A forma de prestação de serviços, advém da Inglaterra e dos Estados Unidos e foi integrada as Universidades no Brasil no início do século XX. (JUSTINO, 2001, p. 13).

No documento do FORPROEX (2012, p. 39), a prestação de serviço se coloca como uma estratégia para o terceiro desafio que é o de

[...] garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas, particularmente na área de prestação de serviços que têm carecido dessa dimensão.

Em conformidade com os apontamentos de Gaiofato, Vieira e Antunes (2014, p. 9), as Universidades Livres se fortalesceram com o intuito de expandir a extensão universitária e desenvolveram práticas extensionistas no formato de aulas públicas, conferências e cursos abertos à comunidade como, por exemplo, a Universidade Livre de São Paulo.

Durante as atividades, os participantes trocavam conhecimentos sobre temáticas como Fogo sagrado na Idade Média; Grandes viagens e grandes viajantes e A Latinidade da Rumênia”. As Universidades Livres no Brasil, foram criadas seguindo os modelos das Universidades Populares da Europa do século XVIII. Estas Universidades, foram organizadas no formato de colégios, totalmente, voltadas à educação de pessoas da elite.

No Brasil, na tentativa de implantar as formas da Universidade Livre, as atividades de extensão eram realizadas junto à comunidade externa, pelas áreas de Medicina e Odontologia com práticas denominadas de ‘aulas clínicas’, sob a estrutura de prestação de serviço e de ensino.

As aulas clínicas eram diárias, aconteciam no turno da manhã em espaços como dos hospitais para o atendimento gratuito às pessoas da comunidade, conforme o Estatuto das Universidades Brasileiras, Capítulo IV, sobre a Extensão da Universidade no

Art. 55. Os serviços de extensão, sob a forma de serviços especiais, inclusive a assessoria, atenderão à consultas e compreenderão o estudo, a elaboração de projetos concernentes a matéria científica, técnica e educacional, bem como a participação em quaisquer outras iniciativas do domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico. (UFPR, 2003, p. 24).

Em 1931, período marcado como Estado Novo de Getúlio Vargas, foi elaborado, pelo Decreto n. 19.851/31 da Reforma Francisco Campos, o Estatuto das Universidades Brasileiras.

A primeira referência de legalidade estava constituída à Extensão Universitária no Brasil e, indicava a concepção de ações extensionistas da UFPR, que correspondia ao pensamento vigente da época como disposto no Art. 109:

A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos tecnico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitária. (BRASIL, 1931).

Em 1946 com a criação da Orquestra Sinfônica da Universidade e 1958 do Coral Universitário, as ações extensionistas na UFPR demaram uma dimensão cultural e ganham expressividade. Com essas duas ações têm início, de forma mais efetiva, as atividades do Departamento Cultural da Universidade.

Por volta de 1961, a UFPR propõe ofertar cursos especiais denominados de Cursos de Verão que, Gaiofato, Vieira e Antunes (2014, p. 14), se apresentam como “atividades que consistiam em um conjunto de cursos especiais consolidando a Universidade no Estado do Paraná. Dos cursos ofertados destacaram-se os eletivos/profissionais e de inscrição livre e popular Plano de Interiorização da UFPR indicados na Programação Geral da Primeira Promoção da Universidade Volante”.

Com o Decreto-lei n. 252/67, que estabelece em seu Art. 10, a Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade sob forma de cursos e serviços as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes, dá parecer favorável para que a Universidade elabore e desenvolva ações extensionistas, pois dispõem em seu Parágrafo Único que [...] cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966. (BRASIL, 1967).

Durante o período de 1966 a 1969, a UFPR se organizou para desenvolver e realizar três grandes ações de extensão que compunham um Programa Nacional de Extensão Universitária em âmbito federal que foram: Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs) de 1966, Projeto Rondon de 1967 e Campus Avançado de 1969.

As ações previam melhorias das condições de vida da população regional, associadas e justificadas pela doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, numa relação da Extensão, Ensino e a Pesquisa, dimensões importantes da Universidade, reconhecidas como atividades necessárias e estendidas à comunidade.

Com a instituição da Reforma Universitária, Lei n. 5.540/68, a extensão nas Universidades, infere ao ensino superior a pesquisa ao desenvolvimento no campo das Ciências, Letras e Artes e da formação docente. Nogueira (2005, p. 26, tradução

nossa), ressalta que nessa Lei (1968) a indissociabilidade entre atividades de ensino e pesquisa se tornam mais estreitas e a Extensão se constitui como forma de estender à comunidade atividades de ensino e o resultado das pesquisas na Universidade e comunidade. (BRASIL, 1968).

A Lei (1968) articulava, fortemente, a realização de ações extensionistas nas Instituições de Ensino Superior com a participação de estudantes, estas atividades extensionistas na UFPR somam-se ao CRUTAC, Projeto Rondon, Programa Campus Avançado coordenado pela Fundação Projeto Rondon, com o apoio do MEC e do Ministério do Interior (MINTER). O Programa Rondon, envolvia ações em *Campi* Avançados, em regiões distantes do país, oferecendo assistência e serviços à população regional. Gaiofatto, Vieira e Antunes (2014, p. 12) registram em seus estudos junto à UFPR que, os programas se definiam em razão da integração social.

Contudo nas ações de extensão prevaleceram características de ações formativas, relacionadas à formação cívica pelas proposições dos governos militares daquele contexto e como oportunidades acadêmicas proporcionadas aos estudantes.

As pesquisadoras evidenciam que o CRUTAC tinha por objetivo, a interiorizar a UFPR na zona rural, o Projeto Rondon atuava em regiões distantes como, o campus avançado de Imperatriz no Maranhão. Das Universidades brasileiras, a UFPR foi pioneira, por atuar desde 1961, com universidades volantes e o sistema de interiorização das Universidades, estas que se deslocavam para as várias regiões educacionais do Paraná.

Em 1972, a UFPR promoveu nos denominados “Mini-Campus”, a partir de convênios firmados com prefeituras de municípios do Estado do Paraná, juntamente, com as Faculdades de Agronomia e de Veterinária, ações de extensão com base na Universidade Volante. A UFPR encaminhou equipes de professores e estudantes para diversas regiões do Paraná com o objetivo de realizarem, durante uma semana, palestras e atividades sobre assuntos agropecuários de interesse regional.

As ações obtiveram expansão quando, a UFPR estabeleceu uma parceria transformando o “Mini-Campus” em CRUTAC-PR instituído em 1972, o objetivo do programa era proporcionar treinamento aos estudantes da UFPR para que, realizassem ação comunitária, sob supervisão de professores, mas que não eximia dos órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), a responsabilidade em solucionar os problemas sociais.

Em 1972 no Campus Avançado de Imperatriz, no Maranhão, a UFPR realizou atividades envolvendo cursos, palestras, orientações didáticas, pedagógicas e sociais com o auxílio de equipes constituídas de professores e estudantes de diversas áreas como Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Bioquímica, Comunicação Social, Ciências Biológicas, Direito, Economia e Administração, Educação, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Medicina e Enfermagem.

Na década de 1980 em atendimento a determinações do Governo Federal, as Universidades deixaram de atender o Campus Avançados e Imperatriz no Maranhão e a UFPR, no dia 21 de dezembro de 1985, encerrou suas atividades, conforme Termo Aditivo 42/83. Os trabalhos futuros são mantidos pela Universidade Federal do Maranhão.

Com as Resoluções 03/81 e 08/83-CEP-UFPR dos cursos de Extensão na instituição, a política de extensão universitária, descritas entre o Estatuto de 1974, e o Estatuto de 1983, refletem significado relevante para o Estatuto e o Regimento da Universidade nos Artigos

Art.140 – A Extensão como atividade humanística, deve proporcionar à comunidade, conhecimentos de arte, ciência e técnica, em caráter permanente e recíproco.

Art. 141 – São finalidades da Extensão:

I – colaborar por estudo, equacionamento e solução dos problemas das áreas menos desenvolvidas, contribuindo para a compensação de desequilíbrios regionais;

II – participar da tomada de consciência, formação e esclarecimento da opinião pública, no processo de desenvolvimento regional e nacional;

III – promover o levantamento do mercado de trabalho profissional qualificado na sua área de influência. (UFPR,1983).

As ações de extensão na UFPR são compreendidas como atividades de ensino (cursos) a ser desenvolvidas, sob os Programas de Extensão universitária que tratam de questões básicas da comunidade e, tem o objetivo de difundir o conhecimento e dinamizar o processo de integração da Universidade na Comunidade. Os procedimentos, destes programas extensionistas, sempre envolveram aspectos sociais para a melhoria de vida da população, a interação de saberes populares numa relação de transformação entre os dois espaços, Universidade e comunidade.

Dentre as Normas de Extensão da UFPR, apresenta-se a aprovação da Bolsa Extensão, oficializada pela Resolução 16/91 do CEP (UFPR, 1991) que, institui e regulamenta o Programa Bolsa Extensão para viabilizar a participação dos

estudantes de graduação e os professores, em ações extensionistas que integrem a Universidade na Comunidade, e contribuir com a formação acadêmica e profissional dos envolvidos.

Para Gaiofato, Vieira e Antunes (2014, p. 24) a Resolução 16/91 é um marco importante na medida em que a Bolsa de Extensão é um incentivo que viabiliza o desenvolvimento de ações extensionistas na UFPR.

Com a reformulação da Pró-Reitoria de Órgão Suplementares (PROS), a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), formalizadas pela Resolução do Conselho Universitário (COUN n. 21/90), as atividades de Extensão e Cultura foram alteradas no Estatuto da UFPR, deixando de ter uma visão tradicional assistencialista para ser entendida como, processo educativo cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável (UFPR, 1991). Assim sendo,

Extensão se constitui via de mão dupla, relação entre a comunidade universitária e a sociedade para a práxis do conhecimento acadêmico, objeto de discussão entre professores e estudantes, produção de novos saberes, advindos dos saberes acadêmicos e populares. (...) se caracteriza como um trabalho intermultidisciplinar que favorece a visão de totalidade social. (...) o ato de aprender acontece em todos os espaços da Universidade e fora dela, Estudantes e população são participantes. (UFPR, 1991).

Contudo, no Estatuto da UFPR de 1992, a concepção de Extensão é semelhante à apresentada nos anos de 1970, 1974 e 1983 e referenda nos

Art.55 – Por meio de atividades de Extensão a Universidade contribuirá para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade.

Art.56 – Os serviços de Extensão, sob forma de serviços especiais, inclusive a assessoria, atenderão a consultas e compreenderão o estudo, a elaboração de projetos concernentes à matéria científica, técnica e educacional, bem como a participação em quaisquer outras iniciativas do domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico. (UFPR, 1992 *apud* POLICHUK, 1995, p. 74).

Com concepções diferentes de Extensão tensionadas na UFPR, registra-se que período de 1992, o Comitê Acessor de Extensão (CAEX) inicia análises e discussões para propor uma reformulação da Resolução Nº 56/88 do CEP. (GAIOFATO; VIEIRA; ANTUNES, 2014, p. 21).

A nova Resolução 24/93 do CEP, quando aprovada, traz em seu entendimento a Extensão como uma concepção sócio-transformadora e de compromisso social com o processo educativo, cultural e científico, articulados, indissociavelmente, ao Ensino e a Pesquisa de forma a viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. (UFPR, 1993).

O Conselho Universitário da Universidade foi outro marco da Extensão na UFPR, sob a Resolução n. 06/97, aprova as alterações do Estatuto da UFPR no que tange ao Art. 15 do Estatuto sobre a Administração Superior da Universidade, que passa a ser exercida pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (COUN) órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e pela Reitoria como órgão executivo central. (UFPR, 1997).

Com isso, formaliza-se a institucionalização da Extensão na UFPR e o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) é denominado de Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Em 1993, em todo território nacional, é criada a Comissão de Extensão Universitária de Portaria n. 66/SESu/MEC, com o objetivo de definir princípios, diretrizes e formas de fomentar a Extensão nas IES, por meio programas específicos.

O desenvolvimento de uma proposta política para a Extensão Universitária, pela Comissão com o Programa de Fomento à Extensão Universitária, traz diretrizes que priorizam ações e articulam elementos de um conhecimento emancipador da sociedade, sem dependência de cultural, econômica e política para possibilitar a construção de cidadania e participação da comunidade.

No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), descrita no cenário nacional de 1990, promulgada em 1996, não traz destaque para a extensão universitária e considera-se, então, o que contempla a Constituição Federal Brasileira, Art. 43, Da finalidade da Educação Superior.

- I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos

que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII- promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1988).

Na elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária, entre 1999 a 2001, apresentaram-se oito eixos temáticos: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho para que, as Universidades desenvolvessem as atividades extensionistas com vista a disseminar e fortalecer a nova concepção de extensão no Brasil.

O compromisso maior da Universidade era com a transformação de problemas sociais presentes na sociedade e comunidades vulneráveis, sem perder a autonomia dessas comunidades e seus participantes envolvidos nas ações. O papel maior da Universidade, com as ações extensionista, era o de contribuir para a mudança de vida e consciência da sociedade, em conformidade com os objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária, que são:

Reafirmar o processo acadêmico da extensão em função das exigências da realidade, necessário à formação do aluno, qualificação do professor e ao intercâmbio universidade e sociedade;

Assegurar entre a Universidade e a sociedade uma via de mão dupla para que os problemas sociais emergentes recebam atenção por parte da Universidade;

Priorizar ações extensionistas voltadas para o atendimento das necessidades sociais que emergem das comunidades e relacionadas às áreas de ampliação de renda, educação, geração de emprego, moradia, alimentação e saúde;

Estimular o desenvolvimento de atividades inter, multi e/ou transdisciplinares e interprofissionais junto aos setores da Universidade e sociedade. (BRASIL, 2000, 2001, p. 8).

Considerando ainda, pela política de extensão expressa nesse documento, a Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico, articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (FORPROEX, 2000, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n. 10.172/2001, a Meta 23, item 4, demonstra um reconhecimento do espaço das ações de extensão e

da sua necessidade no processo de formação dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Este reconhecimento refere-se a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior e, define, no mínimo, 10% de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (BRASIL, 2001, p. 38).

Para responder ao exposto no Plano Nacional de Extensão Universitária e no PNE, Gaiofatto, Vieira e Antunes (2014, p. 26) relatam que, a UFPR, por meio do CEPE, Resolução nº 23/01, das Atividades de Extensão na Universidade, estabelece a mesma concepção presente nestes documentos de âmbito nacional em seu Art. 1º.

O processo educativo, cultural e científico e suas ações de Extensão Universitária articula-se de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa numa relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (UFPR, 2001). Nas competências da Extensão, a mesma Resolução ressalta que, a sua institucionalização na UFPR, está disposta no Artigo 2º que dispõe que as atividades de Extensão

[...] serão coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) a quem, de acordo com o Regimento Geral da Universidade, cabe propor aos Conselhos Superiores normas e políticas sobre atividades de Extensão universitária, bem como fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar as atividades de Extensão no âmbito interno e externo da Universidade, contando com um Comitê Assessor de Extensão (CAEX) e Comitês Setoriais. (UFPR, 2001).

E, mais, das atribuições, competências, normas para reger a extensão, são estabelecidos cursos, eventos, prestação de serviços, programas, projetos, produções e publicações, recursos financeiros e dos critérios para a distribuição de Bolsas de extensão.

Em atendimento às exigências do Plano Nacional de Extensão Universitária, o FORPROEX, divulgado em 2007, o documento Extensão Universitária: organização e sistematização dá continuidade a primeira edição do livro “Sistema de Dados e Informações da Extensão/Base Operacional e divulga informações básicas e úteis para os envolvidos nos programas de Extensão Universitária brasileira.

O documento define as Diretrizes para a Extensão Universitária presentes nas ações de extensão, e podem ser expressas, a partir de quatro eixos que são: Impacto e transformação; Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Indissociabilidade ensino-pesquisa-Extensão. (FORPROEX, 2007, p. 17).

No documento constam orientações sobre a organização de atividades extensionistas, a articulação da Universidade com a sociedade e a divulgação das ações na RENEX. Esta rede que é uma iniciativa do FORPROEX, com o objetivo de cadastrar instituições de ensino superiores, divulgar suas ações extensionistas e um banco de dados inter-relacional, por meio de uma página na web, coordenado pelo Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX) no Brasil.

Em atendimento às exigências do FORPROEX, para a Política de Extensão da UFPR, o CEPE aprova a Resolução n. 70/08 e dispõe sobre as ações de Extensão na Universidade, ações que deverão ser expressas em quatro eixos, conforme o documento da FORPROEX da Extensão Universitária e do Programa de Avaliação Institucional da Universidade.

Durante o primeiro semestre de 2010, o CAEX retoma com ajustes necessários a esta Resolução n. 70/08, adota como estratégia inicial realizar uma consulta aberta por meio de seus Comitês com participação da comunidade universitária.

No CAEX discutiu-se a nova Resolução que, em virtude da greve de servidores da Universidade, foi decidida pelo CEPE, no segundo semestre, aprovando-se assim a Resolução n. 72/11 que dispunha de uma necessidade de melhor explicitar as modalidades para ações extensionistas, em cumprimento com as diretrizes do FORPROEX, das responsabilidades dos envolvidos e das dimensões administrativas.

Ao final de 2011, a extensão na UFPR apresentava duas normativas de âmbito nacional, em consonância com o FORPROEX, na Resolução n. 72/11:

§ 1º A Extensão Universitária deverá ser desenvolvida sob a forma de Programa, Projeto, Curso, Evento ou Prestação de Serviço Extensionista, visando:

I-integralizar ensino e pesquisa com demandas sociais, buscando comprometimento da comunidade universitária em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico ao saber dos demais segmentos da sociedade;

II-socializar o conhecimento acadêmico e promover a participação efetiva com setores da sociedade e Universidade;

III-incentivar o desenvolvimento da consciência social e política;

IVparticipar criticamente de propostas que objetivem desenvolvimento regional, econômico, social e cultural;

V-contribuir para aperfeiçoamento, reformulação e implementação de concepções e práticas curriculares da UFPR. (UFPR, 2011).

No ano do centenário da UFPR, em 2012, ações institucionais realizadas em 2011 culminou na publicação do Guia Rápido de Extensão (2012), obra para a divulgação das orientações e possibilidades da Extensão na Universidade; além da

construção e implementação do Sistema Integrado de Gestão da Extensão Universitária (SIGEU).

Os objetivos envolveram publicizar as atividades extensionistas da UFPR; ampliar os trâmites de propostas e relatórios das ações extensionista da UFPR; propagar o Edital de Fortalecimento e Divulgação da Extensão da UFPR. Isto gerou a publicação de materiais pedagógicos, educativos que apresentam conhecimentos produzidos por estudantes, professores e setores da comunidade interna e externa da Universidade, e são derivados de ações extensionistas e a criação do Programa Docente Sênior Extensão.

Dessa forma, um dos grandes desafios tem sido a formação continuada na UFPR, quanto à Extensão e a (re) elaboração de Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Graduação, para incluir ações extensionistas com a possibilidade de atividades formativas para o envolvimento dos universitários nas ações de extensão.

O desafio de formação continuada, prescrito no PNE (2011-2020) e PNE (2014-2024), Lei n. 13.005/2014 prevê, na Meta 12 das matrículas no Ensino Superior a Estratégia de [...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014, p. 73).

Para a UFPR, avançar nesse propósito, implica em desenvolver política institucional articulada com as Pró-Reitorias da Universidade que são: PROEC, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissional (PROGRAD) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Com isso, as estratégias presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPR (2012-2016) estão organizadas para

- produzir nova lógica de organização e concepção curricular com atividades nucleares para produção/transmissão/incorporação/disseminação do saber;
- avaliar os processos do currículos em ação para garantir a consonância dos fins da IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- qualificar didático-pedagógica professores para o desenvolvimento de propostas inovadoras com métodos e técnicas;
- resgatar a unidade dos cursos, fortalecer suas instâncias coordenações para superar o conhecimento fragmentado.
- articular os diferentes segmentos de níveis de ensino; fortalecer as relações entre as diferentes áreas do conhecimento para ampliar a formação continuada de professores da educação básica;
- integrar forças sociais em todas as instâncias para inserir o estudante na realidade concreta aliando teoria e prática;
- aperfeiçoar o fazer pedagógico, o acesso e a permanência do estudante na Universidade para a afetiva democratização do ensino. (UFPR, 2012, p. 21).

O fortalecimento de ações extensionistas, foi consolidado por meio de Programas de Bolsas gerenciados pela Coordenadoria de Extensão (COEX); desenvolvimento de ações formativas à comunidade da instituição sobre extensão universitária pela Política de Extensão da Universidade; elaboração de instrumentos de avaliação da extensão na UFPR; registro, orientação e emitir relatórios sobre a extensão na Universidade e certificação de atividades extensionistas, de acordo com as normativas que a UFPR em consonância com o FORPROEX.

Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; Buscar, consolidar reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional. (FORPROEX, 2012, p. 5-6).

Em consonância com o Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão (FORPROEXT) e Fórum de Dirigentes do Ensino (FDE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o PNE (2014-2024) a Meta 12, no ano de 2019 retonou às discussões sobre as atividades extensionistas nas universidades.

Com base na Resolução CNE/CES n. 07/2018 que determina às Universidades assegurar pelo menos 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares existentes nos cursos de graduação em atividades de extensão, com prioridade às áreas sociais do país, os documentos tornaram emergente debates e estratégias para a curricularização da extensão nos cursos de graduação, para que as instituições

[...] busquem contemplar em seus projetos de curso, a articulação necessária entre o ensino e as atividades de extensão, previsto na legislação em vigor, promovendo a formação humana integral e a melhoria na formação dos nossos estudantes. (...) com atividades de extensão intervencionistas que envolvem direta e dialogicamente comunidades externas às instituições de ensino. (FORPROEX, FDE, 2018, p. 1-2).

Para este momento a Universidade tem engajado esforços para prosseguir com a Extensão Universitária e a sua compreensão no âmbito institucional, acadêmico e social, cumprindo com as propostas de atividades curriculares de extensão, voltadas para a curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e a sua inserção nas matrizes curriculares (QUADRO 6).

As atividades curriculares de extensão passam a compor e a integrar as matrizes dos cursos de graduação das Universidades, com vistas às ações

extensionistas, devem apresentam propostas de ações extensionistas e vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos na Agenda 2030 e do cumprimento das Metas de Educação descritos no PNE (2014-2024).

QUADRO 6 – PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFPR

Título	Setor	Coordenador	Departamento	Início	Fim
A cultura japonesa e seus desdobramentos na universidade e na comunidade	Setor de Ciências Humanas	Marcia Hitomi Namekata	Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas	01/08/2016	31/07/2020
Exercício Física na Maturidade III	Setor de Ciências Biológicas	Paulo Cesar Barauce Bento	Departamento de Educação Física	01/03/2019	31/12/2020
Sem fronteiras: atividades corporais para adultos maduros e idosos – 3ª versão	Setor de Ciências Biológicas	Rosecler Vendruscolo	Departamento de Educação Física	01/03/2019	31/01/2022
Universidade Aberta da Maturidade: Setor Palotina	Setor Palotina	Marivone Valentim Zabott	Departamento de Zootecnia	01/05/2019	30/04/2023
Neurologia na Prática Clínica	Não Informado	Edison Matos Novak	Não Informado	06/03/2020	06/03/2021
Estratégias teórico-operacionais para enfrentamento da disseminação e controle da pandemia COVID-19 nas instituições de longa permanência para idosos	Setor de Ciências da Saúde	Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt	Departamento de Enfermagem	01/07/2020	30/06/2022
Inclusão Digital de Adultos e Idosos – Segunda Edição	Setor de Ciências da Saúde	Taiuani Marquine Raymundo	Departamento de Terapia Ocupacional	01/05/2020	30/04/2024
Universidade Aberta da Maturidade: o acesso à universidade como direito humano (Fase 3)	Setor de Ciências da Saúde	Taiuani Marquine Raymundo	Departamento de Terapia Ocupacional	01/05/2020	30/04/2024
EnvelheSendo: ressignificando as práticas corporais e atividades físicas voltadas aos idosos (2020-2024)	Setor de Ciências Biológicas	Lucélia Justino Borges	Departamento de Educação Física	01/05/2020	30/04/2024

FONTE: Portal da PROEC-UFPR¹⁰

Conforme o FORPROEX e FDE, a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade, constitui como “processo de incorporação ou integração de atividades de extensão ao currículo de ofertas educativas articuladas à matriz curricular dos PPC das seguintes formas:

- a) Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão: trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão nos componentes curriculares não específicos de extensão, previstos no PPC. Nesse caso,

¹⁰ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) tem como missão promover e difundir a política cultural e extensionista da UFPR a partir da formação, produção e interação de saberes com a comunidade. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>.

estamos tratando de planejar atividades de extensão como metodologia desses componentes.

b) Como componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes. (FORPROEX/FDE, 2018, p. 3-4).

Para o cumprimento do exposto pelo FORPROEX e FDE e da Estratégia 12.7, da Meta 12 do PNE (2014-2024), Lei n. 13.005/2014, os estudantes passam a ser protagonistas das atividades curriculares de extensão vinculadas aos programas e/ou projetos de extensão que podem ser desenvolvidos a partir de cursos, eventos, oficinas, eventos e prestações de serviços desde que contemplado no PPC do curso como atividades curriculares de extensão, pois a extensão universitária tem significado muito especial para a sociedade no Brasil de que

[...] a Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 83-84).

Como está explícito no capítulo, a Universidade está em consonância com a legalidade de seu papel junto à sociedade/comunidade, frente ao ensino e à pesquisa com estudantes protagonistas pela Extensão Universitária. A própria Universidade a partir desse novo sentido, o da curricularização da extensão, luta para garantir a emancipadora da Extensão Universitária com horizontalidade compreendendo o contexto que Álvaro Vieira Pinto (1962) dizia ser de um movimento em defesa da educação e da democracia em um país e, assim, retoma as bandeiras históricas da Universidade e a Educação Popular e Permanente.

No cumprimento da curricularização do FORPROEX e do PNE, deve-se considerar a Extensão Universitária para superar a visão academicista, romper com as barreiras impostas pelos movimentos elitizados da sociedade, avançar para além de seus muros dela mesma e integrar os saberes das comunidades apreendidos pelas ações extensionistas de forma interdisciplinar. Este cumprimento perpassa ainda, o vivido entendimento das ações extensionistas a partir da concepção de educação popular e permanente na/para comunidade elemento fundamental conceituar o território da Extensão Universitária no Brasil.

2.4 UNIVERSIDADE & COMUNIDADE: EDUCAÇÃO POPULAR E PERMANENTE AO LONGO DA VIDA

A Universidade, instituição responsável pela disseminação e produção de conhecimentos e saberes, assume funções de pesquisa, ensino e extensão com o compromisso de considerar mudanças demográficas da população, necessidades emergentes da sociedade, e estimular os envolvidos por meio de ações, debates e reflexões na busca por alternativas e estratégias educacionais para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Conforme os registros descritos, as ações extensionistas voltadas para a população idosa fundamentam-se na concepção de uma educação popular e permanente. A educação permanente considera que, as pessoas independente de sua idade, estão em constante aprendizado ao longo da sua vida, porque a educação é um processo contínuo e nunca cessa. É por meio da educação que uma nova concepção de vida humana pode ser desenvolvida, com princípios que envolvem o aprender a ser, a viver, a conviver e aprender a aprender. Estes pilares que estão intrinsecamente atrelados nas atividades desenvolvidas pelas pessoas dia a dia. Ao considerar que as pessoas aprendem ao longo de sua trajetória de vida, o caráter transformador da educação é fomentado de forma que elas superem a limitação de uma transmissão formal de conhecimentos, somente, em espaços institucionais, como a escola e/ou a Universidade.

A educação está inserida em diferentes espaços da sociedade e se coloca como educação informal, educação não formal e educação formal, pois a pessoa aprende com/pelas vivências no seu cotidiano, pela interação com outras pessoas, mesmo que a educação não caracterize sistematização ou intencionalidade como na educação informal, quando a família é o principal agente socializador.

Na educação não formal há uma incidência de programas e projetos que envolvem pessoas idosas, público dessa tese, por apresentar intencionalidade, sistematização e flexibilidade diferente de uma educação formal. A educação permanente é mais ampla, pois há uma atenção e respeito dos envolvidos para o tempo e ritmo da aprendizagem de cada pessoa e seus diferentes espaços educativos que o construíram.

A ideia de totalidade é a que melhor exprime o ponto de partida da educação permanente à medida que, focaliza o homem em toda sua dimensão, imerso na sua problemática existencial, onde os aspectos biológicos e sociais são importantes, e a própria história de vida individual. Ao mesmo tempo, a educação permanente é a que melhor responde a essa necessidade de uma educação para a mudança, exigindo pessoas que se integrem ativa e criativamente, para melhor responderem aos desafios, que nem sempre podem ser equacionados. a educação é práxis, na qual a interação homem/situação é muito mais dinâmica e real, acentuando as modificações do ambiente que se refletem no homem e vice-versa. (OLIVEIRA, 1998, p. 243).

Em seu sentido de totalidade, a educação permanente, todas as pessoas envolvidas nas ações educativas têm a sua formação humana universalizada, mas toda sociedade que se volta para a solidariedade humana, com vistas para alcançar objetivos comuns para a melhoria de vida e das condições sociais, ultrapassam o limite da marginalização. A partir da educação permanente, as pessoas adquirem subsídios de conhecimentos, reflexão e tomada de consciência para desenvolver o entendimento diante das situações vividas, pois a educação permanente

É a maneira de se preocupar com a formação total pela autodeterminação. (...) processo de aquisição e de ampliação do conhecimento, de dominar a tecnologia, de desenvolvimento do senso crítico, de descoberta e (re) descoberta de valores, e de se relacionar com o mundo. É ser sujeito de construção de sua própria história, de abrir caminhos numa sociedade mutante e sem muitas perspectivas. (...) todas as oportunidades são necessárias para crescer, valorizar-se como pessoa e afirmar-se como cidadão. (LAMPERT, 2006, p. 3).

Portanto, desenvolver formação educativa para pessoas que atuam com idosos é romper com a estrutura de silêncio e esvaziamento do conhecimento e dos fundamentos científicos, é posicionar a pessoa como ser ativo e socialmente situado.

Por isto, a permanência da educação seria reconhecê-la como um processo fluente que elimina as barreiras, dualismos e se ajusta à unidade do homem que está em uma sociedade em mudança (MOSQUERA, 1980, p. 146). E, mais, [...] visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de acesso de todos aos recursos educativos possíveis para uma sociedade e sua execução. (GADOTTI, 1984, p. 69).

Neste contexto, o direito à educação ao longo da vida é resgatado como um caminho de formação humana para que toda pessoa, se aproprie, tenha acesso e permanência, consiga se relacionar com todos de modo a sociabilizar o conhecimento sobre o vivido, alcance de forma emancipatória/política a sua identidade social e, se desvincular das situações que excluem e marginalizam.

A própria consciência de si, do outro e de mundo que ocorrem nas diversas ações extensionistas, elevam as pessoas que delas participam à autoeducação, a partir de sua aprendizagem e apropriação de conhecimentos e o coloca em situações e condição de igualdade. Ao partilhar as suas práticas, desenvolvidas pelas ações extensionistas, a pessoa se aproxima da condição de um agente ativo de transformação social. Com isso, a educação tem o seu verdadeiro sentido de uma educação contínua. (MÉSZÁROS, 2008, p. 69-70).

Neste contexto, a educação permanente avança e se faz presente em diferentes espaços da realidade social, oferecidas as condições mínimas para toda pessoa aprender e formar-se num caráter universal, pois coloca-se como possibilidade para quem está socialmente marginalizado e vulnerável frente ao sistema excludente, pois,

[...] a educação permanente é universal no seu caráter, essencial, emancipatório e de onilateralidade à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço. (MOSQUERA, 1980, p. 141).

Reforça-se, a necessidade da manutenção do direito à educação, uma educação permanente, que acompanhará a pessoa em todas as etapas de sua vida que visa o desenvolvimento cultural, social e econômico e a sua maturação (PAIVA, 1985). Embora todos os mecanismos, para uma mudança radical na sociedade, não possam ser suficientes para erradicar a exclusão e marginalização é, a partir da educação, que a pessoa ultrapassa os limites da ignorância a que está submetida, interpela a realidade existente, entende a sua vida social e quem ela é.

Desta forma, a pessoa indiferente de sua idade, tempo e espaço, não se restringe a uma formação precarizada como a difundida no sistema de educação formal capitalista. Por meio de uma educação permanente a pessoa e/ou o grupo de pessoas pode problematizar determinada ideologia dominante e se colocar contrária a ela de forma consciente, pois,

[...] a educação permanente condiz com uma educação integral que abarca toda a vida e todas as possibilidades do ser humano. Todos têm de se educar desde o seu nascimento até a sua morte; além disso, (...) todas as virtualidades contidas nos homens se convertem em objeto de educação. (FULLAT, 1979, p. 34).

A educação permanente abrange a vida inteira do sujeito, é essencial para a democratização do saber, não se restringe a um ato planejado, pois o cotidiano também é formador. Todo lugar pode ser educativo, seja na família, na escola, na igreja, na comunidade ou na sociedade. E, diante desta organização, o saber não se limita a rigidez de um método de aprendizagem, mas pela fluidez e flexibilidade a que o homem possa ser colocado, em que a partir de uma formação mínima, possa discernir sobre aquilo que lhe é essencial.

A educação permanente é um ato educativo, ultrapassa a obrigatoriedade comum aos espaços formais, coloca-se como uma importante alternativa para a luta em prol da emancipação, mesmo que seja política, a qual é possível a partir da sociabilidade existente.

Diante da conjuntura posta, a educação permanente colabora para a manutenção e a melhoria da qualidade de vida, sendo

[...] uma concepção dialética da educação, como um duplo fundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa de existência que esteja vivendo. (FURTER, 1976, p. 136-137).

Assim, para avançar de sua condição individual e colocar-se em seu coletivo, os conhecimentos de uma educação que estão no percurso de toda a vida adentram o espaço de participação e efetivação de lutas para melhorias de condições e direitos sociais e humanos, o coloca como sujeito ativo nas situações vividas.

Ao vincular a educação permanente à educação popular, está deve ser entendida como política de resistência e mudança, pois considera as necessidades de grupos populares para estabelecer uma sociedade igualitária e democrática pela voz e ação do povo.

Na compreensão de Brandão (1980, p.129), o termo popular vincula-se à classe e à liberdade ao homem revestido pela sua classe. [...] homem liberto Beisiegel (1992), o popular está interligado às práticas educativas desenvolvidas durante o exercício de uma educação popular e tem evidencia a coletividade.

Para Souza (1999) uma educação popular traz intrínsecos os movimentos sociais populares que expressam as correntes de opiniões capazes de esclarecerem e, ainda, perpassarem interesses e posicionamentos contrários e dominantes aos segmentos da classe popular, externados sobre o percurso da existência individual e coletiva de setores elitizados da sociedade.

Neste sentido, o autor considera que os segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados envolvem na educação popular a incidência de temas presentes no cotidiano das pessoas que são alimentação, dignidade, direitos humanos, gênero, gerações, habitação, meio ambiente, trabalho e outros. (SOUZA, 1999, p. 38).

A educação popular é uma forma de tornar consciente a pessoa sobre si, o outro e a sociedade por meio do ato de aprender. É dispor de uma visão que exige meios político dos movimentos populares a seu favor, pois demarcam a própria autonomia desses movimentos que se instituem em um novo tecido com base em novos valores e objetivos.

Melo (2014, p. 26) acrescenta que, o constituir-se popular tornar-se uma expressão, uma “metodologia” e terá sentidos e significados quando expressar uma visão de mundo em movimento de mudança em suas ações, na dimensão de propor alternativas e resultados favoráveis para situações de miséria vividas pelo povo.

Diante do exposto, no Brasil, a educação popular surge, num primeiro momento, na Educação de Jovens e Adultos com vistas para um contexto profissional atrelada ao trabalho nas diferentes categorias de pessoas que participavam de setores populares ou grupos sociais e estavam à margem da sociedade.

A educação popular percorre, então, tempos e movimentos de lutas, políticas e instituições públicas para que a educação possa ser estendida ao povo. Isto é difundido pela Educação Libertadora de Paulo Freire na década de 60 com característica de emancipação das pessoas perante as condições de opressão que vivam e o caminho era o processo educativo para que as elas transformassem a realidade.

Na proposta de uma educação popular de Freire, o respeito ao educando, o diálogo e o desenvolvimento da criticidade são marcos que impulsionam a politicidade e dialogicidade das ações de emancipação da pessoa que se mostra alienada com as condições sociais impostas pela sociedade.

Os estudos e as ações de Paulo Freire para uma educação popular destacam que esta não é neutra, é vista sobre as dimensões de ação e reflexão da existência humana e atuação do homem sobre a realidade. A educação popular quando politizada parte do princípio de uma educação problematizadora mediada pelo diálogo e pensamento crítico ato político. As dimensões de democracia e a participação de

todos nas práticas de liberdade consolidam a igualdade de condições e uma educação que envolve processo lógico, intelectual, afetivo e social.

Para Freire (1987) o papel da dialogicidade é uma característica essencial para que os participantes do processo educacional identifiquem nos diálogos a realidade pela leitura de mundo, durante a própria ação pedagógica considerando as experiências dos envolvidos, sentidos e significados. É uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política. (FREIRE, 1983, p. 12).

Com base em uma proposta de alfabetização do adulto trabalhador, a discussão recai sobre a cultura e o fazer dos educandos que se reconhecem como produtores de cultura e educação, mas a partir das próprias vivências, intensificam por meio da “sociedade em trânsito, o papel político que a educação desempenha na construção de uma outra sociedade, a sociedade aberta, [...] que não poderá ser conduzida pelas elites dominantes, mas pelas massas populares capazes do fazer dessa mudança. (FREIRE, 1983, p. 34).

A educação popular é elementar, pois compreende e nasce como parte fundamental para a educação de adultos no espaço da escola, ganha autonomia, é oferecida à população e se coloca no espaço da alfabetização, educação de básica e educação continuada. (PAIVA, 1987, p. 47).

Contudo, é preciso reafirmar a necessidade de tornar a educação, acessível às camadas populares como cumprimento de caráter político e social realizada em espaços que potencializem discussão e problematização da realidade para uma educação consciente no exercício de cidadania, transformação social com todos. Ainda sobre a educação popular, descrita por Beisiegel (2010), lembrando o percurso de Paulo Freire (1989) na Administração da Secretaria de Estado de São Paulo, o autor descreve um trecho do diálogo com Paulo Freire em 1989.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além de um saber de pura experiência, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. (...) escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular. (BEISIEGEL, 2010, p. 117).

Nos dias atuais, a educação popular é permanente, adquire uma plasticidade conceitual pelos movimentos dialéticos intrínsecos à essência de seus conceitos,

inseridos num marco teórico de uma educação, que envolve uma metodologia do popular no sentido de promover diálogo entre os participantes das ações, de forma contributiva ao processo educativo e formativo da pessoa.

Num movimento teórico de atividades da Universidade, voltadas ao contexto popular, expresso nas camadas mais baixas da sociedade os trabalhadores do campo e da cidade, os explorados, os oprimidos, (FREIRE, 1981) consolida-se que as atividades desenvolvidas para uma educação popular, geram conhecimentos e aspectos de uma cultura que são produzidos pelos participantes para a construção de sua identidade e resistência cultural dentro de classes populares, pelo desenvolvimento de

[...] atividades desenvolvidas de forma educativas que apresentam aspectos característicos entre os sociais aos quais estão sendo dirigidas. (...) adquirem dimensões específicas quanto à metodologia de sua realização. (...) processos educativos ocorrentes no campo da educação popular. (...) na perspectiva de apreensão/compreensão, interpretação e intervenção propositiva, de produção e reinvenção de novas relações sociais e humanas. (CALADO, 1998, p. 3).

Nota-se que, tanto a educação popular quanto a permanente, em seu entendimento/conceito, apresenta-se para além dos muros das instituições formais de ensino, o ambiente da sala de aula. Elas se configuram e complementam como uma educação que pode ocorrer nos espaços de movimentos sociais, centros comunitários, religiosos considerando como fator determinante os protagonistas e envolvidos das atividades educativas em atendimento ao comprometimento e engajamento do coletivo numa perspectiva de superação da alienação, dominação e exclusão social.

A educação popular e permanente, inseridas na perspectiva da Extensão Universitária, adquirem traços de um trabalho pedagógico, com atividades extensionistas, compreendido em proporcionar conexão entre ensino e pesquisa pela participação dos envolvidos na ação e vida política do local em que vivem a comunidade, para a superação das condições impostas pela cultura do silêncio.

2.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: O IDOSO EM FOCO

Diante do cenário mundial que envolve a pandemia do Coronavírus (COVID-19), os olhares se voltaram, ainda mais, para as pessoas idosas, e se evidencia o quanto essa população ainda permanece à margem da sociedade. Para o Brasil, pode-se atribuir uma maior preocupação por apresentar um avanço significativo de idosos que, segundo a OMS é de aproximadamente 28 milhões de pessoas idosas, o que corresponde a um percentual de 13% da população geral (IBGE, 2019).

Para tanto, aspecto central deste capítulo é evidenciar o direito da pessoa idosa e uma educação ao longo da vida em prol do resgate da identidade, dignidade e participação ativa dessa população na sociedade a partir do embasamento teórico dos autores Freire (1979), (1980), (1992), e (2005), Oliveira (1999), (2007) e (2011), Pinto (1994) e (1989) e Delors (2001) e da legalidade.

Neste contexto, a educação ao longo da vida, um direito da pessoa idosa, perpassa a compreensão de três aspectos que são: o idoso, o envelhecimento e a velhice. Estes estão direcionados tanto para o âmbito social, como familiar, pois evidenciam as condições, salientam questões preocupantes de discriminação, preconceitos e marginalização presentes na etapa de vida dessa população.

Das questões preocupantes, discriminação e opressão são as mais sofridas pelos idosos na sociedade, e esta sociedade, que os considera pessoas improdutivas, sem capacidade de aprender, um peso para a sociedade que, considera seus conhecimentos ultrapassados e as experiências sem sentidos e significados.

Cabe ressaltar dos escritos de Freire (2005), que é uma violência, o homem, ser histórico e necessariamente inserido num movimento de busca com outros homens, não ser o sujeito de seu próprio movimento.

Por isso, uma educação formativa para pessoas que atuam com idosos, possibilita torná-la consciente de suas ações junto aos idosos de forma crítica e participativa no contexto que está inserida, desmistifica a visão distorcida da sociedade sobre a figura do idoso não ativo que, traz prejuízos e gastos para o país, e necessita apenas de atividades recreativas para ocupar o tempo.

Na perspectiva de Pinto (1994, p. 35), a educação não é uma conquista da pessoa, mas uma função da sociedade, (...) onde há sociedade há educação, está uma obrigação do Estado e direito da pessoa idosa, conforme Art. 10 do Estatuto do Idoso que prevê assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como

pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, (...) incluído educação (BRASIL, 2013, p. 10). Para isso, é fundamental que, a pessoa idosa esteja inserida num processo de educação que permita novos conhecimentos e formação contínua, voltadas para a constituição do ser social diante de novas aprendizagens.

Desta forma, é necessária uma educação acessível para todos, pois cumprirá caráter político e social, potencializará espaços de discussão e problematização sobre a realidade. Uma educação consciente com ações para que, as pessoas idosas se coloquem como protagonistas de sua vida, participantes de situações expostas no cenário familiar e social, pois, segundo Freire (2005, p. 58-59), somente quando os oprimidos descobrem o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando a sua convivência com o regime opressor.

É relevante compreender que o idoso tem capacidade de aprender de forma significativa a partir do momento que é motivado sobre o seu papel social que vai além de socializar-se, mas o de estar inserido no contexto social, nas relações pessoais que o permitem conhecer novas realidades que estão no mundo (FREIRE, 1980, p. 39).

De acordo com Oliveira (2007), é imprescindível o entendimento da perspectiva de uma educação ao longo da vida, está como direito da pessoa idosa de formação e de entendimento sobre a nova concepção de vida humana, ato de apreender e viver de forma digna.

A educação ao longo da vida possibilita pensar num desenvolvimento integral do idoso para a superação de sua marginalização social, pautada numa formação contínua, elementar à prática social em espaços escolarizados ou não. Uma educação humanizada e viva que, se coloca a partir de uma pedagogia da esperança para além dos muros formais, pois a desesperança imobiliza e faz sucumbir no fatalismo onde não há possibilidade de juntar forças indispensáveis ao embate (re)criador do mundo. (FREIRE, 1992, p. 10).

Tudo isto requer olhar mais atento sobre o que constitui o processo do direito à educação durante o envelhecer tão necessário para que, se oportunizem atividades práticas voltadas ao caráter de uma educação ao longo da vida de uma nova realidade sobre os idosos e a terceira idade.

Portanto, uma educação ao longo da vida é evidenciar, também, uma educação formativa para as pessoas que atuam com idosos em diversos espaços, para além dos muros das instituições formais como possibilidade de uma

aprendizagem mais ampla e significativa, sobre a realidade que se apresenta, atualmente, na voz da pessoa idosa da comunidade brasileira.

2.5.1 A legalidade do direito à educação para a pessoa idosa

As políticas públicas que estão em vigência nos países desenvolvidos, iniciaram a partir de um processo de inclusão dos direitos à velhice como, por exemplo, o Seguro Social na Alemanha de 1883. As políticas para a pessoa idosa no Brasil começaram a partir dos anos 1970, embora anterior a esse período discussões e legislações aconteceram, principalmente, nos anos em que esta população apresentava crescimento demográfico significativo.

Os documentos considerados como marcos histórico para as questões relativas ao envelhecimento e à pessoa idosa foram elaborados a partir de 1982 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com destaque para a primeira Assembleia Mundial - Plano de Ação Internacional do Envelhecimento de Viena.

Por volta de 1991, a Carta de Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas foi redigida com propósito de encorajar os governos a incorporar em seus programas nacionais o direito da pessoa idosa à independência, participação, realização pessoal, dignidade e ao cuidado. Em 1999, a OMS demarcou com uma celebração o ano Internacional do Idoso.

Contudo, em 2002, vinte anos mais tarde, a ONU, em parceria com a OMS, apresenta uma política internacional que envolve ações com pessoas idosas e o entendimento do envelhecimento junto à sociedade no século XXI. O documento é um Plano de Ação Internacional nomeado de Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde (2002), considerado um marco político internacional sobre essa temática. O Plano traz um alerta para os países sobre a necessidade de mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os setores da sociedade a fim de melhorias das condições de saúde e o bem-estar durante a velhice.

A partir desse momento os olhares para um envelhecimento ativo, não permanecem no plano, mas se caracteriza por ser um conceito que permeia os princípios da OMS que adentra as Unidades de Atenção Básica à Saúde no Brasil e se torna um fio condutor para o Guia da cidade amiga do idoso, com o objetivo de tornar cidades, comunidades, estados e nações inclusivos para a pessoa idosa e as demais faixas etárias ao longo da vida (OMS, 2003). Outro marco na política para a

pessoa idosa é o Plano de Madri de 2002, especialmente para a promoção de cidadania e uma sociedade mais intergeracional e solidária.

O plano reconhece a influência das experiências e do estilo de vida das pessoas idosas e a ressalta a maneira como se envelhece, destaca-se o desenvolvimento de ações educativas voltadas para a qualidade das gerações, pois a criança de hoje é o adulto de amanhã e o avô ou a avó no futuro próximo.

No ano de 2015, após um grupo de trabalho liderado por Alexandre Kalache, atualizar o plano político do envelhecimento ativo de 2002, é lançado novo relatório denominado de “O Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade” (2015).

Nessa atualização, os pesquisadores perceberam que os direitos dos idosos, o prolongamento da vida profissional, a aprendizagem ao longo da vida, a importância da resiliência, a qualidade de vida de idosos frágeis e dependentes e aqueles que estão no final da vida necessitam de atenção e ações educativas para conscientizar a sociedade.

O conceito inicial sobre envelhecimento recebe a devida atenção por parte de pesquisadores, principalmente sobre a aprendizagem ao longo da vida e, que, a partir de 2015 o envelhecimento ativo é considerado o processo de otimização de oportunidades para a saúde, a aprendizagem ao longo da vida, a participação e a segurança para melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. (KALACHE, 2015, p. 44). Por isso, a política do envelhecimento ativo tem sua base em quatro pilares que são: saúde, aprendizagem ao longo da vida, participação e segurança/proteção.

[...] tão fundamental quanto a cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2011, p. 90).

A velhice e o envelhecimento no Brasil mostram pontos contrastantes e significativos na organização da sociedade atual. De um lado, observa-se que, os dados de censos demográficos, enaltecem a quantidade de idosos e, com isso, a perspectiva de uma população idosa que vive cada vez mais. De outro, um olhar, movido pelo capitalismo, vê o idoso como símbolo de gastos públicos e orçamentários

para a previdência.

Na luta por seus direitos, é necessário que o idoso os compreenda e se coloque como atuante/partícipe na sociedade em que está inserido. Direitos estes que lhe são garantidos por meio de políticas presentes na Constituição Federal 1988, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso (PNI).

Em referência aos direitos do idoso no Brasil, numa perspectiva histórica, é possível observar o Quadro 7.

QUADRO 7 – LEGISLAÇÃO PARA A PESSOA IDOSA

Ano/Data	Legislação	Descrição
24 de janeiro de 1923	Decreto nº 4.682 (Lei Elói Chaves)	Estabeleceu a Previdência Social no Brasil; Criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas ferroviárias; Garantia de assistência médica, remédios, aposentadoria e pensões.
26 de novembro de 1930	Decreto nº 19.433	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Aprovação de decretos por Getúlio Vargas para garantia de seguridade social e atendimento das necessidades básicas da população, inclusive aos idosos.
26 de agosto de 1960	Lei nº 3.807/60	Lei Orgânica de Previdência Social – LOPS
2 de março de 1963	Lei nº 4.214/63	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)
21 de novembro de 1966	Decreto nº 72	Implantação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), concessão de benefícios da previdência e apoio ao público idoso.
1º de maio de 1974	Lei nº 6.036	Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS)
11 de dezembro de 1974	Lei nº 6.179	Amparo previdenciário para pessoas maiores de 70 anos de idade.
21 de fevereiro de 1880	Decreto nº 7.671	Aprova a remissão de anuidades para sócios-contribuintes dos servidores do Estado, maiores de 60 anos de idade.
27 de janeiro de 1982	Decreto nº 86.880	Ano Nacional do Idoso; Criação da Comissão Nacional para resoluções da problemática dos idosos (reflexo da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento que ocorreu em Viena).
26 de março de 1888	Decreto nº 9.912	Direito de aposentadoria aos funcionários dos Correios, com a idade mínima de 60 anos e com 30 anos de serviço.
5 de outubro de 1988	Constituição Federal	Primeiros textos constitucionais com referência à pessoa idosa, especificamente, Art. 229 e 230 da Constituição. Brasil (1988).
19 de setembro de 1990	Lei nº 8080/90	Criação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Lei Orgânica da Saúde.
7 de dezembro de 1993	Lei nº 8742/93	Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Garantia de um salário-mínimo mensal para a pessoa idosa com 70 anos ou mais e sem condições de manter-se ou sem auxílio da família.
4 de janeiro de 1994	Lei nº 8842/94	Política Nacional do Idoso (PNI); Assegura os direitos da pessoa idosa no Brasil e a garantia de condições mínimas de sobrevivência e cidadania aos brasileiros com mais de 60 anos.
10 de dezembro de 1999	Portaria nº 1395/GM Ministério da Saúde	Política de Saúde do Idoso; Diretrizes de promoção do envelhecimento saudável; Assistência às necessidades de saúde do idoso; Recursos humanos especializados para a pessoa idosa; Desenvolvimento de cuidados informais e de estudos e pesquisas com pessoas idosas.
13 de maio de 2002	Decreto nº 4227	Criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) com diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da Política Nacional do Idoso e o controle/fiscalização das ações de execuções.
1 de outubro de 2003	Lei nº 10.741/03	Estatuto do Idoso - garantia dos direitos da população idosa.
19 de outubro de 2006	Portaria nº 2528 Ministério da Saúde	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Processo de revisão e atualização da Portaria nº 1.395/GM, para uma política à saúde do idoso.

20 de janeiro de 2010	Lei nº 12.213/10	Institui o Fundo Nacional do Idoso
12 de junho de 2017	Lei nº 13.466/17	Altera os Arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências de prioridade especial das pessoas maiores de 80 anos.
15 de dezembro de 2017	Lei nº 13.535/17	Altera o Art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). Dispõe garantir aos idosos, oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2021)¹¹

Com isto, emerge uma demanda educacional para além dos muros das instituições de ensino formal, por meio de uma educação formativa desenvolvida para a pessoa que atuam com idosos, têm como base os princípios da educação permanente, a totalidade no processo formativo e o direito de voz dos partícipes para identificar as contradições da sociedade sobre o idoso.

Os estudos de Requejo Osorio (2003, p. 280) ressaltam que, depois da metade da vida, aproximadamente, a partir dos 50 anos, o adulto ainda tem uma grande capacidade para aprender. Ele é competente para dirigir a sua vida, contribuir significativamente e intervir na sua comunidade.

Requejo Osorio (2003) destaca a gerontologia educativa é um dos caminhos para que os envolvidos nas ações extensionistas, ampliem seus conhecimentos sobre está população. Isto implica em seleção e fornecimento de métodos e técnicas, desenvolvimentos de atividades que potencializem atitudes, sensibilidades e valores, além de identificar processos das fases do envelhecimento e da aprendizagem ao longo da vida.

Corroborando com o exposto, Gonçalves (2015, p. 1230), é grande e determinante para o processo de educação o dever das Universidades na formação das pessoas inseridas em ações extensionistas. Segundo a autora, Ensino, Pesquisa e Extensão contemplam um dos cinco princípios da Extensão Universitária presentes nas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012a) que é, a ampla interação “dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade” com compromisso da formação humana, do impacto e da transformação social que decorrem da história e da conjuntura atual.

A Universidade é um campo e conjuga *habitus* e consolidam o tripé do estudante, Ensino, Pesquisa e Extensão que imprimem marcas históricas no

¹¹ Informações disponíveis no site do Senado Federal: <http://www.lexml.gov.br/>.

processo material e imaterial que envolve estruturas arquitetônicas, normas e práticas, coletivas e individuais.

Bourdieu (2004, p. 21) conceitua campo e *habitus*, campo corresponde ao espaço em que ocorrem as relações sociais, e cada pessoa participa de vários campos ao mesmo tempo. Os campos estão relacionados e imersos por outros campos maiores. Ao desenvolverem suas práticas nos campos, as pessoas se associam em consonância com seu *habitus*, considerando as práticas como disposições adquiridas pela experiência. Ao que foi mencionado por Pierre Bourdieu, acrescenta-se crenças e valores vividos pela pessoa ao longo da vida.

Em consonância com o exposto, é fato considerar que o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão compreende que estes não podem ser abordados de forma isolada e se tornam intrínsecos na/e pela Universidade quando está se coloca a serviço da população/comunidade/sociedade.

O contexto exposto até o momento tem como bases legais documentos que, timidamente, enaltecem um percurso do direito da pessoa idosa a uma educação, qualidade de vida e participação social.

Por outro lado, a educação, como um processo que se coloca como contraditório, dialético, ideológico, e transformador, é um direito que historicamente foi sendo construído com vistas para o direito à educação de todos como Estado Democrático de Direito, incluindo à população que configura a terceira idade.

Embora a educação se coloque como direito estabelecido e fundamental, nem sempre ela está acessível à população de idosos, há contrariedade justamente por não se estabelecer uma legislação específica para este público e que contemple claramente a educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB n. 11/2000) o documento não apresenta especificidades nos conteúdos, nas metodologias e na linguagem para a pessoa idosa e a incluem na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA), ao destacar o compromisso político do Estado brasileiro, realiza uma tentativa de incluir o idoso na garantia do direito à EJA, sendo que

[...] as crescentes pressões de coletivos populares e da diversidade de movimentos sociais para que políticas públicas atendam a especificidade de comunidades indígenas, quilombolas, negras, do campo, de periferias urbanas, de idosos e de pessoas privadas de liberdade que lutam por direitos coletivos e por políticas diferenciadas que revertam a negação histórica de seus direitos como coletivos. (BRASIL, 2009, p. 10).

Numa tentativa de aproximar a pessoa idosa ao contexto educacional, identifica-se que o aprender ao longo da vida, deve configurar o repensar de políticas públicas para a valorização de saberes e experiências de idosos, pois esses contribuem com a produção cultural, material e imaterial do país, de forma digna.

A Lei n. 13.005/14 que aprova o PNE (2014-2024) se caracteriza como um retrocesso no que tange a pessoa idosa, pois não há inserções somente para esta população ou mesmo metas e estratégias relacionadas para uma educação para idosos. Uma significativa expressão é descrita no PNI, Inciso VII que estabelece mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. (BRASIL, 2010, p. 7).

O PNI traz informações no Art. 8º, Parágrafo Único, com o intuito de evidenciar debates na sociedade sobre o processo de envelhecimento, pontualmente nos ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a política nacional do idoso. (BRASIL, 2010, p. 9).

Do exposto no PNI, o Capítulo IV - Das Ações Governamentais, em seu Art. 10 da implementação da Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos e cabe ao processo educativo:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- b) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- c) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- e) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber. (BRASIL, 2010, p. 11-12).

Ao considerar o Estatuto do Idoso, em seu Capítulo V, Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Art. 21, observa-se a expressividade de adaptação curricular, metodológica e de recursos didáticos para a população de idosos. E, ainda, Parágrafo § 1.º dos cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. [...] nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, Art. 22. (BRASIL, 2013, p. 17).

O Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/03, também apresenta o direito à educação no Art. 3º dos direitos fundamentais, a educação deve ser prioridade e estar assegurada à pessoa idosa por meio da família, comunidade, sociedade e do Poder Público. Neste mesmo documento, os Art. 22 e 24 reforçam a criação de estratégias para a divulgação de informações, também, sobre o processo de envelhecimento, assim como previsto no documento da PNI. Além do citado anteriormente, este documento descreve no Capítulo V, especificidades à educação, contempla a cultura, o esporte e o lazer, mas nos Art. 20 e 25, muito próximo do que traz na Lei n. 8.842/94 (BRASIL, 1994), como legislação sobre a educação, que a pessoa idosa tem

[...] direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL, 2003, p. 16).

Anterior a Lei n. 10.741/03 (BRASIL, 2003), cabe ressaltar que, o discurso sobre o envelhecimento ganha força nas políticas internacionais em virtude de resultados significativos nas Assembleias Mundiais de 1982 e 2002 sobre o tema e se configuram no Plano de Viena e no Plano de Madri.

O Plano de Viena considera o processo educativo com bases em sua ação permanente para a adaptação da pessoa idosa ao contexto real e de transformação da sociedade. Um dos apontamentos é a necessidade de um ensino e uma educação para o idoso, compreendendo e respeitando o processo de seu envelhecimento, o ritmo e inserindo diferentes formas de aprendizagem para esta população (ONU, 1982). Em leitura à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), não há nenhum prescrito sobre a pessoa idosa que continua a ser

mencionada, somente, na modalidade de ensino – EJA.

O fenômeno educativo não pode ser entendido de maneira fragmentada ou como uma abstração válida para qualquer pessoa, para qualquer tempo e lugar, mas como uma prática social situada historicamente em uma realidade total, que envolve aspectos culturais, políticos e econômicos, os quais permeiam a vida do homem concreto e, para este, a educação diz respeito. (OLIVEIRA, 1999, p. 232).

Para isto, o fio condutor para que a educação para a pessoa idosa aconteça, é pelo processo educativo da Universidade junto à comunidade como diz Gadotti (1989, p. 70, tradução nossa), um ato pedagógico que irá desvelar contradições existentes, evidenciá-las com vistas à sua superação. (...) criar espaços para se refletir e agir sobre contradições e conflitos (...) na perspectiva de retirar as pessoas da inconsciência. Educar passa a ser essencialmente conscientizar. Conscientizar sobre a realidade social e individual do educando. Formar a consciência crítica de si mesmo e da sociedade.

Neste sentido, a educação deve ser compreendida como elemento fundamental para a aquisição e apropriação de conhecimentos, pois o entendimento e ação sobre a realidade potencializa a emancipação da pessoa, a sua leitura e olhar sobre o mundo a sua volta.

2.5.2 A Universidade e o direito à educação de pessoas idosas

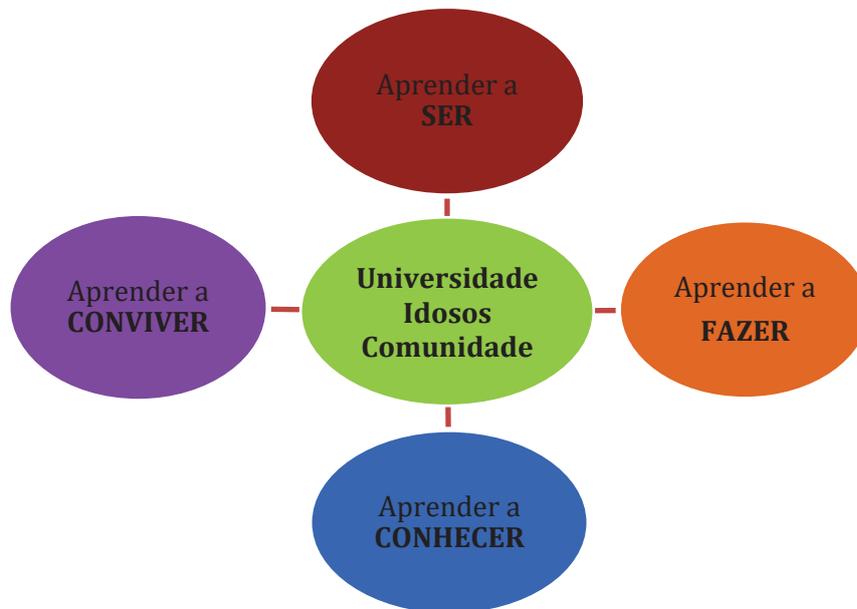
A educação ao longo da vida no contexto da Unesco, coloca uma 'valoração' da educação para a pessoa idosa, pois possibilita o desenvolvimento de sua autonomia, o exercício no entendimento de sua participação nos diferentes segmentos a sociedade. A educação é uma prática política, permanente presente em diferentes espaços que por meio dela os participantes do processo podem ser emancipados ou reproduzirem conhecimentos e ações de alienação em função de seus interesses. (PINTO, 1994, p. 29).

Por contemplar legalmente como direito de uma educação para todos, especificidades como espaços educativos para pessoas idosas refletem o cumprimento das Universidades pelo Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741/03 que atribui o desenvolvimento de programas de forma alternativa ao atendimento deste público em busca da valorização, conscientização e respeito da sociedade sobre o envelhecimento humano.

Neste sentido, a intencionalidade de programas extensionistas abertos pelas Universidades, para a terceira idade, não devem contemplar traços de assistencialismo ou um lazer com aspecto que infantilize a pessoa idosa, mas, sim, que privilegie uma aprendizagem que rompa com o preconceito e a ideia de pessoas ociosas, sem função social que carregam um conhecimento ultrapassado e distante do tempo atual.

No processo de educação ao longo da vida, a aprendizagem compreende aspectos de uma educação permanente fazendo emergir o sentido dos Pilares da Educação, conforme ilustra a Figura 3.

FIGURA 3 – PILARES DA EDUCAÇÃO



FONTE: Delors (2001).

Para Delors (2001), a educação ao longo da vida enfatiza que experiência/vivência das pessoas envolve processo ensino-aprendizagem, e se fundamenta, sobretudo, no pilar aprender a conviver, que se preocupa com a pessoa para que ela possa ser capaz de enfrentar os desafios de seu tempo de forma crítica, criativa, ética e responsável. Aliás, o pilar que foi destaque no relatório, mencionado pela Comissão é sobre a relevância a um dos quatro pilares

[...] que apresentou e ilustrou como as bases da educação: trata-se de Aprender a conviver, desenvolvendo o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos (...) A Comissão, na verdade, sonha com uma educação criativa e que sirva de suporte a esse novo espírito; nem por isso, ela menosprezou os outros três pilares da educação que fornecem, de certa forma, os elementos básicos para aprender a conviver. (DELORS, 1996, 2010, p. 13).

Ao contextualizar os pilares o autor traz a educação ao longo da vida na perspectiva de continuidade dos saberes, das aptidões, da capacidade e ação do ser humano que o leva a desempenhar seu papel no contexto em que está inserido, contexto este da sociedade, da comunidade, além, da tomada de consciência sobre si mesmo.

O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber ser constituem quatro aspectos intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no cotidiano, e assinalada por momentos de intenção esforço de compreensão de dados e de fatos complexos a educação ao longo de toda a vida é o produto de uma dialética com várias dimensões. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também a alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, dado que se inscreve ao mesmo tempo no campo cultural, no laboral e no da cidadania. (DELORS, 2001, p. 107).

No decorrer dos escritos, palavras se tornam evidentes e demarcam traços que ecoam no percurso histórico de legalidade, lutas e avanços do direito a uma educação popular e permanente ao longo da vida da pessoa idosa e, se interligam pelas ações e atividades práticas extensionistas desenvolvidas na Universidade e estão evidenciadas na Figura 4.

3 METODOLOGIA DO CAMINHAR: DO IDEALIZADO AO REALIZADO

Este capítulo apresenta o caminho que foi idealizado para ser percorrido nesta pesquisa, mas para viabilizá-la foi preciso mudar os participantes devido a pandemia da Covid-19, o que será possível no proceder da leitura do capítulo, observar a construção do objeto de estudo, o delineamento da pesquisa de campo, a descrição dos instrumentos e os procedimentos utilizados. E, em seguida, a forma como aconteceu à análise dos dados.

No decorrer dos subcapítulos destacam-se o *lócus* e os participantes da pesquisa com contextos e critérios utilizados para a escolha. Salienta-se que no delinear da pesquisa, a construção da linguagem se colocou como mediadora na constituição social da consciência humana, pela qual as múltiplas vozes de teóricos e participantes se encontram para evidenciar análises interpretativas e reflexivas que se entrelaçam para enaltecer a temática responder ao problema, aos objetivos.

A pesquisa se desenvolveu a partir da base histórica-cultural-social, pois considera as relações, as interações e as enunciações realizadas entre as pessoas participantes, por meio de um contexto que apresenta fatos e casos reais com interlocuções sobre fenômenos humanos. E, dessa forma, a linguagem dá o tom necessário e se estabelece como elemento fundamental, um elo representado pelas vozes das participantes. (FREITAS, 2003, p. 95).

Em contribuição com o exposto, os estudos de Vygotsky (1998, p. 21) descrevem que o homem é constituído numa relação dialética com o social e a história, sendo todo organismo ativo, estabelece contínuas interações com as condições sociais, ao mesmo tempo em que, o indivíduo é único e singular, a constituição e a formação de sua essência e existência humana, ocorrem na relação interativa com o outro que atua como produtor de novas realidades sociais. E, nesse limiar da teoria histórica-cultural-social, proposta pelo autor, fundamenta-se a pesquisa.

Neste sentido, a universidade e a comunidade, como espaços dialéticos para a mediação entre pessoas singulares e históricas, potencializam o desenvolvimento de uma educação ao longo da vida e formação educativa humana, identitária e democrática, pois todo conhecimento gerado é mediado na interação com o outro para a transformação filo e ontogenética do homem, do ser biológico para o ser humano pertencente a um meio histórico-sócio-cultural.

É neste cenário histórico-sócio-cultural, formado pela diversidade de ambientes, subculturas, narrativas e formas de vida que delineamos o percurso metodológico a ser adotado na trajetória da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é de cunho **qualitativo**, de **caráter exploratório e descritivo**, **documental**, do tipo **pesquisa-ação** e abordagem sócio-história com vistas a obter conhecimento teórico e prático mais consistente sobre a temática estudada.

As pesquisas qualitativas possibilitam um aprofundamento na leitura de práticas e interações que os participantes vivenciam no seu cotidiano. Para Creswell (2007), questões e procedimentos que são provenientes de informações coletadas no ambiente dos participantes, seguida da análise de dados, relevam que partes do que se observa emergem do micro e intrerligam com o macro contexto. Por isso, dados devem ser coletados, além de outras ações, pela observação e leitura de documentos, podendo utilizar-se de protocolos para a coleta, depuração e análise dos dados pelo próprio pesquisador. (CRESWELL, 2007, p. 186-187).

De acordo com Flick (2009, p. 95), o processo da pesquisa qualitativa infere colocações pertinentes para essa forma de pesquisa, que abrange elementos e traços específicos dela própria, em que ora ela se organiza numa sequência linear e outra circular, sendo essa, ao parecer do autor, como a mais correta. Ainda para Flick (2009, p. 20), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, em virtude da pluralização das esferas de vida, o que exige uma nova sensibilidade para os estudos empíricos. Isto intensifica o trabalho de pesquisa e o papel do pesquisador com o universo mais profundo das relações humanas, os seus processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Neste sentido, critérios centrais da pesquisa qualitativa para este estudo consistem em determinar se as descobertas evidenciadas, estão embasadas no material empírico, do qual, os métodos foram selecionados e aplicados de forma coerente e adequada para a relevância do que foi encontrado e reflexividade dos procedimentos e resultados.

A pesquisa tem como elemento norteador, a análise de um caso concreto observando com atenção as suas peculiaridades locais e temporais, a partir das

atividades que os participantes realizam e vivenciam em seus diferentes contextos. No desenvolvimento da pesquisa considera-se relevante a captação da subjetividade por meio das situações relatadas e perspectivas dos participantes, os significados que estão latentes diante de uma realidade em foco.

A abordagem qualitativa caracteriza-se como um estudo detalhado constituído por fatos, objetos, grupos de pessoas e fenômenos da realidade que se apresentam, na busca por explicações profundas com sentidos, significados e características advindos de diferentes contextos explorados e narrados pelos participantes.

Nesta perspectiva, a pesquisa fundamenta-se por meio de formas e instrumentos de interpretação dos sentidos e/ou significados de participantes que atuam com idosos na Pastoral da Pessoa Idosa, atribuindo uma formação educativa na interlocução da Universidade com a comunidade, espaços dialógicos de aprendizagem e compreensão da pessoa idosa.

Para compor, ainda mais, o corpus metodológico desta pesquisa, alguns documentos foram analisados, tais como: história da Extensão no Brasil e na UFPR, o Estatuto do Idoso, Política Pública Nacional e Estadual de Educação do idoso e Programas e Relatórios Extensionistas da UFPR. Buscou-se nos documentos, a base legal que orienta além da configuração da ação extensionista na comunidade como, também, a legalidade dos direitos da pessoa idosa e de uma formação educativa para os que atuam com essa população e a historicidade da temática da pesquisa.

Portanto, a pesquisa que tem base documental, foi desenvolvida seguindo as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que considera por documento, qualquer suporte que contenha uma informação registrada que, forma uma unidade para consulta, estudo ou prova, como impressos, manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros. (ABNT, 2002, p. 2).

Ao definir a pesquisa exploratória e descritiva que ocorre quando o pesquisador busca conhecer de forma mais profunda o assunto a ser investigado, buscou-se (...) concentrar em esclarecer/explorar o campo de conhecimento abordado na pesquisa com o intuito de descrever características e relações de certa população ou fenômeno, sem sua manipulação. (RICHARDSON *et al.*, 1999, p. 66).

Neste viés, Sampieri, Collado e Lucio (2013) destacam que, o objetivo central de pesquisas com estudos exploratórios é de examinar se um tema de pesquisa foi pouco explorado, apresenta fenômenos desconhecidos ou há a necessidade de se

pesquisar temas a partir de perspectivas novas e relevantes, sobre estes estudos, ou a possibilidade de realizar pesquisas mais completas, a partir de lacunas encontradas, relacionadas a um contexto particular do tema. Ainda para estes autores, as pesquisas descritivas demonstram que há diferentes dimensões e olhares sobre um fenômeno, mas é preciso especificar as características e os perfis de um grupo ou população, descrevendo os fenômenos, os contextos e as situações de forma detalhada de como são e como se manifestam e interagem nos diferentes contextos.

Durante o caminho percorrido, para a constituição da pesquisa, considerou-se as compreensões possíveis da teoria, de coerência entre o objeto de pesquisa, a sua forma de abordá-lo e como possibilitar movimentos entre os participantes. Isto com o intuito de adquirir um aprofundamento que se reflete no entendimento do objeto estudado. (RICHARDSON *et al.*, 1999). Este objeto se constitui no contexto atual de pessoas que atuam com idosos, do papel de uma formação educativa e ao longo da vida para possibilitá-lhes o (re)significar de sua atuação. Por isso, num primeiro momento, foram coletados dados a partir do Questionário e, assim traçar o perfil dos participante.

A partir do conhecimento sobre os participantes de uma pesquisa, essa se coloca como social, concebida e realizada em estreita associação com uma ação, intervenção ou resolução de um problema coletivo no qual pesquisadores e participantes, representativos da realidade a ser investigada, estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O social da pesquisa perpassa a intervenção na comunidade, e se fundamenta na teoria, o que a caracteriza como pesquisa-ação, um método de pesquisa que agrega diferentes técnicas e formas de práticas, o que para Thiollent (1994), isso ocorre a partir de técnicas que evidenciam uma estrutura coletiva, participativa e ativa no nível da captação de informações que emergem da participação das pessoas que estão envolvidas no problema investigado.

Com base empírica voltada para as descrições de informações e dados coletados das evidências do contexto da pesquisa, exige-se ouvir as vozes dos participantes na busca por desvelar situações concretas relatadas e/ou descritas durante o trabalho desenvolvido, junto a coletividade dos participantes. E, assim, este estudo, também, se configura como pesquisa-ação.

Com base nos estudos de Thiollent (1997) a pesquisa-ação no contexto dessa pesquisa, foi organizada em fases para um maior entendimento dos processos que a complementam, mais precisamente as 5 Oficinas Temáticas, com as particularidades desse estudo, sendo elas:

1ª Fase Idealizada – Exploratória: Questionário e Entrevista individual com o objetivo de traçar o perfil e conhecimento dos participantes idosos atendidos pela Pastoral da Igreja São Pedro e São Paulo. Para tanto, a partir da voz dos participantes, seria realizada uma análise dos registros com base nos sentidos e significados, as histórias de vida e interesses, visando planejar e estabelecer ação extensionistas para uma educação ao longo da vida das pessoas idosas da igreja, lócus da pesquisa;

1ª Fase Realizada – Diante do período pandêmico por solicitação e aprovação do Comitê de Ética foi indicada a mudança do público participante, passando a ser a população da pesquisa os agentes que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) da Igreja São Pedro e São Paulo.

2ª Fase Idealizada – Planejamento das oficinas voltadas aos idosos, com base nos dados levantados na 1ª Fase correlacionando com os objetivos da pesquisa e as ações concretas;

2ª Fase Realizada – O Planejamento das oficinas foi voltado para atender aos Agentes da PPI, com base nos dados levantados na 1ª Fase (realizada) correlacionando com os objetivos da pesquisa com ações concretas;

3ª Fase Idealizada – Ação: Desenvolvimento das cinco Oficinas Temáticas junto aos idosos participantes da pesquisa;

3ª Fase Realizada – A Ação Desenvolvimento das cinco Oficinas Temáticas foram desenvolvidas desenvolvidas junto aos Agentes da PPI participantes da pesquisa que atuam junto aos idosos;

4ª Fase Idealizada – Avaliação: O processo avaliativo ocorrerá desde o início da pesquisa e envolve o questionário, a entrevista individual com os idosos, o desenvolvimento das ações dos idosos participantes, cuja aprendizagem acontece pela vivência durante as oficinas idealizadas com o propósito de resgatar pela vivência as experiências de aprendizagem e os conhecimentos adquiridos.

4ª Fase Realizada – Avaliação: O processo avaliativo foi desenvolvido junto aos participantes da pesquisa, Agentes da PPI que atuam com idosos, com o propósito de ensinar aos que atuam na PPI o resgate à vivências, às experiências de uma aprendizagem e aos conhecimentos adquiridos pelas participantes da PPI junto às pessoas idosas que atendem.

Durante a realização da pesquisa, pela aplicação do questionário, da entrevista e das falas coletivas nas oficinas temáticas, a voz das participantes possibilitou o entendimento sobre a memória histórica de vida da pessoa idosa, com quem já atuam, dando então sentidos e significados de espaços e tempos vividos junto à comunidade e a Pastoral da Pessoa Idosa. A pesquisadora, via a oralidade, buscou identificar o processo de construção de educação ao longo da vida, de aprendizagem e compreensão da constituição de uma formação educativa das participantes e, assim enaltecer o desenvolvimento da ação educativas pela universidade junto à comunidade, voltada à formação educativa de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa em espaço religioso.

Cabe salientar que, as fases descritas não são rígidas pois, conforme Thiollent (1997), existem dois movimentos simultâneos que são pesquisa e ação. Outro aspecto muito relevante, e se consolida, no caminhar das fases, é a questão da aprendizagem, ela não está presa a uma fase, ela se coloca e se propaga por todas as direções ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa de forma dinâmica e, por isso, a avaliação das mudanças percebidas deve adquirir

[...] uma dimensão objetiva de fácil identificação como, por exemplo produção, manifestação coletiva etc., os resultados podem ser avaliados em termos tangíveis: quantidade produzida, número de pessoas mobilizadas etc. A ação é acoplada à esfera dos fatores subjetivos e, portanto, faz-se mister distinguir vários graus na tomada de consciência. (THIOLLENT, 1994, p. 43).

Ainda, segundo Thiollent (1994, p. 45) no desenvolvimento da pesquisa-ação, ocorre um maior amadurecimento metodológico, respeito e refinamento aos contextos socioculturais apresentados pelos participantes. (...) objetivos podem e devem ser alcançados simultaneamente e a ação deverá ser definida em função de interesses e necessidades encontradas sendo que, todas(os) as(os) participantes envolvidas(os) na situação investigada devem ser consultadas (os).

Ao dar a voz às participantes da pesquisa, pela articulação entre os momentos coletivos de falas, resgatou-se a memória de vida, por meio das atividades

desenvolvidas nas oficinas temáticas, mas foi espaços e tempos vividos junto à comunidade que deram sentidos e significados às vozes pois, a pesquisa possibilita a compreensão da existência humana na qual, (...) as histórias vividas e contadas são impulsionadas pela oralidade de forma dinâmica envolvendo o viver, o reviver e o recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam mas, aquelas, também dos pesquisadores. (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 18).

Neste enredo, a oralidade das participantes procurou retratar a relevância da rememoração para a (re) construção das histórias de vida, tanto numa perspectiva individual quanto coletiva e social. Consubstancialmente, os acontecimentos relatados da história de uma participante tomaram da sua totalidade sentidos e significados também para as outras participantes que a partir de partes selecionadas do todo narrado, é tecido a história de vida das participantes.

Em conformidade com Clandinin e Connelly (2011), nos estudos de Delory-Momberger (2012a, p. 82) a oralidade não se coloca apenas como um produto do 'ato de contar', ela tem o poder sobre o que foi narrado e revelado, o modo como os participantes concebem e vivenciam as situações de mundo. No constructo da oralidade, Thiollent (1994), coloca-se o conhecimento e a ação que contribuem para potencializem uma tomada de consciência e conscientização dos participantes que devem ser compreendidos considerando suas especificidades pois,

[...] a primeira (consciência) tem um alcance mais limitado do que a segunda. A tomada de consciência é frequentemente limitada a uma aproximação espontânea, sem caráter crítico. A segunda (conscientização) supõe um desenvolvimento crítico da tomada de consciência, permite desvelar a realidade, incide ao nível do conhecimento numa postura epistemológica definida e contém até elementos de utopia. (FREIRE, 1979, p. 15).

Nesta pesquisa, a oralidade das participantes foi conduzida pela força do diálogo, na construção ou (re) significação sobre o conhecido, o sabido e o reconhecimento do apreendido no exercício de evidenciar, o processo de construção de uma educação formativa e de aprendizagem que se coloca ao longo da vida das pessoas pois, pela oralidade se faz a mediação dialógica entre todos os envolvidos, numa perspectiva freiriana de entendimento de que ser dialógico

[...] é não invadir, é não manipular, é não organizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em seres para outro por homens que são falsos seres para si. (FREIRE, 1981, p. 43).

Por isso, a oralidade durante a realização das entrevistas e oficinas, permitiu reconhecer, pelas pessoas envolvidas no processo da pesquisa, o *lócus* como um espaço de diálogos e interações sobre o significado de suas atividades, existência para o percurso de uma formação educativa pela universidade voltada para pessoas que atuam com idosos em espaços religiosos.

3.2 LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA

O local da pesquisa foi a Paróquia São Pedro e São Paulo, situada no bairro Tingui da cidade de Curitiba, Paraná, sito à Rua Theodoro Gbur, nº 528, CEP 82.600-280, e apresenta um marco significativo de 50 anos de caminhada consciente, na comunhão e participação ativa na comunidade local.

A Paróquia São Pedro e São Paulo que pertencia à igreja Santa Cândida era coordenado pelos Padres das Missões, chamados Padres Vicentinos que com muito trabalho e a doação do terreno, realizada pela comunidade da época, foi construída a primeira Capela em madeira no ano de 1957 e, por escolha das pessoas da comunidade, os Apóstolos São Pedro e São Paulo se tornaram os padroeiros e deram o nome a paróquia. A doação do terreno para a construção da Capela foi feita pela família do Sr. Pedro Skora, juntamente com a família Ivanoski, sob a coordenação dos Padres Vicentinos e auxílio da comunidade que construiu a capela

Em 15 de novembro de 1965, a capela passou a ser extensão da Paróquia São João Batista e recebeu o primeiro padre, Sr. Stanislaw Pagacz para realizar as cerimônias religiosas.

Com o desenvolvimento dos bairros São João, Solar, Tingui, bairros vizinhos da Paróquia São Pedro e São Paulo, e o crescimento populacional desses bairros, o cenário fez com que o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto em 24 de fevereiro de 1973 torna-se a Capela como Matriz e Paróquia São Pedro e São Paulo.

Neste período, a comunidade inicia suas atividades religiosas muito fortemente com Missões e em 15 de maio de 1975, num domingo, tem início os primeiros trabalhos pastorais pelas pessoas que frequentavam a paróquia, em conformidade com as necessidades da comunidade local.

Entre os meses de junho e julho de 1975, durante aproximadamente 35 dias, os padres missionários se dedicaram à organização das pastorais da paróquia, dividindo-a em setores. E, assim, todas as famílias da comunidade passaram a ser

organizadas e assistidas pelos membros atuantes na paróquia, a partir de seus setores, constituídos por um (a) coordenador (a). O conjunto de setores forma um núcleo que também tem um coordenador (a) responsável, em união com o padre, realizam trabalhos de orientação espiritual, conscientização eclesial e ação social.

No bairro Solar, a paróquia presta assistência pastoral aos moradores do Conjunto Residencial Solar que, repentinamente está sob reponsabilidade da Paróquia São Pedro e São Paulo. Após observações e escutas junto aos moradores, no dia 21 de setembro de 1977, realizou-se a primeira reunião de coordenadores dos setores e, 3 (três) dias depois, foi celebrada a missa na Escola Municipal Jaguariaiva.

Outro espaço que é assistido pela paróquia chama-se Conjunto Habitacional Leônis que, em maio de 1979, o padre Alfredo Granzotto, Capelão Militar da Força Armada Brasileira da Base Aérea de Curitiba, hoje CINDACTA II, solicitou catequistas para realizarem atividades pastorais. O mesmo padre se propôs a realizar as missas, mas com sua transferência para a Escola Queiroz Filho no estado de São Paulo, deixou de atender a comunidade do conjunto habitacional Leônis.

Em atendimento às solicitações dos moradores do Conjunto Habitacional Leônis, principalmente das pessoas idosas daquela época, e que algumas apresentavam dificuldades de locomoções, dois anos mais tarde ocorre o retorno de missas e aulas de catequese no salão cedido pelos moradores.

No dia 10 de janeiro de 1981, o Padre Jan Sobieraj passa a assumir a paróquia e surge a necessidade primordial de construir uma nova Igreja Matriz, pois a primeira paróquia que era de madeira não comportava tantas pessoas e o atendimento à população da comunidade que crescia ao entorno da paróquia.

O arcebispo Dom Pedro Fedalto, durante uma visita pastoral escreveu no livro Ata, dia 27 de junho de 1981 solicitando auxílio da comunidade para a construção da nova igreja matriz São Pedro e São Paulo. Com o auxílio e orientação do padre Jan Sobieraj, a comunidade e membros das pastorais da paróquia, atenderam prontamente ao apelo do arcebispo, e adquiriram quatro terrenos para a construção da nova matriz. Após vencerem vários problemas com a compra dos terrenos e dos projetos estruturais, em 1º de setembro de 1985 começaram a construção da nova Igreja Matriz. A construção durou quatro anos e meio, quando o sonho se tornou realidade em 2 de julho de 1989, e a nova estrutura física da Igreja Matriz São Pedro e São Paulo foi solenemente consagrada pelo arcebispo Dom Pedro Fedalto.

Atualmente, a igreja (FIGURA 5) atende um número significativo de pessoas que frequentam as celebrações religiosas e pessoas carentes que necessitam de cestas básicas, orientação espiritual e aconselhamentos. A organização e condução de todas as atividades, pastorais e ações sociais são pensadas e desenvolvidas na igreja com orientação e auxílio do padre Antônio Polanski e muitos membros das pastorias que prontamente dedicam algumas horas do dia e finais de semana em prol das pessoas da comunidade.

FIGURA 5 – PARÓQUIA SÃO PEDRO E SÃO PAULO

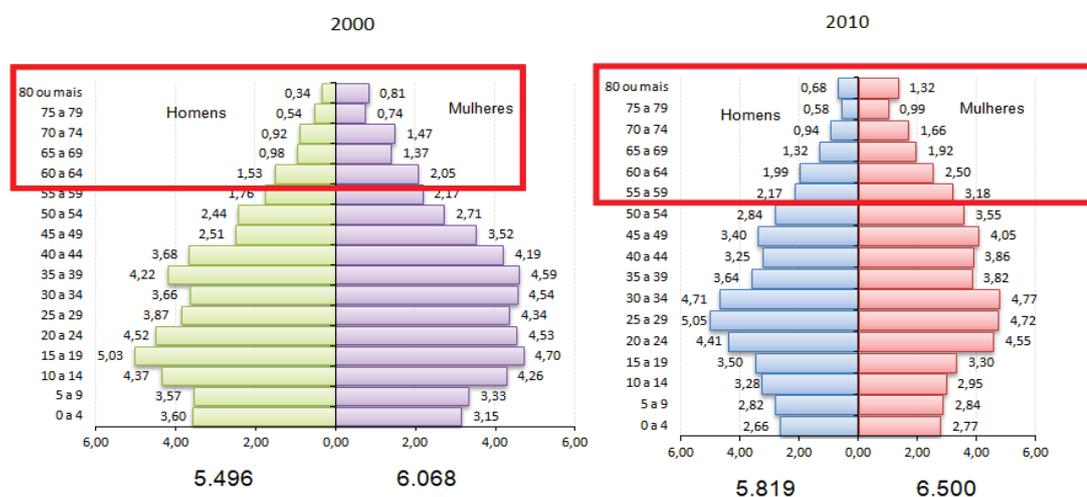


FONTE: Igreja Católica. Arquidiocese de Curitiba (PR) (2021).

Segundo os dados demográficos dos bairros de Curitiba, o bairro Tingui, destacou um aumento de pessoas idosas entre o ano de 2000 a 2010, que configuraram do total da população, 28% de pessoas idosas, sendo 4,31% homens e 4,44% mulheres em 2000 para 7,68% homens para 11,57% mulheres em 2010, conforme Figura 6.

FIGURA 6 – PIRÂMIDE ETÁRIA DE IDOSOS RESIDENTES NO BAIRRO DO LÓCUS DA PESQUISA

Pirâmides Etárias - Bairro Tinguí – Curitiba Pr



FONTE: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2022).

Neste cenário, destacam-se as participantes da pesquisa, pessoas que atuaram na Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), constituíram e constituem sentidos e significados neste espaço, fizeram e fazem a sua história na PPI e passaram e passam conhecimentos entre gerações.

3.2.1 Participantes da Pesquisa

Em conformidade com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no dia 05 de novembro de 2004, a Pastoral da Pessoa Idosa no Brasil foi criada com o objetivo de realizar acompanhamentos e visitas domiciliares mensais às pessoas idosas do bairro. As pessoas líderes voluntárias realizam, num primeiro momento, um trabalho para promover a compreensão dos direitos, acessibilidade e a dignidade da pessoa idosa, conforme as orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e todas as Arquidiocese do Brasil, incluindo a de Curitiba.

Segundo o arcebispo Dom José Antônio Peruzzo (2019), a Pastoral da Pessoa Idosa tem se tornando um instrumento para agrega, inserir as pessoas idosas na sociedade, por meio de pessoas voluntárias da comunidade para participarem da pastoral, ampliar a visibilidade, promover o valor, os direitos e a dignidade humana para esta população tão crescente, mas excluída da família e da sociedade.

Como eixos do desenvolvimento da Pastoral estão: Espiritualidade Cristã, Ecumenismo e Diálogo inter-religioso com ênfase na missão e ação de identificar as

pessoas idosas da comunidade que necessitam de uma escuta, um olhar e uma palavra amiga pelo líder e agente da PPI, para assim atender de forma individual a pessoa idosa. Os agente da PPI que visitam os idosos demonstram a maravilha do sentido da vida que acontece pelo encontro e atendimento aos que ainda são considerados sem sentido pela mentalidade de muitos da sociedade atual. (PERUZZO, 2021)

Na Igreja São Pedro e São Paulo como em muitas igrejas do Brasil, os agentes da Pastoral da Pessoa Idosa realizam as visitas domiciliares para levar esperança, orientações e escuta de forma amorosa e solidária tanto à pessoa idosa, quanto aos familiares. É evidente que o papel da família da pessoa idosa é relevante, e faz parte do processo de convivência e desenvolvimento durante as visitas dos agentes com o intuito de fortalecer os vínculos afetivos entre todos.

Na Igreja São Pedro e São Paulo de uma população de 09 (nove) pessoas que participaram da PPI de 2016 até início de 2020, período que a PPI esteve ativa na paróquia, apenas 04 (quatro) delas continuaram participando da pastoral até o seu término em 2020. Em virtude do cenário da pandemia, e devido as inúmeras restrições por parte do Comitê de Ética, a pesquisa de campo só começou em dezembro de 2022.

Com a pandemia, e frente ao número de idosos falecidos, após entrar em contato com as nove pessoas para participarem da pesquisa, houve a desistência de cinco delas, pois ainda estavam se recuperando do isolamento social em virtude da pandemia e algumas apresentavam problemas de saúde. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi composta de quatro pessoas, que corresponde a 100% da população que aturam na PPI até o início de 2020, e ainda permanecem na paróquia. Assim, foi garantido o critério da representatividade dos participantes da pesquisa.

A pesquisa teve como **critérios de inclusão**, pessoas com idade entre 20 à 59 anos, que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa da igreja *locus* da pesquisa, e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). As atividades foram desenvolvidas na igreja, com os que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e aceitaram participar do processo de formação educativa. Como **critério de exclusão** considerou-se a pessoa com idade abaixo de 20 e acima de 59 anos, não atuante na PPI da igreja *locus* da pesquisa e não assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE 1).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nenhuma pesquisa pode deixar de inserir em seus procedimentos de coleta e/ou análise de informações adquiridas, por meio dos instrumentos de coleta de dados, pois considera-se que há uma estreita relação entre o problema de pesquisa e os procedimentos empregados. Dessa relação, conflitos metodológicos devem estar bem delineados, pois correspondem ao uso adequado de uma ou outra técnica, e principalmente, pela maneira como ela é aplicada. Thiollent (1995).

Para cada instrumento existem as técnicas que lhe são próprias, assim como as limitações e a utilização concomitante de instrumentos ou técnicas diferentes em uma mesma pesquisa que podem suprir lacunas. Thiollent (1995) considera que, a decisão quanto aos instrumentos a ser utilizados depende, dentre outros fatores, da disponibilidade de recursos e aspecto temporal da pesquisa.

A pesquisa pressupõe, tomadas de posições éticas, que podem estar relacionadas tanto ao sigilo quanto aos nomes dos participantes, à utilização e fidedignidade dos dados produzidos e ao TCLE para os participantes da pesquisa. Por isso, a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o Parecer Consubstanciado número 5.820.772 e de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número: 52295821.3.0000.0102.

Neste sentido, corroborando com os apontamentos de Thiollent (1995), os Instrumentos de Coleta de Dados (ICDs) utilizados para atingir os objetivos serão categorizados, conforme descrição no Quadro 8.

QUADRO 8 – OBJETIVOS, ICD E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Objetivos Específicos	ICD	Procedimentos de Análise
Analisar documentos institucionais da UFPR e da comunidade quanto às ações extensionistas voltadas a Educação de Idosos;	-Legislação, Políticas e Programas Extensionistas da UFPR; -Relatórios de Programas e Projetos de Extensão voltados aos idosos; -Estatuto do Idoso; -Política Pública Nacional e Estadual de Educação do idoso -Relatórios do CONFITEA (2009) e (Reunião da CONFITEA +6 em 2015); -Documentos da Pastoral do Idoso da Cúria Metropolitana de Curitiba.	-Leituras das fontes documentais primárias e secundárias; -Identificação nos Documentos quanto da Legalidade e Responsabilidade Institucional do atendimento de uma educação da pessoa idosa.
Caracterizar o perfil das integrantes da Pastoral da Pessoa idosa, participantes da pesquisa;	-Questionário para os participantes da Pastoral da Pessoa Idosa na Igreja da Comunidade. -1º Campo – Identificação	-Análises das Ações Extensionistas de Formação

<p>Diagnosticar as demandas de formação educativa das pessoas que atuam na comunidade com ações na Pastoral da Pessoa Idosa;</p>	<p>-2º Campo – Vivências em espaços educativos na Comunidade -3º Campo – Construção dos saber: O idoso e seus direitos.</p>	<p>Educativa voltadas a aprendizagem e o Desenvolvimento Humano dos integrantes da PPI. Para tanto, as análises estão sob suporte teórico Aguiar e Ozella (2006-2013) que tratam dos sentidos e significados que perpassam as vozes dos sujeitos de uma investigação.</p>
<p>Desenvolver ações e de formação educativa dos que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa com vista à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.</p>	<p>-Entrevista semiestruturada e individual com a Pastoral da Pessoa Idosa da Igreja, que permita ao participante/entrevistado narrar de forma livre. O método de registro composto de gravações. -Oficinas temáticas com atividades dialogadas ocorridas para dar voz aos participantes da Pastoral da Pessoa Idosa na Igreja da Comunidade. Cinco oficinas desenvolvidas com os participantes. O método de registro a gravação e transcritas.</p>	

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2020).

Os ICDs descritos no Quadro 8 foram o aporte para o levantamento e análise dos dados da pesquisa que são constituídos de:

1ª Etapa da pesquisa: Memória, Registro e Legalidade

-FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.

-Constituição Federal de 1988 - Dos dispositivos referentes aos idosos;

-Lei n.8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;

-FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

-Lei n.10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

-Estatuto do Idoso 2003;

-Relatório de Atividades da Pastoral da Pessoa Idosa 2014 a 2016 - Curitiba Pr;

-Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2016;

-Direitos humanos das pessoas idosas. Cartilha atualizada com as Leis n.13.466/17 e n.13.535/17;

-Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) quanto à Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução Nº 7 de 18 de Dezembro de 2018;

-Regimento Interno da Pastoral da Pessoa Idosa 2018.

2ª Etapa da Pesquisa: Perfil e Vozes dos participantes da Pastoral da Pessoa Idosa Questionário - voltado para pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa idosa (PPI), participantes da pesquisa, com vista a caracterizar o perfil dessa população para as uma formação educativa. Diante das exigências do Comitê de Ética sobre o contexto da pandemia¹² ocorrido entre 2020 a início de 2022, mesmo em dezembro de 2022 e janeiro de 2023, foram seguidos os protocolos da OMS (2020) com os participantes da pesquisa para a aplicação do questionário. (APÊNDICE 2). O instrumento de coleta de informações dos participantes está organizado em três campos investigativos, sendo o primeiro campo Identificação, o segundo campo Vivências nos espaços educativos na comunidade e o terceiro campo Construção dos saberes: a pessoa idosa e seus direitos.

3ª Etapa: Entrevista Semiestruturada – realizada de forma individual com as pessoas da Pastoral da Pessoa idosa (PPI), participantes da pesquisa, com vistas a diagnosticar características e demandas para uma formação educativas. (APÊNDICE 3)

4ª Etapa: contempou a realização de 5 oficinas temáticas que constituiram ações práticas junto às participantes que possibilitaram evidenciar a necessidade de ações extensionistas na comunidade por meio de educação, aprendizagem e desenvolvimento humano.

As oficinas temáticas foram desenvolvidas a partir das vozes das participantes, representadas nos dados coletados após a aplicação dos instrumentos, questionário e entrevista. Das vozes emanaram sentidos e significados para o desenvolvimento de atividades voltadas à formação educativa das participantes da PPI, junto à

¹² Segundo a OMS (2020), um contexto pandêmico acontece quando uma doença se espalha por uma grande quantidade de regiões no mundo. Em 2020, o mundo foi surpreendido pelo vírus SARS-CoV-2 causador da doença COVID-19.

universidade, com vista à promoção de compreensão, emancipação, aprendizagem e desenvolvimento humano da pessoa idosa (APÊNDICE 4).

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de compreender sentido e significado, sobre a parceria Universidade e Comunidade para a formação educativa de pessoas que atuam com idosos, visando uma educação formativa, a pesquisa utilizou o procedimento de análise dos dados de Aguiar (2000) e Aguiar e Ozella (2006).

Para Aguiar e Ozella (2006, p. 224), sentido e significado não estão indissociáveis, há uma análise com profundidade que considera a historicidade, o tempo político e a constituição das ações dos atores, que são compreendidos a partir do seu mundo de significados que podem ser impelidos pelas mediações simbólicas e afetivas.

Para os autores pensar o objeto de estudo, a partir de sentidos e significados dados pelos protagonistas da pesquisa, permite afirmação ou revisão dos Núcleos de Significação, definidos provisoriamente, um movimento realizado pela leitura e refinamento dos dados produzidos.

Os núcleos definidos foram analisados à luz de conceitos atribuídos ao contexto da pesquisa, com o intuito de identificar a relação Universidade e Comunidade no trabalho de pessoas que atuam na PPI, visando à conscientização das participantes sobre a educação formativa.

O processo foi descrito a partir da revisão de literatura e das fontes documentais, compreendendo os espaços da Universidade e Comunidade, e as ações extensionistas junto à pessoa que atua com idosos. A partir do relato de vida pelas vozes das participantes da pesquisa, foram identificados os pré-indicadores, momentos estes que evidenciam as experiências histórico-sócio-culturais por elas vividas, pois os significados, embora estáveis, se transformam no movimento histórico, em que sua natureza interior se modifica, alterando, conseqüentemente o conhecido. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226).

A partir dos Núcleos de Significação duas Etapas da pesquisa são desenvolvidas: Etapa 1 - Pré-indicadores (Elaboração e aplicação dos ICDs) e Etapa 2 – Indicadores (Análise e refinamentos dos dados).

Nessa pesquisa para desenvolver o primeiro momento da Etapa 1, buscou-se identificar os pré-Indicadores, constituídos das várias leituras de Documentos legais como: Estatuto do Idoso; Documentos da Política Pública Educação do idoso e os Relatórios do CONFITEA+6 de 2015; Legislação, Políticas, Relatórios de Programas Extensionistas da Universidade Federal do Paraná e Documentos da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) de Curitiba.

Num segundo momento da Etapa 1, identificados os pré-Indicadores a partir da elaboração e aplicação dos Instrumentos de Coleta de Dados, a aplicação do questionário com perguntas abertas e fechadas e da entrevista para dar voz às participantes, possibilitou identificar elementos para compreensão e aproximação dos sentidos e significados que constituem para elas uma educação formativa.

Diante do exposto, entre sentidos e significados, foram evidenciadas as seguintes Etapas:

1 – Pré-Indicadores: as respostas e vozes, oriundas dos achados, fragmentos e recortes presentes na voz das participantes que atuam na PPI, as propriedades da sua forma de agir, sentir e pensar, além de sua totalidade do se constituir como pessoa e o que sintetizam sobre a realidade vivida/sentida. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 17).

2 – Indicadores: emergem das aglutinações dos achados considerando que os mesmos possibilitam afirmação ou reestruturação dos Núcleos de Significação, como afirmam Aguiar e Ozella (2006), só sendo possível na busca de similaridade, complementariedade ou contraposição na fala das participantes da pesquisa.

Neste momento, destaca-se o conceito de Vygotsky (1998) que diz: uma única palavra pode expressar múltiplos significados, mas o sentido pode ser eixo central para o significado da palavra, à compreensão dos mais variados significados e sentidos designa todos os elementos dentro daquela palavra.

Apoiada nos estudos de Aguiar e Ozella (2006) presentes nessa etapa, após a aglutinação dos achados na Etapa 1 - Pré-indicadores, os Indicadores da Etapa 2, foram definidos a partir da categorização, com vista à apreensão da totalidade dos registros e das vozes das participantes, presentes no questionário, nas entrevistas e oficinas temáticas. Assim, sendo, a pesquisadora buscou identificar as aproximações, distanciamentos e, principalmente, articulações do que foi apresentado pelas participantes da pesquisa, conforme (AGUIAR; OZELLA, 2006a). Para cada indicador, foi escolhida uma nomeação a partir de uma unidade de análise reduzida e

que, posteriormente, estará articulada à constituição dos Núcleos de Significação.

3 – Afirmação ou reestruturação dos Núcleos de Significação: terceira etapa e visa afirmação ou reestruturação da construção e organização dos Núcleos de Significação resultantes do processo de articulação do conjunto de indicadores que, por sua vez, foram definidos pelos pré-indicadores. Porém com atenção para não ocorrer uma diluição dos Núcleos de Significação, frente aos que foram definidos provisoriamente.

Neste momento, ocorre o processo de análise dos dados e um movimento significativo do empírico para o interpretativo, apesar desse movimento acontecer durante todo o procedimento da pesquisa, e de forma construtiva/interpretativa, o mesmo ocorreu a partir da Etapa 2, na definição dos Pré- indicadores. Dos Núcleos de Significação, que foram definidos empiricamente, expressando os pontos centrais e fundamentais, os núcleos foram afirmados ou reestruturados a partir das implicações evidenciadas nas vozes das participantes da pesquisa, revelando o que as envolvem emocionalmente, conforme os estudos de (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Ainda segundo (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226), por meio de aproximação, distanciamento, divergência, convergência, similaridade, complementaridade e oposição, que emergem da construção dos Núcleos de Significação, buscou-se apreender e capturar o movimento dos significados das palavras em direção às zonas de sentidos, a partir da organização dos dados analisados.

Desta forma, transformações e contradições ocorridas no processo de construção dos significados e sentidos sobre a parceria Universidade e Comunidade voltadas à formação educativa das participantes da PPI, possibilitou uma análise mais consistente, considerando tanto as condições subjetivas quanto os contextos que envolvem aspectos históricos, sociais e culturais das participantes.

Neste sentido, a pesquisa e a análise dos dados se fundamentam numa perspectiva histórico-sócio-cultural que pelos estudos dos autores compreende o método de pesquisa proposto

[...] para além de sua função instrumental, como algo que nos permite penetrar no real, objetivando não só compreender a relação sujeito/objeto, mas a própria constituição do sujeito, produzindo um conhecimento que se aproxime do concreto, síntese de múltiplas determinações. (...) destacamos como decorrência da adoção dessa perspectiva metodológica a relação aparência/essência, parte/todo, a importância da noção de historicidade, de processo e a noção de mediação. (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 300).

Com isso, ao refletir sobre os significados e sentidos, tem-se a necessidade de partir do empírico para aprofundar as vozes das participantes considerando o seu processo histórico, social, cultural, bem como, de conhecimento de mundo, aprendizagem e desenvolvimento humano, pois

o homem é constituído numa relação dialética que envolve o social e a história, e o torna ao mesmo tempo um ser único, singular e histórico durante o desenvolvimento de atividades. Ele passa a produzir a sua existência, e revela-se por meio de suas expressões culturais, ideológicas, sociais e o modo de produção. (...) Este mesmo homem expressa a sua singularidade, a capacidade de produzir o novo, os significados sociais e os sentidos subjetivos, numa relação entre sujeito e sociedade onde ambos se incluem, se excluem e se complementam ao mesmo tempo. Aguiar e Ozella (2013, p. 301).

Vygotsky (2001) contribuiu com este contexto ao destacar que, em todas as relações que são estabelecidas entre o homem e a sociedade, há sempre uma intervenção, mediação, participação e/ou interferência anônima. Assim, a forma como o homem realiza a apreensão do ser social resulta da síntese de múltiplas determinações e relações universais, constituem sua singularidade através das mediações sociais que envolvem particularidades e circunstâncias específicas. (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 302).

A mediação descrita por Aguiar e Ozella (2013), está embricada nas diferentes circunstâncias que envolvem a relação dos objetos, processos ou das situações entre si e o seu contexto, e se designará em um elemento que viabiliza a relação e atuação do/com outro que, embora distinto dele, garante a sua efetivação.

A historicidade dos participantes de uma pesquisa permite ao pesquisador tecer o seu olhar para a realidade e pensá-la a partir de sua historicidade que deve ser entendida[...] para além do simples movimento, pois ela possibilita refletir sobre a realidade, direcionar uma mudança que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em si quanto em relação com os outros complexos. (LUKÁCS, 1979, p. 79).

Desta forma pelo movimento da historicidade que, envolve realização e execução de diferentes atividades, o homem transforma a natureza e a si mesmo, num processo de produção cultural, social e pessoal, elemento constitutivo dos significados, pois a atividade humana é sempre significada: o homem, no agir humano, realiza uma atividade externa e uma interna, e ambas as situações operam com os significados e sentidos. (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 304).

Portanto, a análise dos núcleos foi constituída a partir do processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos, procedimento que explicitará semelhanças e/ou contradições que revelaram o movimento das participantes sobre o objeto de pesquisa.

Para Aguiar e Ozella (2006, p. 231) as contradições necessariamente não precisam estar manifestas na aparência do discurso, sendo apreendidas a partir da análise do pesquisador, pela qual, o processo de análise não deve ser restrito à fala do informante, ela deve ser articulada (e aqui se amplia o processo interpretativo do pesquisador) com o contexto social, político, econômico e histórico que permite a compreensão do sujeito na sua totalidade nos campos do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento humano.

4 ANALISANDO A FORMAÇÃO EDUCATIVA DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA

Com o fenômeno de longevidade humana, viver mais anos tem implicações que perpassam as atividades da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) e remetem às instâncias das áreas de educação, saúde, alimentação, proteção social, direitos humanos e dignidade e equidade, além da espiritualidade cristã é a missão primordial da PPI no exaustivo esforço de atuar com o objetivo de propagar o Ecumenismo com diálogo inter-religioso e o bem-estar da pessoa idosa.

Com a investigação da pesquisa realizou-se a análise para uma formação educativa de pessoas que atuam com idosos no programa da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), formação tão necessária que envolve a compreensão sobre educação, aprendizagem e desenvolvimento humano da pessoa idosa. Uma formação educativa que exige um perfil específico de pessoas que atuam de forma “flexível, com empatia e transparência envolvendo o desenvolvimento da capacidade de construir momentos de autoestima, valorização da pessoa, construção da formação política, democrática do saber, da consciência, da responsabilidade social civil a partir até mesmo de movimentos sociais. (PIRES; LIMA, 2007, p.407).

Neste contexto, a pesquisa e o entendimento de uma formação educativa para pessoas que atuam com idosos pela PPI, foram demarcados no espaço religioso da Igreja São Pedro e São Paulo da cidade de Curitiba-Pr.

Esse capítulo está constituído de quatro sessões que corresponde às respostas aos objetivos propostos.

A primeira sessão desse capítulo tratou em resgatar a *Memória, Registros e Legalidade da Extensão*, onde foram analisados os documentos Nacionais e Institucionais da extensão universitária, bem como, os da Curia Metropolitana de Curitiba, na qual a Igreja São Pedro e São Paulo está vinculada, e os documentos da PPI. Das referências do contexto legal dos direitos da pessoa idosa, são evidenciados e pautados na tese, os documentos Estatuto do Idoso, Política Pública Nacional, Relatório (Reunião da CONFITEA + 6 em 2015), Legislação, Políticas e Programas Extensionistas da UFPR, Relatórios de Programas e Projetos de Extensão voltados para idosos e Documentos da Pastoral do Idoso da Cúria Metropolitana de Curitiba. Como procedimentos de análise sobre o tema, as leituras das fontes documentais primárias e secundárias contemplam na pesquisa a identificação nos Documentos da Legalidade e Responsabilidade Institucionais quanto ao atendimento de uma

formação educativa para pessoas que atuam com idosos.

A segunda sessão desse capítulo, intitulada *Perfil das Participantes da Pastoral da Pessoa Idosa*, apresenta as análises das respostas dadas ao Questionário, composto por três Campos Investigativos, sendo o 1º intitulado *Identificação* que tem por objetivo traçar o perfil das participantes que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa da Igreja, e pelas vozes dos mesmos identificar o (a) idoso(a) da Igreja, atendido(a) por esse grupo na Comunidade. As análises das respostas ao 2º Campo Investigativo denominado *Vivências nos espaços educativos na Comunidade*, visa conhecer as atividades desenvolvidas na igreja e demandadas pela comunidade. E o 3º Campo Investigativo nomeado *Construção dos saberes: a pessoa idosa e seus direitos* visa conhecer os direitos dos idosos, por parte das integrantes da PPI que atuam na comunidade. Com o objetivo de traçar o perfil dos idosos da comunidade, pelas vozes dos integrantes da PPI, serão analisadas as respostas à Entrevista semiestruturada e individual, parte intitulada *Traçando o perfil dos Idosos da Comunidade pelas Vozes da PPI*.

A terceira sessão do capítulo se refere às análises das entrevistas no sentido, de compreensão sobre o seu papel junto a PPI, a pessoa idosa que atendem e a formação educativa de forma dialógica aberta, repleta de pluralidades, descobertas e na compreensão de si e do outro.

A quarta sessão analisou as *Ações extensionistas, comunidade e educação, aprendizagem e desenvolvimento humano*, desenvolvidas nas Oficinas Temáticas de atividades dialogadas, a partir das vozes das participantes da Pastoral da Pessoa Idosa da igreja São Pedro e São Paulo. A análise dos relatos irão subsidiar estudos profundos sobre a formação educativa de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa com vista a aprendizagem e desenvolvimento humano.

4.1 MEMÓRIA, REGISTROS E LEGALIDADE

No caso desta pesquisa para atender o primeiro objetivo específico, o de analisar documentos institucionais da UFPR e da comunidade quanto às ações extensionistas voltadas à formação de pessoas que atuam com os Idosos, foram analisados os documentos, tais como, a história da Extensão no Brasil e na UFPR, o Estatuto do Idoso, a Política Pública Nacional e Estadual de Educação do idoso e os Programas e Relatórios Extensionistas da UFPR que têm como objeto ações

desenvolvidas com pessoas idosas nos Programas e Relatórios e fundamentam o estudo em questão. Por isso, os materiais descritivos já publicados como os documentos do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e o documento sobre a Política Nacional de Extensão Universitária da PROEX - Pró-Reitoria de Extensão, forneceram descrições da realidade e contribuíram para a compreensão da própria necessidade de ações extensionistas pertinentes à formação educativa de pessoas que atuam com idosos em diferentes espaços como, por exemplo, espaços religiosos, pois a literatura pode ser usada para a confirmação das descobertas, ou ainda pode mesmo ser superada pelas descobertas de uma nova pesquisa.(STRAUSS E CORBIN, 1990, p. 50).

Dessa forma, os documentos de base legal analisados, têm como característica orientar os envolvidos nas ações extensionistas, assim como, também, revelar o percurso de historicidade dos Programas e Relatórios das ações desenvolvidas, os quais fundamentam com profundidade o estudo exploratório e descritivo da pesquisa, pois buscou-se conhecer de forma mais profunda o assunto a ser investigado, (...) concentrou-se em esclarecer/explorar o campo de conhecimento abordado na pesquisa e (...) descrever as características e relações das participantes e dos fenômenos, sem nenhuma manipulação de dados, segundo (RICHARDSON *et al.*, 1999, p. 66).

Ao explorar e aprofundar sobre o tema de pesquisa pelos espaços e campos exploratórios, fenômenos desconhecidos ou ainda pouco explorados ascenderam como alertas, e da necessidade de se pesquisar temas a partir de perspectivas novas e relevantes, sobre este estudo, ou da possibilidade de realizar pesquisas mais completas, a partir de lacunas encontradas, relacionadas a um contexto particular do tema, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013) nos diz que as pesquisas descritivas, exploratórias e pesquisa-ação, demonstram que há diferentes dimensões e olhares sobre um fenômeno, mas é preciso especificar as características e os perfis do grupo ou da população, descrevendo os fenômenos, os contextos e as situações de forma clara como são, se manifestam e interagem nos diferentes contextos.

Por isso, inicia-se análise dos documentos pela Constituição Brasileira de 1988 que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e definiu que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderiam receber apoio financeiro do poder público (BRASIL, 1988). A partir da década de 1990, a institucionalização da extensão foi marcada por diferentes encaminhamentos, tais

como Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proext-93); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que estabelece e institui a extensão universitária como uma das finalidades da universidade e a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, por exemplo, para bolsas de estudo; Plano Nacional de Extensão (PNEX – 98).

Com o Plano Nacional de Educação (PNE-2001), acentuou-se ainda mais o discurso e necessidade da Extensão junto a sociedade pois, se estabelece a responsabilidade da universidade e suas função quanto

[...] ensino, pesquisa e extensão, formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica; novo PNE- 2014 estabelecem e reforçam metas e estratégias que envolvem a educação no contexto brasileiro para o período de 2014-2024. Neste PNE uma a Meta12.7 prevê: Assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014).

Da relação Universidade e Sociedade, a extensão universitária se constitui na oxigenação da própria Universidade, desempenhando papel importante na democratização do conhecimento acadêmico, formação educativa, incorporação de saberes e, conforme disposto no documento (FORPROEX, 2012), interação dialógica com possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade.

De acordo com Oliveira (2009), a universidade assume lugar de destaque na sociedade enquanto promotora do conhecimento e formadora de consciências individuais e coletivas.

Como berço do saber, esta instituição não pode mitigar a obrigação de construção do conhecimento, da realização de pesquisas, debates e mudanças de atitudes em prol da sociedade. Assim, a universidade aparece muitas vezes integrada a realidade social, de tal modo que a população pode ver-se envolvida nas suas ações pela interação em projetos e programas extensionistas, conforme nos discursos descritos nos documentos do FORPROEX apresentados no quadro 9, a seguir.

QUADRO 9 – FORPROEX (1986-1999) E A FORMAÇÃO EDUCATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

FORPROEX/ANO	TEMA	ESTADO	DISCURSOS
FORPROEX (1986)	Política e compromisso de extensão	CURITIBA/PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR) define como política de extensão compromisso com a sociedade e o processo de ensino e de aprendizagem.
FORPROEX (1987)	Conceito de extensão, institucionalização e financiamento	BRASÍLIA – DF	Sistematização das várias experiências desenvolvidas no país e propõe um conceito para a extensão universitária com ações na sociedade.
FORPROEX (1988)	Estratégias de Articulação com o Ensino e a Pesquisa	BELO HORIZONTE/MG	Consolida a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão como prática acadêmica; atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade; compromisso social da universidade.
FORPROEX (1989)	A relação Universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços	BELÉM/PA	Interdisciplinaridade, prestação de serviços emancipatória, não-assistencialista, proposta pedagógica, trabalhos interdisciplinares, relação universidade e a sociedade e entrelaçamento de conhecimentos.
FORPROEX (1990)	Extensão Universitária; as perspectivas nos anos 90	FLORIANÓPOLIS/SC	Programas de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação na área educacional para formação educativa inicial e continuada.
FORPROEX (1991)	A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática	SÃO LUÍS/MA	Política para a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão coma comunidade acadêmica, ações dentro e fora do espaço universitário, projetos interdisciplinares de extensão.
FORPROEX (1992)	Universidade e Cultura	SANTA MARIA/RS	Formação de Corredores Culturais para ampliar formação educativa
FORPROEX (1993)	A Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária	CUIABÁ/MT	Projetos de extensão como processo de formação educativa com prática acadêmica sobre questões sociais emergentes e demandadas pela comunidade.
FORPROEX (1994)	A extensão Universitária: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional	VITÓRIA/ES	Universidade com diálogo junto à sociedade para a superação da desigualdade e exclusão social no país.
FORPROEX (1995)	A articulação da Extensão Universitária com os Projetos	FORTALEZA/CE	Universidade e sociedade sujeitos/atores na busca de soluções de problemas “emergentes”.

	Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais		
FORPROEX (1996)	Por uma Política de Extensão Universitária	BELÉM/PA	Documento Universidade Cidadã e o Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão universitária o PROEXT e Universidade como espaço aberto às discussões superação da exclusão ou marginalização.
FORPROEX (1997)	Plano Nacional de Extensão Universitária	CURITIBA – PR BRASÍLIA - DF	Na literatura não foram encontrados documentos que apontassem a deliberação do Encontro; o mesmo aconteceu com o XII e o XIII Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizados com o caráter de encontros extraordinários, respectivamente em 1997 e 1998, em Brasília/DF
FORPROEX (1998)	Diretrizes da extensão	NATAL – RN BRASÍLIA - DF	Consolidação do conceito de extensão definido pelo FORPROEX e das Diretrizes.
FORPROEX (1999)	Sistema de Dados e Informações: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão	CAMPO GRANDE/MS	Compromisso da Universidade junto a sociedade civil e os movimentos sociais e divulgação dos dados dos projetos.

Fonte: Benvenutti e Haracemiv (2022)

Com isso, os dados empíricos e teóricos se confrontam, as constantes reinterpretções que são estudadas e definidas para a construção do conhecimento científico, tão importante para o processo de formação acadêmica e profissional dos estudantes. Por outro lado, Santos (2010) destaca que, a extensão universitária se diferencia do ensino puro e da pesquisa realizada de forma isolada, por apresentar aspecto metodológico, pois traz em seu escopo a importância do social com referências claras e precisas aos problemas reais que envolvem a sociedade.

É relevante compreender que a extensão universitária permite levar à comunidade os conhecimentos nela elaborados, os quais são produzidos com o ensino e a pesquisa. É uma maneira da universidade divulgar e democratizar o saber científico, de modo que este não seja apenas disponível a uma parcela da população, a universitária, mas socializado à comunidade externa, não acadêmica, mediante os próprios interesses advindos dessa mesma comunidade pois, assim, a extensão ocupa lugar relevante no contexto que a edifica, no ensino e na pesquisa o tripé pelo

qual perpassa e se edifica a formação educativa de seus participantes e o processo de educação.

Ao pensar na formação educativa das participantes em uma extensão universitária, é cabível destacar que esta promove saberes científicos/instituídos pela vivência e troca de experiências, uma vez que se coloca em prática aquilo que se aprende na universidade (quando professor/aluno extensionista) e saberes e que vem da comunidade.

Neste sentido, a prática torna-se evidente quando observa-se o interesse do extensionista pela busca de conhecimento para a realização das atividades de extensão voltadas para a formação educativa das participantes, quando ela se torna ferramenta relevante no processo dessa formação, uma vez que os(as) mesmos(as) foram instigados(as) a colocar em prática o conhecimento que ficava restrito apenas em espaços como a sala de aula, a casa, o local de trabalho, os espaços fora do campo institucional e permanece restrito a uma parcela da sociedade.

Por isso, no ano de 2012, após debates internos nos encontros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX ocorridos nos anos de 2009 e 2010, definiu-se o novo conceito de extensão como está sendo, um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 42).

Os instrumentos legais e resolutivos no interior das Universidades foram calcados na formação universitária formativa de Ensino, Pesquisa e Extensão que se propaga pelo interior e exterior da Universidade, tripé acadêmico responsável pela formação educativa de todos pois, envolve todas as áreas do conhecimento atuantes na pesquisa e nas ações junto à comunidade. Rodriguez (2016, p. 19) entende que formação educativa, docência, investigação tem vínculo e atuação direta com o meio/a sociedade para além dos muros da Universidade, e fundamentam o sentido das Universidades que por vezes são completas e complexas ao mesmo tempo. O conceito de extensão, definido pelo (FORPROEX, 2012, p. 42) defende a necessidade de um currículo dinâmico, flexível e transformador, capaz de permitir um impulso na democratização do conhecimento. Para Rodriguez (2016, p. 22), vale decidir por uma aproximação do saber especificado para cidadania para empoderamento, conforme descrito nos documentos do FORPROEX (2000-2024).

QUADRO 10 – FORPROEX(2000-2022): FORMAÇÃO EDUCATIVA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

FORPROEX/ANO	TEMA	ESTADO	DISCURSOS
FORPROEX (2000)	Pressupostos e Indicadores e Aspectos Metodológicos”	JOÃO PESSOA/PB	A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico.
FORPROEX (2001)	Princípios norteadores que ofereciam subsídios para a implantação da política de indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão.	VITÓRIA/ES	Concepção de flexibilização curricular, ações e experiências desenvolvidas nas Universidades, criação do Sistema de Dados e Informação e a Rede Nacional de Extensão (RENEX).
FORPROEX (2002)	Gestão, avaliação e práticas pedagógicas de extensão.	FLORIANÓPOLIS/SC	Da conscientização da comunidade universitária e de outras esferas da sociedade quanto ao compromisso social da Universidade Pública; ao fortalecimento da Extensão e à institucionalização da flexibilização curricular.
FORPROEX (2003)	Processo de construção das políticas de avaliação da extensão universitária.	MANAUS/AM	princípios, diretrizes e dimensões a orientar o processo de avaliação da extensão universitária dos diversos modelos de ensino superior existentes no país
FORPROEX (2004)	As contribuições da extensão para o cumprimento do compromisso social das universidades.	RECIFE/PE	participação da universidade pública na definição, implementação e avaliação de políticas públicas e o compromisso social das Universidades e suas ações de interação com a sociedade nos diferentes processos
FORPROEX (2006)	A comunicação do conhecimento: o desafio contemporâneo.	PORTO SEGURO/BA	Comunicação de conhecimento por meio do diálogo. FOREXT assume como desafios para os próximos anos a garantia da comunicação como elemento inerente ao processo educativo.
FORPROEX (2008)	A extensão das universidades e as universidades comunitárias.	CAMPO GRANDE/MT	Compromisso com a produção e socialização do conhecimento.
FORPROEX (2010)	As Universitárias Publicas signatárias.	FORTALEZA/CE	Processo de formação e construção do conhecimento nas instituições comunitárias.
FORPROEX (2011)	Metas para a extensão universitária para o período de 2011 –	MACEIÓ/AL	Fortalecimento dos vínculos entre as Universidades e a Sociedade para formação e processo educativo.

	2012.		
	A Extensão e a Educação à Distância	PORTO ALEGRE/RS	Marcos normativos no que se refere à previsão de recursos pedagógicos e financeiros para as ações extensionistas.
FORPROEX (2012)	Metas de gestão 2012 – 2013	MANAUS/AM	A importância do diálogo entre a Universidade e a sociedade civil para o fortalecimento do compromisso social e de formação educativa pela universidade.
FORPROEX (2013)	Marcos Legais das políticas de extensão universitária.	RIO DE JANEIRO/RJ	Formação educativo para expansão de conhecimentos, metodologias extensionistas para juventude, cultura, cidadania
FORPROEX (2014)	Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU)	BELÉM/PA	A Extensão Universitária e os Processos de Formação
	Extensão em Territórios	GOIANIA/GO	Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT; o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Extensão Universitária; Extensão em Territórios como Estratégia para Desenvolvimento e Cidadania; Territórios Criativos: Programa Nacional de Formação Musical e a Extensão e Programa Mais Cultura nas Universidades
FORPROEX (2015)	Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira.	GRAMADO/RS	Extensão na formação discente e no papel da Universidade na transformação social.
FORPROEX (2016)	Da Diversidade; Extensão e Desenvolvimento territorial; Grupo de trabalho sobre Indicadores da Extensão; Agenda sobre Revistas da Extensão às Propostas de uma Política Cultural.	SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP	Aporte de recursos adequados para a implementação da Política Nacional de Formação Artística e Cultural. Função social de formação plena do estudante.
FORPROEX (2017)	Fortalecimento e ampliação da integração social das instituições públicas de ensino superior (IPES) com a sociedade	PORTO SEGURO/BA	Da integração social, gestão pedagógica na educação básica, papel da universidade pública, práxis da indissociabilidade na formação acadêmica na interação com a realidade social.
FORPROEX (2018)	Carta-Manifesto de Natal	NATAL/RN	Marco dos 100 anos da Reforma de Córdoba e da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRES 2018).
FORPROEX (2019)	Os 50 anos da publicação de	BRASÍLIA/DF	Extensão está posta na formação acadêmica como um processo

	Paulo Freire: Extensão ou Comunicação.		ético, político, pedagógico para a formação integral e transformadora, mas que ainda enfrenta desafios
FORPROEX (2020)			Não ocorreu em virtude da Pandemia COVID-19.
FORPROEX (2021)	Interação interna nas instituições, fortalecimento expressivo da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade e articulação entre a pesquisa e a extensão. (Gestão 2021-2022 do FORPROEX)	ALFENAS/BH	Distanciamento social implicou a realização da agenda extensionista fora do espaço da convivialidade e da presencialidade física, dimensões caras à extensão, determinantes para o alcance da interação transformadora entre universidade e sociedade.
FORPROEX (2022)	Extensão em (Nova) Perspectiva	UBERLÂNDIAMG	Papel da extensão universitária na defesa do estado democrático de direito; a operacionalização da inserção curricular; a relação da extensão com a pesquisa e a pós-graduação; o financiamento e indicadores da extensão; a extensão e sua relação com cultura e arte e, por fim, a extensão no “pós-pandemia”.

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2022)

Para Santos (2010) é através da extensão que ocorre socialização e democratização do conhecimento existente, e estes se tornam latentes. A extensão permite a complementação da formação acadêmica de alunos e professores, dada nas atividades de ensino e pesquisa, em conformidade com a aplicação prática. Diante disto, forma-se um campo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de modo que as três atividades se tornam complementares e dependentes, atuando de maneira sistêmica.

É evidente o quanto o tripé ensino, pesquisa e extensão é dependente um do outro para uma completa formação acadêmica dos estudantes. Embora a extensão seja o foco deste trabalho, é impossível falar de forma isolada do ensino e da pesquisa, pois como dito recentemente, são complementares.

Nesse cenário, para ser efetivada, a extensão precisa dos conteúdos, discentes e docentes do ensino; assim como carece da pesquisa para buscar diagnósticos e possibilitar soluções aos diversos problemas com os quais irá se deparar e para que esteja corriqueiramente se atualizando. (OLIVEIRA, 2009).

Corroborando com as ideias de Santos (2010) e Oliveira (2009) para Jezine (2004), a extensão universitária deve integrar as práticas pedagógicas curriculares, onde tais processos envolvam a formação e a construção de saberes de forma que a comunidade acadêmica (professores e alunos) interaja de modo dialógico. Essa reflexão permite inferir a extensão como uma ferramenta promotora da construção do conhecimento, de modo a tornar os alunos verdadeiros agentes ativos na busca e construção deste.

De acordo com o Art. 43 da LDB, cabe as universidades a promoção das atividades de extensão, a qual deve ser aberta à sociedade, visando a difusão das conquistas e benefícios oriundos das instituições; e que as ações extensionistas sejam abertas a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos por elas (BRASIL, 1996). Já o artigo 2º do Plano Nacional de Extensão Universitária aponta a extensão como uma atividade acadêmica com fins de articular, o ensino e a pesquisa e viabilizar a relação entre a universidade e a comunidade. (FORPROEX, 2012).

Conforme exposto, as atividades extensionistas, se constituem como função fundamental da extensão universitária junto à comunidade, a partir do conhecimento adquirido dentro da sala de aula, este que deve estar presente em todos os diferentes contextos da sociedade. Assim, sendo, é muito importante debater sobre a relação Universidade e comunidade, porque os projetos de extensão são validados quanto às suas intenções e realizações, bem como refletir a respeito da importância dessas atividades na formação acadêmica dos estudantes, seja qual for a área de conhecimento. (LIMA, et al., 2017).

Refletir a importância da extensão universitária na formação do profissional é garantir que este terá grandes benefícios em seu processo formativo, considerando que através das ações extensionistas os estudantes podem colocar em prática aquilo que adquiriu dentro da universidade.

Em linhas gerais, convém afirmar que hoje, a extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, apresenta-se como uma das maiores virtudes e expressão de compromisso social das universidades brasileiras com a aprendizagem e o desenvolvimento humano das pessoas da sociedade civil, já que o exercício dessa função é requerido e dado como excelência no Ensino Superior, fundamentalmente direcionada para a formação profissional de discentes e docentes, à luz da assimilação e construção do conhecimento científico. (SANTOS, 2010).

Em complemento a esse pensamento, o fazer extensionista envolve uma dinâmica sobre a realidade, a qual depende de um processo dialético entre a teoria e a prática dos sujeitos, fato que só é possível a partir da experiência, ou seja, quando é permitido aos alunos desenvolver todos os mecanismos que tiveram contato dentro da Universidade. (CASTRO, 2004).

Uma das diretrizes da extensão universitária, que está nos documentos do FORPROEX, se refere ao impacto e transformação social, ela reafirma a extensão universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e que propicia os desenvolvimentos social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

A expectativa do FORPROEX com essa diretriz é que a extensão universitária contribua para o processo de (re)construção da nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da pólis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz de “impacto e transformação social” imprime à extensão universitária um caráter essencialmente político. Com essa diretriz, espera-se configurar nas ações extensionistas as seguintes características:

- i. privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e da diversidade da realidade social;
- ii. abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, do setor ou da comunidade em que incide;
- iii. efetividade na solução do problema. (FORPROEX, p.36, 2012).

Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

A extensão é o lugar da alteridade por excelência. A partir dela, a universidade realiza o reconhecimento da diversidade sociocultural e étnicorracial e permite a construção e o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo. Ao atuar nas dimensões estéticas e culturais, a extensão universitária tensiona o ensino e atualiza a pesquisa. Esse movimento nos convoca não só a pensar o lugar da extensão na formação cidadã dos envolvidos, como também a reconhecer seu

papel real e seu objetivo na estrutura da Universidade no cumprimento daquela que pode ser uma de suas tarefas mais generosas e instigantes: a de ser o local de formação, contribuição e promoção de propostas para melhoria da vida.

Diante do contexto posto, a Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) que tem como objetivo promover a dignidade e os direitos da pessoa idosa entendendo a sociedade atual da valorização integral no âmbito de seguridade social na participação dessa população em diferentes espaços assistidos pelas políticas públicas dos campos da saúde e do social, desenvolvem suas visitas mensais domiciliares aos idosos na busca para a prevenção e atenção à saúde, defesa e construção dos seus direitos no enfrentamento de situações referentes à violência e aos maus-tratos.

Por isso, a PPI está pautada pela Constituição Federal de 1988 como um instrumento legal para o cumprimento dos valores constitucionais da ação dos agentes e líderes da PPI, assim como descrito no Art. 5º da mesma Lei que trata especificamente dos direitos e das garantias fundamentais para todas as pessoas.(BRASIL,1988).

Em sentido mais amplo do Art. 5º é reconhecido os direitos também pelo Estatuto do idoso (BRASIL, 2003) do qual a Pastoral da Pessoa Idosa tem conhecimento e pauta sua organização e papel considerando em seus documentos a dimensão solidária e de atendimento aos idosos, mesmo dentro da natureza e entendimento ecumênico de solidariedade e serviço de gratuidade indispensável à sociedade, também expressa no Art. 2 do Estatuto,

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.(BRASIL, 2003)

Quando a igreja insere a PPI passa a contemplar condições de bem-estar e vida melhor aos idosos da comunidade, além de realizar princípios e objetivos contidos no Art. 3º que destaca:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL,1988).

Assim como pelo Estatuto do Idoso, Art. 4 que reforça a Constituição Federal quanto à

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.
§ 1o É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.
§ 2o As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.(BRASIL,2003).

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) a PPI busca, também dignidade e valorização da pessoa idosa, quando promove respeito, dignidade humana e cidadania ao idoso. O desenvolvimento dos agentes e líderes da PPI visam levar as pessoas idosas que são atendidas a viverem com mais ânimo, resgatando a sua participação mais ativa junto aos familiares e a comunidade em que vivem.

De acordo com os documentos da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a função dessa pastoral visa identificar as fragilidades e/ou dependências dos idosos. Contudo com o fenômeno da longevidade humana, as implicações evidenciadas nos trabalhos da PPI, tais como: educação, proteção social e saúde, tem exigido uma maior qualificação por parte dos agentes e líderes.

Outro documento que rege as ações da PPI é a Cartilha dos Líderes que traz sobre as orientações, o papel e a formação voltadas aos participantes da PPI é de que

[...] o líder e agente comunitário recebe capacitação para fazer a ponte entre a pessoa idosa e sua família, com os serviços existentes na comunidade, especialmente das UBS – Unidades Básicas de Saúde, com os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, e com os CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social. (...) as visitas mensais atingem de 8 a 10 pessoas idosas vizinhas, e os registros são descritos no Caderno do Líder enviados mensalmente para a coordenação Nacional da PPI através da FADOPI – Folha de Acompanhamento Domiciliar da Pessoa Idosa. (CARTILHA DO LIDER, 2004,p.5).

Por isso, a arquidiocese de Curitiba tem expandido em forma de palestras, alguns temas que tem como eixo central o desenvolvimento humano dos idosos, seus para que Agentes e Líderes da PPI possam orientar, também os familiares dos idosos durante as visitas domiciliares mensais. Estas palestras são ministradas por multiprofissionais da Rede de Solidariedade, e outros que têm larga vivência e pesquisas relacionadas com o envelhecimento da população.

Os temas, também envolvem conteúdos que foram relatados pelos próprios familiares dos idosos e os idosos, e envolvem orientações sobre serviços de atendimento aos idosos acamados, formação sobre cuidadores e sobre locais que ofertam cursos de pintura, música, atividade física, dança de forma gratuita aos idosos.

Contudo, observa-se uma inquietude interna e humana por parte dos agentes e líderes da PPI sobre formação que envolva atividades de aprendizagem com os idosos e possam ser realizadas pelos integrantes dessa pastoral, conforme Paulo Freire (2002) destaca sobre o objetivo da educação, (...) está que deve aspirar e levar à sobrevida humana para a sua transformação. (...) a educação acontece pela necessidade de entender sobre si, o outro, a sociedade e agir sobre tudo o que provoca a busca pelo conhecimento.

Neste sentido, Pastoral da Pessoa Idosa em sua instituição e ação pelos agentes e líderes, promove educação e aprendizados para todos que dela participam, e principalmente aos idosos, seus familiares e a própria comunidade, mesmo com um trabalho que envolve pessoas com diferentes formações e experiências.

4.2 PASTORAL DA PESSOA IDOSA DA IGREJA SÃO PEDRO E SÃO PAULO

De acordo com *Houaiss*, dicionário da Língua Portuguesa, a identidade é um conjunto de características que formam e constituem pessoas, plantas, animais e objetos classificando-os em suas estruturas e coletivos, diferenciando-os uns dos outros. Em complemento a esta definição, tem-se a linguagem que, numa perspectiva epistemológica, se coloca como cerne dos processos de construção de conhecimentos e formação educativa das participantes.

As relações que se estabelecem, advêm da linguagem e das interações realizadas pelas pessoas em diferentes lugares da sociedade, nos momentos diversos que perpassam a sua história pessoal e das suas vivências pois, destes emergem seus enunciados, as vozes. Assim, a identidade vai sendo constituída e se define a partir da linguagem, interação e lugares. Numa abordagem socio histórica de Vygotsky (2001), a identidade das participantes é emoldurada por um encontro de muitas vozes que (...) depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. São discursos que refletem e refratam a realidade da qual fazem parte construindo uma verdadeira tessitura da vida social. (FREITAS, 2003, p. 33).

Ao contexto da população assistida pela PPI, considera-se relevante os conhecimentos e conceitos vividos por Paulo Freire sobre a Educação Popular jamais separada de uma educação e um ensino que surgem a partir dos conteúdos desvelados da realidade, (...) estimulada pela presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais.(FREIRE,2007,p. 103-105).

Portanto, pesquisar o outro e com o outro, tomando-o como sujeito desse processo, possibilitou a compreensão da identidade das participantes da pesquisa por intermédio de suas expressões sobre si, o mundo e seus horizontes sociais de onde advêm experiências, expectativas, desejos, aprendizagens e conhecimentos sobre o desenvolvimento humano.

4.2.1 A identidade dos Agentes da Pastoral da Pessoa Idosos

Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, elas fazem história, o conceito de participantes da pesquisa traz pela voz de cada um e do coletivo a linguagem e a política sobre o contexto e a compreensão enquanto sujeitos inseridos em um processo de uma formação educativa dos componentes da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI).

Durante as respostas às questões do 1º Campo Investigativo: Identificação, observou-se que as pessoas atuantes na PPI são mulheres residentes no bairro onde a igreja, lócus da pesquisa, está inserida, elas têm idade entre 28 a 45 anos. Uma é viúva e tem duas filhas pequenas, uma é solteira e duas são casadas e tem filhos adolescentes.

As quatro participantes apresentam os mais variados graus de escolaridade, sendo que uma tem Ensino Médio completo e três têm Ensino Superior completo nas áreas de Farmácia, Educação Física e Administração. Das 4 participantes, 1 é professora de Educação Física, e as outras 3 atuam na administração de vendas de produtos. Das atividades que desenvolvem no espaço da igreja, junto à comunidade, além da PPI, elas participam de canto, catequese e ministras da eucaristia.

4.2.2 Vivências nos espaços educativos na Comunidade

Com as intensas mudanças sociais que ocorrem a cada ano, a educação deve considerar o contexto sociocultural e psicossocial do sujeito a partir de sua

participação ativa e transformadora na sociedade. Os diferentes espaços e lugares não formais, também, apresentam propósitos educativos, desenvolvendo funções de acordo com as condições das pessoas que neles estão inseridas, trazem suas marcas, expressões históricas e culturais.

De acordo com Freire (2001, p. 45) [...] não se deve esquecer que, espaço e tempo trazem histórias de uma criação cultural que foi interpelada e sujeita as mudanças históricas. (...) em seu entorno se constituem as primeiras aprendizagens a partir do entendimento e da relação com estruturas físicas, visuais, sensoriais, emocionais assim como, experiências importantes de uma formação educativa e cognitiva que formam a identidade histórica e o desenvolvimento do ser humano.

Para Gohn (2006), é a partir do entendimento que as pessoas têm dos espaços que elas ocupam e circulam que, são refletidas as relações sociocultural sob o olhar de si e do outro, numa construção de profundo vínculo humano, transforma a pessoa, durante as interações e convivências ocorridas, e resultam em processos formativos, educativos e identitários de uma aprendizagem contínua, diária.

Ainda para Ghon (2006, p.28-29), diferente de uma educação nos moldes formais e institucionalizados, numa forma de educação não-formal o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos; (...) agentes educadores como pais, família em geral, amigos, vizinhos, colegas de escola, igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. E, isso, gera uma aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos. (...) uma capacitação dos indivíduos não só para o trabalho,mas para a vida, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades, do exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com os objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas dos grupos de coletivos cotidianos.

Neste sentido, para melhor compreender as experiências das participantes na PPI, os valores que as participantes atribuem sobre presença dos idosos na comunidade e de uma formação educativa sobre eles, se faz necessária a análise do 2º Campo Investigativo: Vivências em Espaços Educativos. Esta análise está pautada em (AGUIAR E OZELLA, 2006), pois as vozes captadas pelos ICDs, sejam elas escritas ou faladas, aglutinam os indicadores frente aos sentidos que constituem os significados. Os registros pelos ICDs, por intermédio das vozes e descrições das participantes, são pontos de partida uma vez que, cada uma, apresenta para além do trabalho de análise e interpretação dos dados, as zonas mais instáveis, fluidas e

profundas, ou seja, as zonas de sentido. Logo,

[...] a apreensão dos sentidos não significa apreendermos uma resposta única, coerente, absolutamente definida, completa, mas expressões muitas vezes parciais e contraditórias, não significadas pelo sujeito, mas que nos apresentam indicadores das formas de ser do sujeito, de processos vividos por ele. (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 307).

Assim, sendo, a partir das respostas das participantes, o Quadro 11 apresenta a análise sobre as Vivências em Espaços Educativos na Comunidade.

QUADRO 11 – VIVÊNCIAS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA COMUNIDADE

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>-Quanto ao tempo de atuação e das atividades que participa na igreja além da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) responderam que:</p> <p>A1-Atuo na igreja a 5 anos. Comecei na leitura. Hoje estou também no canto.</p> <p>A2-Eu atuo a 11 anos na igreja. Comecei recebendo as pessoas na entrada das missas, fiz leitura e hoje participo do canto.</p> <p>A3-Atuo na igreja faz tempo, 15 anos. Eu já fiz leituras, participei da catequese. Estou atuando como ministra da eucaristia.</p> <p>A4-Na igreja estou há 16 anos. Comecei no grupo de jovens. Agora estou no canto.</p>	Ampliação dos espaços de atuação e participação	Comunicação e Interação Social
<p>-Quanto ao que levou a participar das atividades com idosos, as mudanças quanto aos sentimentos após participação dessas atividades, responderam que: .</p> <p>A1-Conhecer pessoas novas; Descobri que tenho capacidade de aprender coisas novas com as pessoas idosas;</p> <p>A2-Sempre me preocupei com os meus avôs. Gosto de ajudar e me sentir útil. Estou realizando atividades diversificadas e sinto-me mais realizada.</p> <p>A3-Eu via muitas pessoas idosas participando das festas, missas e grupos de orações. Eu sinto que ajudo os outros.</p> <p>A4-Sempre observo a presença de idosos nas missas da manhã e da semana, Hoje, eu gosto de ajudar as pessoas e ouvir o que elas contam sobre a vida delas.</p>	Trocas de experiências e Aprendizagem	Motivação e Empatia
<p>-Quanto ao o que gostariam que mudasse nas atividades para envolver mais as pessoas idosas, responderam:</p> <p>A1-Mais atividades físicas dentro do espaço da igreja para os idosos.</p> <p>A2-Atividades de dança, pintura e música para os idosos participarem mais na igreja.</p> <p>A3-Acolhimento</p> <p>A4-Promover ações de resgate da participação dos idosos na Igreja, através de visitas às famílias e acolhimento. Até mesmo com voltar com a Pastoral da Pessoa Idosa.</p>	Atividades Interativas	Ação Educativa na Formação humana

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2022)

Os relatos evidenciam que há formas educativas sendo estabelecidas nas relações de convivência, expressas por meio de “Aprendizagem”, “Saberes e Formação humana”, Vivências, “Identidade”, “Espaço social”, “Comunidade”. Estas expressões das participantes, possibilitou questionamentos sobre as suas próprias práticas, reflexões quanto ao entendimento de si e dos idosos como sujeitos capazes de gerar conhecimentos e da valorização dos que foram produzidos por outros.

Para Freire (1979), os conhecimentos que são adquiridos ao longo da caminhada dos sujeitos, são teóricos e práticos são incorporados a uma formação educativa, constituindo uma base sólida desses conhecimentos aos que deles se apropriam e, assim, ampliam os conceitos já existente e as capacidades de cada um para assim fazer escolhas numa perspectiva de ação-reflexão-ação, mudança e tomada de consciência.

Diante do exposto, a construção dos saberes oriundos do refletido durante a entrevista e no coletivo das oficinas despertou em cada participante a necessidade de compreender com mais significado quem é a pessoa idosa da comunidade.

4.2.3 A pessoa idosa e seus direitos: o que é preciso saber para exercê-los?

O aumento da população de pessoas idosas tem se tornado significativo e atinge os diferentes contextos da educação, destaca-se benefícios para o desenvolvimento humano dessa população. Brandão (1998) lembra que, é necessário o entendimento de uma educação popular, ao longo da vida, pois essa permite mais oportunidades educacionais, formação educativa, compreensão sobre uma nova construção sobre a vida humana e da aquisição de novos conhecimentos científicos. Freire (1979) reforça essa expressão, ao enfatizar que a troca de experiências e as partilhas de saberes formais e informais que as pessoas carregam consigo, se consolidam no diálogo de formação mútua estabelecido dentro e fora dos espaços, onde cada um é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.

Os estudos de Freire (2000b), complementam o exposto ao considerar os conceitos de educação e saber como as formas mais concretas de ser e estar no mundo, por que,

[...] mulheres e homens se colocam como seres capazes de saber que sabem e de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação. (FREIRE, 2000b, p.40).

A afirmação tem um importante papel na aquisição dos saberes ao longo da vida e de uma formação educativa para pessoas que atuam com idosos. Os saberes adquiridos para o exercício dessa atuação, apresentam desafios existentes em todo o processo da formação de pessoas, e que envolve a educação, seja numa perspectiva de formação inicial ou continuada.

No Quadro 12, observa-se uma comparação entre formação inicial e formação contínua, a partir da visão de Requejo Osorio (2002).

QUADRO 12 – A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PESSOAS ADULTAS

Formação Inicial tem...	Formação Continuada tem...
Caráter geral	Caráter especializado
Função para amenizar necessidades globais	Função de objetivos específicos
Desenvolvimento de programas estruturados	Programas são flexíveis
Sistema formal para a validade acadêmica	Sistema para formação integral e social.
Abarca todas as idades, principalmente as primeiras idades da vida.	Especificidades para a educação de pessoas adultas.
Conteúdos teórico-prático	Conteúdos para uma aprendizagem específica.
A função formativa educativa assumida pelo professor/docente.	A função formativa é realizada por diversos agentes.

FONTE: Requejo Osorio (2003, p. 204).

Com base no quadro disposto e na visão de educação para Delors (1998), os saberes que advém por ela, tem papel fundamental e confere a todas as pessoas liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação dos quais todos necessitam para que possam desenvolver seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.

Cachioni e Neri (2004, p.104) confirmam a intensionalidade de saber por meio da educação quando, (...) a formação dos que atuam com pessoas idosas é de fundamental importância social, não só pelo formação humana que podem advir à essa população, mas também para promover mudanças culturais nas concepções sociais sobre o entendimento da velhice. Em complemento ao supracitado para Paulo Freire (2014, p.81), só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.

Neste contexto, a educação assume um papel relevante para a aprendizagem e a construção de saberes pela formação educativa dos que atuam na PPI, por permitir que esses acompanhem o desenvolvimento social de pessoas idosas da comunidade e contribuam para com uma educação ao longo da vida.

Para Soek e Haracemiv (2021,p.7), a partir dos estudos de Solar (1998), destacam que [...]existe uma relação dinâmica entre a aprendizagem existencial, o desenvolvimento, os conhecimentos e a identidade da pessoa, (...) esses impulsionam a pessoa ao desenvolvimento no seu meio de vida e estabelecem uma simbiose entre o seu individual e o coletivo, o pessoal e o social na interação com os outros e que as levam para um contexto de aprendizagem e uma formação educativa significativa. As autoras salientam ainda, com base nos quatro pilares para uma educação ao longo da vida, a partir de Delors (2012), que os pressupostos andragógicos presentes no ato de educar, determinaram as relações de ensino e aprendizagem dos adultos, descrevendo cada pilar da seguinte forma:

[...] o “aprender a aprender”, (...) orientará a forma de conceber a prática educativa, ao lidar, basicamente, com a busca por conhecimento. Ao trabalhar pressupostos de “aprender a fazer”, de algum modo, se aproximará das experiências e saberes necessários ao aprendiz. O “Aprender a conviver” pressupõe o respeito aos outros, caracterizando-se pela flexibilidade, pela procura e adaptação dos indivíduos. O “aprender a ser” é pela ênfase em todas as potencialidades que cada indivíduo carrega consigo e pela responsabilidade que atribui, tanto àquele que aprende quanto ao que ensina, em buscar cada vez mais agir com maior de autonomia. Logo, tais premissas fazem todo sentido para estruturar modelos educacionais instrucionais, mas também serve de base para a aprendizagem não orientada ou, no caso, para uma educação de adultos, mesmo que não seja dirigida ou de modo intencional. (SOEK e HARACEMIV, 2021, p. 6).

Contudo, a ausência de uma formação educativa adequada, em conformidade com a realidade do contexto, em que as pessoas idosas estão inseridas e sendo atendidas, pode conduzi-las à desmotivação e ao isolamento social. Paulo Freire nos lembra que a função de sujeitos atuantes e conscientes não é uma função como a de “objeto”, estático e sem ação, pois o sujeito atuante tem na relação interpessoal entre humanos a sua humanização pessoal e coletiva. Freire diz, ainda [...] afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da História. (FREIRE, 1996, p. 60).

Por isso, a partir de reflexões sobre o contexto no qual são construídos, elaborados e se aplicam os direitos da pessoa idosa, assim como fator que envolvem

desconhecimento e desinteresse sobre temas e estudos voltados para população, em especial atenção, aos seus direitos e deveres, foram analisados por meio do 3º Campo Investigativo: Direitos dos Idosos, conforme apresenta o Quadro 13 - Análise do Direitos dos Idosos.

QUADRO 13 – DIREITOS DOS IDOSOS

Pré- indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>Quanto ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) contribuições e representações responderam:</p> <p>A1-Ouvi falar do Estatuto da Pessoa Idosa. Ele garante os direitos do idoso. O estatuto e o conselho são importantes para dar assistência ao idoso.</p> <p>A2-Não fiz a leitura do Estatuto, mas sei que ele garante o direito dos idosos. Não sei muito bem sobre o conselho do idoso. O estatuto ajuda o idoso a se proteger.</p> <p>A3-Sei que tem o estatuto do idoso e serve para garantir seus direitos. O conselho do idoso, acho eu, funciona como um conselho tutelar para proteger o idoso. O estatuto é documento para o idoso saber dos direitos dele.</p> <p>A4-O estatuto eu ouvi falar numa reunião, mas faz muito tempo. O estatuto contribui para o idoso exigir seus direitos. É importante o estatuto porque muita coisa não é feita para os idosos. O conselho não sei como funciona.</p>	Representações e Conhecimentos dos Direitos dos Idosos	Educação e Direitos dos Idosos
<p>Quanto ao respeito aos direitos da pessoa idosa e as informações que chegam ao local em que vive o idoso, responderam:</p> <p>A1-Discutindo sobre os direitos do idoso com os meus familiares e amigos. Quanto ao saber de notícias sobre a situação da pessoa idosa no Brasil.</p> <p>A2-Exigindo prioridade e respeito em lugares de uso coletivo. Não tenho costume de ler sobre a pessoa idosa.</p> <p>A3-Estar acolhendo os idosos. É muito pouco que procuro saber sobre o idoso ou assistir alguma coisa. Não procuro ler sobre o idoso. Não tenho tempo.</p> <p>A4-Participando de palestras e atividades que explicam mais sobre os idosos e resgate/retorno da participação dos idosos na comunidade.</p>	Contexto e Valorização dos Idosos no Respeito aos seus Direitos	Respeito e Valorização dos Idosos nas dimensões Sociais (Educação, Saúde e Segurança)
<p>Quanto a situação social da pessoa idosa hoje no Brasil as dificuldades que a pessoa idosa enfrenta, responderam:</p> <p>A1-Discriminação e marginalização. Preconceito</p> <p>A2-Dificuldades de acesso à saúde. Financeira</p> <p>A3-Reconhecimento e valorização. Família</p> <p>A4-Problemas econômicos e violência. Financeira, Família e Saúde.</p>	Identidade sem preconceito Legalidade e Direitos Humanos	EJAI - Formação Educativa dos Agentes da PPI e extensiva aos Idosos da Comunidade
<p>As ações educativas e contribuições para os conhecimentos, respeito e reconhecimento social em relação aos Direitos das pessoas idosas com as quais a PPI atua, responderam:</p> <p>A1-Educação e mais conhecimento e conscientização social, é fundamental e importante.</p> <p>A2-Ouvir mais os idosos com carinho, traz conhecimento.</p> <p>A3-Promover ações para que os "direitos dos idosos" sejam conhecidos por todos.</p> <p>A4-Conscientizar as pessoas. Consciência sobre o idoso</p>	Formação continuada na EJA para atuar com Idosos	

FONTE: Benvenuti e Haracemiv (2022)

Conforme registro das participantes, evidencia-se assim o papel da formação educativa que se reflete nas pessoas e as coloca como integrante da sociedade considerando tempo e espaço. Para Álvaro Vieira Pinto (1989) é pela educação que ocorre ações para desmistificar ideologias dominantes e a dura inserção de concepções impostas e rígidas sobre o mundo. Para este autor, educação não se constitui como sendo um fenômeno isolado, mas faz parte de um processo contínuo, existencial e social em constante movimento.

Por isso, é relevante a inserção de formação educativa ao longo da vida em diferentes espaços, formação essa destinada às pessoas que atuam com idosos, conforme Cachioni (2003, p. 20-21)

[...] a formação para atuar com pessoas idosas deve ser pensada e desenvolvida em conformidade com a realidade dessas pessoas pois, elas fazem parte daquele espaço, daquela comunidade, e (...) ocorra um vínculo maior com grupos interdisciplinares, compostos por profissionais de diferentes formações com o objetivo de ampliar a interdisciplinaridade de uma educação dirigida aos idosos, tendo como eixo norteador a formação educativa voltada aos que atuam com essa população.

4.3 MEMÓRIAS E SABERES DAS AGENTES DA PASTORAL DA PESSOA IDOSA

O conhecimento que se estende de geração a geração perpassa o tempo por meio da memória afetiva, cognitiva e sensorial, envolve a trajetória de uma história de vida interpelada por outras vidas que vão constituindo o ser humano. Para compor o aprofundamento da tese, a entrevista possibilitou às participantes recriar e recordar as relações que foram construídas sobre o papel da pessoa idosa no percurso da vida e que culminaram em aprendizagens e formação humana.

Paulo Freire (1999) contribui com este momento quando apresenta em seus estudos que a educação é uma ação permanente e os processos de aprendizagem, que ocorre ao longo da vida, ambos, educação e aprendizagem, representam uma evolução do pensamento pedagógico e fazem referência à necessidade de constante formação, pois os sujeitos estão inseridos num mundo globalizado, com inúmeras mudanças com informações rápidas e contínuas. Segundo o ver de Pinto (1989) sobre a educação de adultos é de que ela vai

[...] muito além de uma conquista de cada indivíduo, ela se constitui como uma função da sociedade e revela o seu grau de desenvolvimento, por isso, (...) a educação deve ser permanente, ao longo da vida, embora em diferentes graus, ela sempre está presente em todos os campos e espaços da sociedade.

Dessa forma, ao longo das entrevistas, o contexto de educação e a necessidade de formação continuada se fizeram presentes, por meio da memória que se recompôs, de um passado que se tornou um pouco mais presente no sentido da oralidade de uma história que, na maioria das vezes, nos faz perceber que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências de um passado que não está tão vivo como antes, mas permanece adormecido (BOSI, 1987, p.17).

As vozes ganharam vida a partir de dois momentos da entrevista, os quais foram o contar a sua história de vida, livremente, e um segundo momento, durante o qual, cada um narrou uma história, um conto, uma poesia, uma receita, ou seja, uma vivência de algo muito significativo e do “arco da velha”.

As vozes das participantes foram analisadas quanto as Histórias de Vida constituíram os Núcleos de Significação, conforme apresentação no Quadro 14.

QUADRO 14 – AS HISTÓRIAS DE VIDA DAS AGENTES DA PPI

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>A1- Venho de uma família de princípios judaicos. Sempre fomos unidos e os costumes e tradições vimos sendo passados pelos mais velhos. Meu avô por parte de pai, ensinava diariamente algo aos meus tios e esses explicavam aos meus primos. A minha avó era o alicerce da família, com sua calma, orientação de quase uma mãe para todos, ela ensinava amor, doação, respeito ao próximo e muita paciência. Lembro-me de momentos importantes de situações difíceis que os adultos da família tinham que decidir. Ela de forma firme e com voz serena organizava as reuniões na sua casa, para que os homens conversassem. Tudo com muita organização.</p>	Respeito aos Saberes de Costumes e Tradições	Educação intergeracional
<p>A2 - Na minha adolescência não fui muito prestativa e próxima dos meus avós. Hoje, me arrependo, pois não consigo entender o motivo pelo qual fui tão descuidada com eles que sempre tentaram me ensinar alguma coisa. A minha mãe sempre me falava: “Você precisa ouvir seus avós, só ouvir um pouco o que eles estão querendo te dizer e ensinar”. Lembro-me dela me pedindo para ter paciência com eles.</p>	Ausência de Afetividade e Atenção com a pessoa Idosa	Formação Educativa
<p>A3 - Passei na Universidade Estadual de Ponta Grossa em FÁRMACIA e fui morar na casa de uma família e aprendemos muitas coisas diferentes da nossa família, principalmente as reuniões e encontros em família. Como todos trabalhavam e os netos estudavam muito durante os dias da semana, os sábados e domingos eram reservados para os almoços e cafés da tarde em família, mas sempre os amigos dos netos, os meus e da minha irmã eram recebidos. Sinto muitas saudades desse tempo, apesar da faculdade e do estágio na farmácia, os finais de semana eram esperados por todos com muita ansiedade e alegria. Tempos bons!</p>	Aprendizagem na Convivência	Aprendizagem Dialogicidade e Convivência
<p>A4 - Na minha adolescência meus pais resolveram morar no bairro perto dos meus avós. (...) acompanhei a velhice de perto, pois a minha mãe ajudou a cuidar dos meus avós até eles falecerem. Foram momentos de aprendizado e eu e meus primos entendemos que a vida não é feita somente de dias felizes. Hoje, quando nos encontramos, lembramos com muitas saudades e pensamos que não teremos tanta sorte como os meus avós, pois eles foram muito bem cuidados o tempo todo. Acho que foi porque eles sempre cuidaram dos outros e da família.</p>		

Fonte: Benvenuto e Haracemiv (2023)

No registro da voz das participantes, pode-se perceber com mais atenção o quanto de aprendizagem, diálogo, troca de experiências, saberes informais perpassam de geração em geração. Neste construto do entendimento sobre a pessoa idosa, a identidade de todas as pessoas, à sua volta, foi sendo (re)construída, umas com mais morosidade, outras com profundidade e impulsão para mudanças, e que acenturam a necessidade de formação educativa destinada para pessoas que atuam com idosos em diferentes espaços sociais, como a PPI.

Contudo, essa formação educativa vai nascendo pelos relatos das participantes nas entrevistas, enaltecendo o que diz Paulo Freire (1921-1997) em seus escritos, e nos convida a refletir a partir de dimensões mais profundas como, a de que o ato de educar perpassa pelo amor. Então, ao mergulharmos em seus estudos, nos deparamos na concepção freiriana que revela uma educação pautada em diálogo, esperança e relações mais humanas voltadas para conscientização e autonomia da pessoa de tal maneira que se constitui no que ele mesmo denomina amorosidade.

De todo um percurso de formação de uma pessoa ou grupo de pessoas, a amorosidade para Freire (1921-1997) se faz necessária, pois as relações educativas de uma educação técnico-científica carregada de rigor e imposições, por vezes, nega a profunda e humana compreensão da educação conceituada dentro de uma visão gnosiológica.

As pesquisadoras Jackiw, Benvenuti e Haracemiv (2021, p.8) destacam pela epistemológica e teoria de Maturana (1928-2021), "Biologia do conhecer", que o fenômeno cognitivo do ponto de vista interno do sujeito, desencadeado pelas vivências relacionais, estabelecidas em um espaço de convivência, evidenciam a emoção que se coloca como fator dominante sobre a ação. Destacam ainda que, o amor é a emoção que constitui a convivência social, onde os espaços educativos são como molas propulsoras de convivências desejáveis e de aprendizagens.

Brandão (2005, p. 10) contribui ao trazer que a educação pelo processo de aprendizagem, com o outro e pelo outro, pode acontecer de forma livre de maneira que possibilite aos sujeitos criarem e tornar comum, acessível a todos saberes, ideias, crenças, ou seja, aquilo que é comunitário como, também, o trabalho. Contudo ele alerta para uma educação e aprendizagem imposta e que favoreçam à desigualdade e a desinformação sobre os direitos humano. Para (GADOTTI, 2012), a educação em sua totalidade e profundidade conceitual tem como objetivo levar o homem a intervir

de forma consciente na sociedade e retomar a questão da liberdade colocando a educação numa perspectiva de transformação social dele e dos outros pela ação individual e do coletivo nos espaços que ele faz parte.

Nesses espaços tecidos pelo diálogo há a dialogicidade, esta é uma condição determinante para que a pessoa desvele a realidade, por vezes escondida, guardada nas gavetas da vida e das memórias com saudades, conforme a análise dos relatos transcritos no Quadro 15.

QUADRO 15 – MEMÓRIAS, SAUDADES E VIVÊNCIAS EM FAMÍLIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>A1 - As orações com o SIDUR, livro que tem orações para o Shabat que é o dia do descanso para o judeu e acontece a partir da sexta-feira com o pôr do sol até o anoitecer do sábado e dias da semana. Como ficávamos mais tempo aos finais de semana, o Shabat era respeitado. Meus pais estavam na loja e realizavam as orações em silêncio e dedicavam cada atendimento aos que chegavam na loja com paciência e humildade em sinal de gratidão. Assim, aprendemos a ser gratos por tudo e hoje eu transmito isso aos meus filhos.</p>	Aprendizagem, Convivência e Tradições	Educação intergeracional
<p>A2 - Lembro de um dia da minha vó deixar eu e minhas duas primas fazermos bolinhos de chuva. (Risos) Foi muito divertido, era um dia de janeiro à tarde e o tempo estava muito feio, ia cair uma chuva forte. A cozinha era só trigo e minha prima acabou derrubando três ovos no chão, eu não vi e pisei. Que bagunça! (muito riso) Minha vó ficou brava, mas depois disse: Quem mandou eu convidar três meninas sapecas e levadas para cozinhar! Agora, todas nós vamos limpar a bagunça. Até ouço ela falar. (Suspiro e risos) No final, tudo deu certo e tomamos um delicioso café. Sabe, eu faço isso com a minha filha de 10 anos.</p>	Memória de aprendizagem	Formação Educativa
<p>A3 - O respeito com as pessoas mais velhas sempre esteve presente em nossos dias. Percebo muito isso no meu trabalho. As pessoas mais velhas são as que mais frequentam a farmácia. Temos a senhora Filomena que toda semana em dias alternados ela passa na farmácia para comprar algum produto ou medicamento. Um dia, ela saiu e não avisou a filha Jucimara que mora com ela. Não demorou meia hora e a Jucimara estava na farmácia. Ela sabia que iria encontrar a mãe lá. Foi muito engraçado. Temos o senhor João Marcos, ele toma remédio contínuo para pressão, diabetes e, agora, nos contou que está com mal de parkison. Quando ele vai à farmácia e estamos muito ocupados, ele espera até que um de nós esteja livre para atendê-lo e dar atenção para ele. Só isso ele precisa, atenção. Seu João Marcos sai muito feliz e cantando.</p>	Conscientização, Amorosidade ao Idoso	Aprendizagem Dialogicidade e Convivência
<p>A4 - Esse momento me fez lembrar do dia que meu vô descobriu que eu e meus primos íamos até um armário velho pegar bolachas caseiras da minha vó. Na hora, (risos) imaginei que ele iria brigar, mas ele chamou a minha vó e falou para ela pegar o trigo, os ovos, açúcar e polvilho porque ela ia ensinar todos a fazer as bolachas. Ficamos muito tempo na cozinha fazendo as bolachas, mas foi muito gostoso e aprendi com o jeito do meu vó que mesmo com 72 anos naquela época não bateu ou gritou.</p>	Aprendizagem e Convivência	

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Há uma forte insidência da condição e do papel do diálogo na relação entre as participantes da PPI e os idosos, condição está que se fundamenta no amor e no diálogo, pois não há existência e sentido de vida se não houver profundo amor ao

mundo e aos homens; não é possível a pronúncia do mundo, se não há amor que a infunda, porque o amor é um ato de criação e recriação. (FREIRE, 1983, p. 93). Para tanto, é imprescindível

O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade, tal como a fazem e re-fazem. (...) A educação dialógica é uma posição epistemológica. (...) O diálogo não existe num vácuo político. (...) Para alcançar os objetivos da transformação, o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos, amorosidade. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 122-127).

O diálogo possibilita um maior entendimento sobre quem é o outro para nós e ele mesmo, como descrito por Freire (1987) na obra Medo e Ousadia, o diálogo faz parte do progresso histórico de todos nós, culmina no caminho para nos tornamos pessoas humanas e criticamente comunicativas. Por isso, das vozes ressoaram as relações que foram estabelecidas de forma profunda e significativa entre as pessoas de um tempo passado, refletidas no tempo presente de vivências experienciadas e “tatuadas” na alma, conforme descrito no Quadro 16.

QUADRO 16 – MÉMÓRIAS DAS AGENTES DA PPI NOS ATENDIMENTOS AOS IDOSOS

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>A1-As visitas nas casas de cada pessoa idosa atendida pela PPI, são de duras realidades e às vezes de abandono e solidão. Com a pandemia, eu ficava pensando: Como será que eles estão? O seu Castorino, dona Maria Francisca... Será que eles estão bem? A PPI me ajudou a entender que o simples fato de nos aproximarmos de uma pessoa idosa e demonstrarmos atenção, muda o rosto dela e ela se sente viva e importante novamente. Apesar de permanecermos aproximadamente de 1 a 2 horas na residência da pessoa idosa, esse momento é muito importante para todos.</p> <p>A2-Lembrei da conversa com dona Rosinha de 83 anos, infelizmente faleceu em 2021 de infarto fulminante. Ela me mostrava o seu caderno de receitas. Como as pessoas idosas gostam de falar sobre comida. (Risos) Acho que era porque estavam sempre cozinhando e as pessoas comiam na mesa todos os dias. O seu caderno era marcado por gotas de óleo, marcas de massa e ela lembrava de quando aconteceram. Numa das visitas, ela fez a filha dela deixar preparado os ingredientes e me ensinou a fazer scones. A visita que realizamos em até 1 hora, conforme orientações e capacitação da PPI, durou 4 horas. (Risos) Foi maravilhoso esse dia. Eu sei os ingredientes da receita de olhos fechados. São: 2 xícaras (chá) de farinha de trigo, 2 colheres (chá) de fermento em pó, 2 colheres (sopa) de açúcar, meia colher (chá) de sal, 75 g de manteiga tem que ser gelada, 1 ovo, leite aproximadamente 1/3 de xícara de chá, leite para pincelar os scones e o açúcar para polvilhar cada um. Fica uma delícia. Saudades de dona Rosinha.</p> <p>A3-Os idosos que eu visito, durante as visitas de 1 a 2 horas, ficam felizes quando eu chego. São nesses momentos que vemos como eles estão, ouvimos suas alegrias, tristezas e demonstramos atenção e cuidado com eles. Eles se sentem vivos. Acho que essa é a palavra certa para esses momentos.</p> <p>A4-Conheci a Dona Antonieta com 81 anos. Mulher de muita sabedoria. Ela me contava dos filhos com tanto carinho e dizia que a tempos atrás eu cuidei deles com amor e, hoje, eles e meus netos e bisnetos cuidam de mim. Sou muito feliz! Eu rezo todos os dias e eles</p>	<p>O Eu e o Outro</p> <p>Diálogo</p> <p>Escuta</p>	<p>Educação intergeracional</p> <p>Formação Educativa</p>

me respeitam muito. Sei que não é fácil cuidar de mim. Às vezes sou difícil, mas será por pouco tempo. Nossa!! Lembrando desse momento, imagina só, quanta coisa lembramos. Não sei se a minha, a sua e a geração de nossos filhos e dos filhos dos nossos filhos terão essa consciência sobre si mesmos e o nosso fim. É de se pensar.	Humanizada	Aprendizagem Dialogicidade e Convivência
---	------------	--

Fonte: Benvenutti e Haracemiv (2023)

Com as escutas e as transcrições das entrevistas, descobrimos que os relatos caracterizam muito além das histórias de vida das pessoas idosos, eles são na verdade os testemunhos de uma vida inteira que ao serem partilhados, passam a pertencer, também, à própria pessoa que narrou e permite-se adentrar em outras realidades de forma subjetiva, daqueles que ouviram e dos que irão ler e/ou ouvir as suas histórias de vida pela lente humana de outra pessoa, mesmo estando externa ao mundo da pessoa que viveu e foi o protagonista de tudo.

Das evocações das entrevistas, pode-se observar muitos momentos de tomada de consciência das participantes sobre a importância de compreensão da identidade da pessoa idosa na comunidade, o seu papel no grupo de idosos e na família, a vivacidade que ainda permanece dentro de cada um.

Com isso, a leitura de mundo de que essa população parece incapaz, à margem da sociedade, é um grupo que expandiu a esfera demográfica do país e “acentua problema social e impacto econômico”, não foi evidenciada nas entrevistas, mas sim, a importância de se buscar conhecimento, e não somente de permanecer com a mera informação ou a transmissão dela, porque, a existência humana,

[...] não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O **mundo pronunciado**, por sua vez, se volta **problematizado** aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles **novo pronunciar**. Não é no silêncio que os **homens se fazem**, mas **na palavra, no trabalho, na ação-reflexão**. (FREIRE, 1996, p. 77).

Por isso, as participantes evidenciam a necessidade de formação educativa voltada para uma atuação mais significativa refletida no conceito de educação ao longo da vida que (...) supere a visão tradicional entre educação inicial e educação permanente, responda ao desafio desencadeado por uma sociedade em constante transformação, de tal forma que contemple as novas situações que ocorrem tanto na vida privada, social, familiar e profissional e que para superá-las, exige-se que cada envolvido nessa educação aprenda a aprender. (DELORS, 1996/2010, p 12-13).

4.4 AÇÕES EXTENSIONISTAS: EDUCAÇÃO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA COMUNIDADE

A experiência das participantes nas oficinas temáticas configurou-se como uma forma de dispositivo para refletirem sobre a identidade da pessoa idosa, o seu papel na comunidade, bem como a importância de uma formação educativa a partir de ações extensionistas junto à Universidade para os que atuam com essas pessoas.

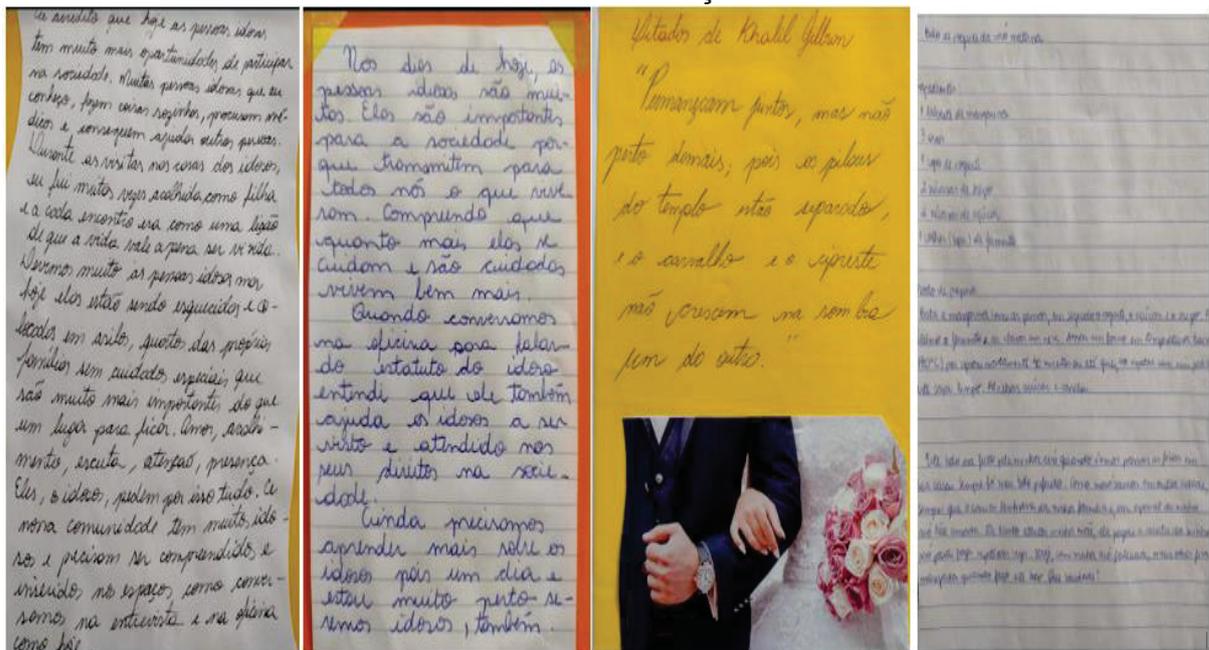
O momento do coletivo das participantes aconteceu durante o desenvolvimento das 5 oficinas temáticas organizadas em “Oficina 1: Varal - Herança Cultural”; Oficina 2: Fotografia; Oficina 3: Dos Direitos da Pessoa Idosa; Oficina 4: Música e Oficina 5: Bingo e que resultou na análise sobre o aprendizado e a valorização do conhecimento no coletivo, conforme os relatos das participantes.

4.4.1 Relato da Oficina 1: Varal - Herança Cultural

O ato de lembrar, é sobretudo o trabalho de localizar lembranças no tempo e no espaço. (ALBUQUERQUE, 1994, p.44).

Com o objetivo de compreenderem a importância de se cultivar um patrimônio histórico pela herança cultural de gerações passadas, as participantes confeccionaram um varal denominado “Herança Cultural” com histórias, receitas, poemas, músicas, contos, filmes, e outros registros que foram narrados durante os momentos da entrevista. Após identificarem o seu momento significativo, cada uma registrou e explicou, contemplando, assim, sentidos e significados de vida sobre a pessoa idosa.

FIGURA 07 - HERANÇA CULTURAL



Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

No decorrer da confecção do varal, as participantes cantavam, riam, trocavam receitas de forma muito espontânea, mas sem perder o objetivo da atividade que era compreender as gerações passadas e suas contribuições para os dias de hoje, relatos vivos pela voz de outra geração recheados de histórias, sem exceção, pois

[...] apresentam-se como uma sucessão ou uma coabitação de buscas que valorizam aspectos particulares da existência: a felicidade, os conhecimentos sobre o mundo, o conhecimento de si e dos outros, a pesquisa de vínculos férteis, o sentido da vida, e finalmente, o desenvolvimento de uma melhor acuidade de nossa capacidade de observação ou dito de outro modo de nossa atenção consciente. (JOSSO, 2006, p.34-35).

Talvez, para algumas outras pessoas, as histórias passadas tenham apenas uma sensação nostálgica de um tempo distante, lá da infância, mas para mim e as participantes não. Os momentos vividos foram para refletir e revisitar na memória as fases da vida e que sempre nos dizem coisas sobre nós mesmos.

Com as atividades desenvolvidas, não buscou-se recuperar um passado tal como ele foi vivido, mas a possibilidade de ver e sentir um ponto extremamente importante, o de existência e condição histórica de nós mesmos, tendo a memória como um grande arquivo com pastas repletas de testemunhos, e que pelos relatos de histórias, fornecem sentido de pertencimento e de continuidade do ser pessoa humana como as seguintes palavras as participantes.

QUADRO 17 – OFICINA: HERANÇA CULTURAL

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>Quanto da herança cultural, responderam:</p> <p>A1 - Quando viajamos para o Libânno no ano de 2004, eu estava com 30 anos. Visitamos com meus primos que moram lá, o museu de Kalil Gilbran e não esqueci dos ensinamentos dele como este verso. “A neve e as tempestades matam as flores, mas nada podem contra as sementes.” Meu pai gostava muito do que esse poeta libanês escrevia.</p> <p>A2 - Minha avó e minha mãe sempre falavam esse ditado “Onde a fumaça a fogo”. Eu não entendia o que era mas, elas sempre repetiam. E, eu pensava: Será que elas não sabem disso? Fui entender na minha adolescência, e ri muito como agora estamos rindo.</p> <p>A3 - Lembrei de um ditado agora...Apressadinho come cru e quente. Eu não entendia e minha mãe, vivia falando isso para nós em casa. Achava que tinha a ver com comida, não cozinhar direito, algo assim. Hoje eu entendo muito bem, e já falei e expliquei o significado para as minhas filhas.</p> <p>A4 - Um dia, a minha mãe deixou eu e minha irmã na casa de uma tia vó muito brava.(risos) Está minha tia vó, tinha que ir numa reunião da escola que ela trabalhava, e levou eu e minha irmã. Eu era a mais velha e tive que cuidar da minha irmã. Essa minha tia vó era muito esperta e não deixou que ficássemos correndo pela escola. Ela levou muitos lápis de cor e tinta, e durante a reunião, eu e minha irmã brincamos de professora e aluna por horas. Nunca mais esqueci, porque a minha tia vó, quando terminou a reunião, nos deu de presente uma caixa de doces, e nos levou para comer pastel na padaria perto da escola. Que delícia! Nossa... que vontade de comer aquele pastel. (risos)</p>	Tradição cultural	Educação intergeracional
	Transmissão de conhecimentos	Formação Educativa
	Aprendizagem Afetividade	Aprendizagem Dialogicidade e Convivência

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Após finalizado os momentos desse dia, a atividade de ação para a segunda oficina, foi a escolha de uma ou mais fotografias para uma conversa sobre mudanças e permanências, tempo e espaços, passado, presente e futuro.

4.4.2 Relato da Oficina 2: Fotografia

Na segunda oficina temática, as fotografias que as participantes levaram, proporcionaram instantes de alegria e muitos risos, os comparativos e as falas traçaram uma espécie de linha do tempo mental, não tão ordenada cronologicamente em virtude do ir e vir dos detalhes que saltavam aos olhos, através das imagens e paisagens nas fotos, e da descrição oral de cada um.

Como uma expectadora e observadora para além de pesquisadora, o momento permitiu a todos retomarmos reflexões sobre a fluidez do tempo, a delicadeza do momento que vivíamos, naquele instante presente, e do quanto não percebíamos o passar do tempo de um relógio físico, pois a atenção especial estava em relatar da

memória um tempo passado cheio de aprendizagens, emoções, sentimentos, lembranças que perfumaram a alma de quem estava ali. (Quadro 18)

QUADRO 18 – OFICINA 2: FOTOGRAFIA

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>Quanto aos registros fotográficos.</p> <p>A1 - Olhem essa imagem aqui. Essa era eu com a minha mãe e minha avó. Acho que eu tinha uns 13 ou 14 anos. Eu lembro desse dia. Foi um café na casa da minha madrinha Catarina.</p> <p>A2 - Nessa foto que eu trouxe, estamos eu e meus primos no sítio do meu avô Tatá. Este era o apelido dele, porque o nome dele era Tomás Tadeu. Que saudades desse tempo! Muitas histórias e brincadeiras no sítio.</p> <p>A3 - Aqui nessa foto que consegui com a minha tia, é de uma viagem que fiz com a minha família em 1989 para Ouro Preto. Meu pai queria nos mostrar tudo sobre a história do Brasil e escolheu Ouro Preto. Eu tinha 16 anos mas, eu lembro muito pouco porque andamos por muitos lugares e conhecemos muitas pessoas.</p> <p>A4 - Eu trouxe a foto da festa do meu casamento, porque aparece todos da minha família e, eu gosto de ver essa foto, porque foi um dia feliz para mim. Estou casada faz 8 anos e minha avó materna ainda estava viva. Ela viveu até os 98 anos. Muito linda ela era.</p>	<p>Memória afetiva</p> <p>Identidade familiar</p> <p>História de vida</p>	<p>Educação intergeracional</p> <p>Formação Educativa</p> <p>Aprendizagem Dialogicidade e Convivência</p>

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Contudo, a fotografia em si, enquanto objeto, foi caracterizada pelas participantes como “uma maneira de colocar em um arquivo o vivido, o passado”, mas não o presente, como expressou a participante A2, “*só revisito o arquivo da “mente” para algumas coisas do passado quando, agora, eu vejo uma fotografia ou uma imagem.*”

Ao término dessa oficina, houve a explicação sobre a ação prática para a terceira oficina que envolveu discussão e reflexão sobre os direitos da pessoa idosa.

4.4.3 Relato da Oficina 3: Dos Direitos da Pessoa Idosa

A Oficina 3 possibilitou um maior entendimento sobre a necessidade de uma discussão que envolve políticas e leis não somente para pessoas idosas, mas para diferentes grupos de pessoas da sociedade.

Após realizarem a leitura do Estatuto da Pessoa Idosa que receberam via e-mail, junto ao link do Questionário, as participantes leram e identificaram partes do documento que julgaram relevantes. Porém, durante os diálogos que se tornavam intensos, pois as participantes interpretavam o documento, às vezes, do ponto de

vista partidário e, em outras situações do ponto de vista próprio, informal, com base na fala de outras pessoas do seu convívio pessoal, foi preciso retomar ao objetivo da oficina, a partir de uma situação-problema que havia sido relatada, por um deles, durante as entrevistas ou oficinas anteriores.

As situações-problema possibilitaram a todos uma maior reflexão e, dessa forma, todos retornavam ao contexto da importância de tomar consciência e entendimento sobre a legalidade dos direitos e deveres dos idosos, conforme os relatos presentes no Quadro 19.

QUADRO 19 – OFICINA 3: DOS DIREITO E DEVERES DA PESSOA IDOSA

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>Quanto dos direitos e deveres da pessoa idosa:</p> <p>A1 - Eu fiquei preocupada quando li o Artigo 43. Lá diz que... Eu até anotei aqui. Medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; razão de sua condição pessoal. Isso é muito sério!</p> <p>A2 - Eu, também, li isso no Estatuto mas, eu observei que a responsabilidade é de todos, foi o que entendi. Infelizmente tem que ter lei porque, sem lei, ninguém terá direito a nada. A lei do estatuto só existe porque não se respeita mais ninguém. Eu percebi que temos muita responsabilidade.</p> <p>A3 - Eu percebi, depois que li o estatuto e senti, que é por ter tantos deveres para a sociedade sobre cuidados com os idosos que muitas pessoas não querem nos ajudar na PPI. Acho que elas sabem que é complicado.</p> <p>A4 - Depois que li o documento, eu percebi que não podemos desenvolver um trabalho com idosos, sem ajuda de outras pessoas e profissionais como psicólogos, médicos, professores de educação física, fisioterapeutas, e até pessoas de música. Às vezes, sentimos que estamos sozinhos.</p>	<p>Tomada de consciência</p> <p>Conhecimento sobre a legalidade do ser pessoa idosa.</p> <p>Ausência de conhecimento</p> <p>Interação com outras áreas</p>	<p>Educação intergeracional</p> <p>Formação Educativa</p> <p>Aprendizagem Dialogicidade e Convivência</p>

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Neste sentido, é relevante compreender o papel do pesquisador a partir da interação dialógica no desenvolvimento das relações e o papel da Universidade em diferentes espaços externos à ela esta em consolidar o princípio de diálogo e troca de saberes, pois

[...] não cabe mais estender à sociedade um conhecimento acumulado, mas de produzir interação com a sociedade, um conhecimento novo que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. (PNEU, 2012, p.16).

Para a atividade de ação da Oficina 4, foi recordado às participantes da escolha e, se possível, do registro por escrito da letra de uma música que marcou a sua vida, a de seus pais ou avós.

4.4.4 Relato da Oficina 4: Música

A dinâmica da escolha da música que marcou a sua vida, de seus pais ou avós, levaram as participantes a perceberem o quanto ainda levam a vida de uma forma dura e acelerada, num ritmo diferente das músicas que escolheram e ouviram, indicadas no Quadro 20.

QUADRO 20 – OFICINA 4: A MÚSICA QUE MARCOU A SUA VIDA, PAIS OU AVÓS

Participantes	Música	Cantor	Quem ouvia?
A1	Foi assim	Wanderlea	A Mãe
A2	O Calhambeque	Roberto Carlos	A mãe e hoje a participante ouviu algumas vezes.
A3	My Way	Elvis Preslei	Os pais
A4	Águas de Março	Elis Regina e Tom Jobim	A mãe e a participante ouvem.

Fonte: Benvenutti e Haracemiv (2023)

A proposta de aprofundar o conhecimento sobre a identidade da pessoa idosa, por meio da oficina, potencializou nas participantes o olhar para a importância de ver a vida de outras formas, diferentes das que eu a vejo, pelas lentes do outro, pela música, poesia, receitas de comidas e/ou fotografias. A busca pela música gerou a necessidade de identificar o significado dela para a pessoa que ouvia e, também, o próprio cantor. (Quadro 21)

QUADRO 21 – OFICINA 4: MÚSICA

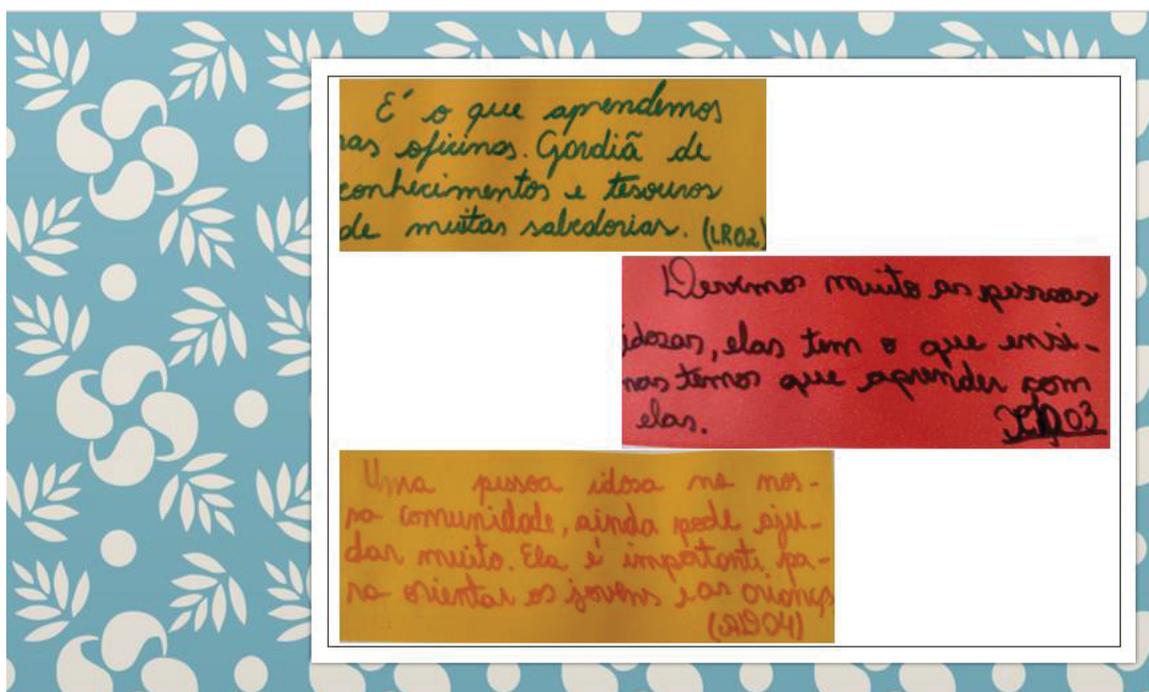
Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
Quanto ao momento relacionado com música: A1 - A música <i>My Way</i> que meus pais ainda ouvem é triste e ao buscar a tradução, confirma o que sinto ao ouvir. Acho que o Elvis passava por um momento difícil. É muito diferente ouvir e ler a música. Quando eu comecei a ler a música...foi assim, além de lembrar da minha mãe cantando na cozinha, enquanto fazia o almoço de sábado, entendi que ela cantava porque meu pai estava viajando muito à trabalho. A música foi um jeito dela expressar o que sentia. Hoje entendo melhor.	Memórias afetivas	Educação intergeracional
A2 - A música que minha mãe cantava era <i>Águas de Março</i> . Eu gosto de ouvir essa música, porque eu lembro dos momentos que vivemos em Santos. Na nossa casa, aos finais de semana, tinha sempre amigos dos meus pais e os nossos amigos para jogar cartas e tomar café. Tenho boas lembranças.	Consciência sobre si e os outros	Formação Educativa
A3 - Calhambeque é uma música muito importante para a minha mãe. Foi quando ainda morávamos em São Paulo, e meu pai conseguiu comprar um carro simples da época. Acho que foi um Fiat branco, ele era pequeno. Foi uma festa, e ela começou a cantar essa música e todos riram muito, até o meu pai. Foi		Aprendizagem

<div data-bbox="245 226 347 250" data-label="Text"> <p>divertido.</p> </div> <div data-bbox="245 253 975 526" data-label="Text"> <p>A4 - Com essa atividade e as outras que eu fiz, percebo que estou muito mais velha que a minha mãe. (Risos) Não sei dizer bem, mas é uma mistura de sensações. Acho que meus pais e avós eram mais felizes do que somos hoje. Entendi que é preciso mais alegria nos dias de hoje. Os mais velhos, eles sabiam parar e viver com mais alegria do que nós. Será que o relógio está andando mais rápido do que aquele tempo de antigamente? Ouvir algumas músicas e escolher essa da Wanderleia, me fez viajar para diferentes tempos. Minha filha até gostou e disse que eu estava diferente</p> </div>	<div data-bbox="1007 253 1086 277" data-label="Text"> <p>Família</p> </div>	<div data-bbox="1251 226 1406 277" data-label="Text"> <p>Dialogicidade e Convivência</p> </div>
---	---	---

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Após o término desse momento, cada um recebeu a letra do poema de Cora Coralina: “Assim Vejo a vida”, e com diferentes materiais puderam registrar mensagens sobre a pessoa idosa, a partir de suas lições de vida e da consigna: Quem é a pessoa idosa na sociedade de hoje?, conforme figura 08.

FIGURA 08 - QUEM É A PESSOA IDOSA NA SOCIEDADE DE HOJE?



Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

4.4.5 Relato da Oficina 5: Jogo

O desenvolvimento da oficina 5 aconteceu com uma maior interação das participantes, mesmo num grupo pequeno como esse, 4 participantes, a dinâmica do bingo foi muito positiva e cercada de entusiasmo. As cartelas do bingo foram escolhidas pelas participantes, porém a cada palavra sorteada e marcada pelo

participante na cartela, ele deveria escolher um envelope, abrir, relatar sobre o que encontrou, associar o relato com a palavra marcada na cartela e sua atuação junto às pessoas idosas da PPI.

Durante o bingo, as participantes constataram que as atividades podem ser realizadas com as pessoas idosas em suas casas durante as visitas da PPI, estas atividades contribuem para que consigam identificar quem é a pessoa idosa atendida pela PPI, além de ampliar as formas de registros de como está o idoso, conforme a fala da participante A4, *“as atividades que fizemos aqui podem ajudar os idosos a contarem para nós coisas que, às vezes, eles tem vergonha de falar na frente de um familiar.”* Para A3, as oficinas despertaram um entendimento sobre si e o outro, *“permitir falar sobre algo que nos incomoda ou temos saudades, mas não temos para quem conta foi tão importante...vou mudar minhas atitudes...ouvir mais as pessoas é bem melhor do ficar falando...às vezes falamos demais.”* Assim como essas, outras enunciações foram expressas pelos participante e encontram-se no Quadro 22.

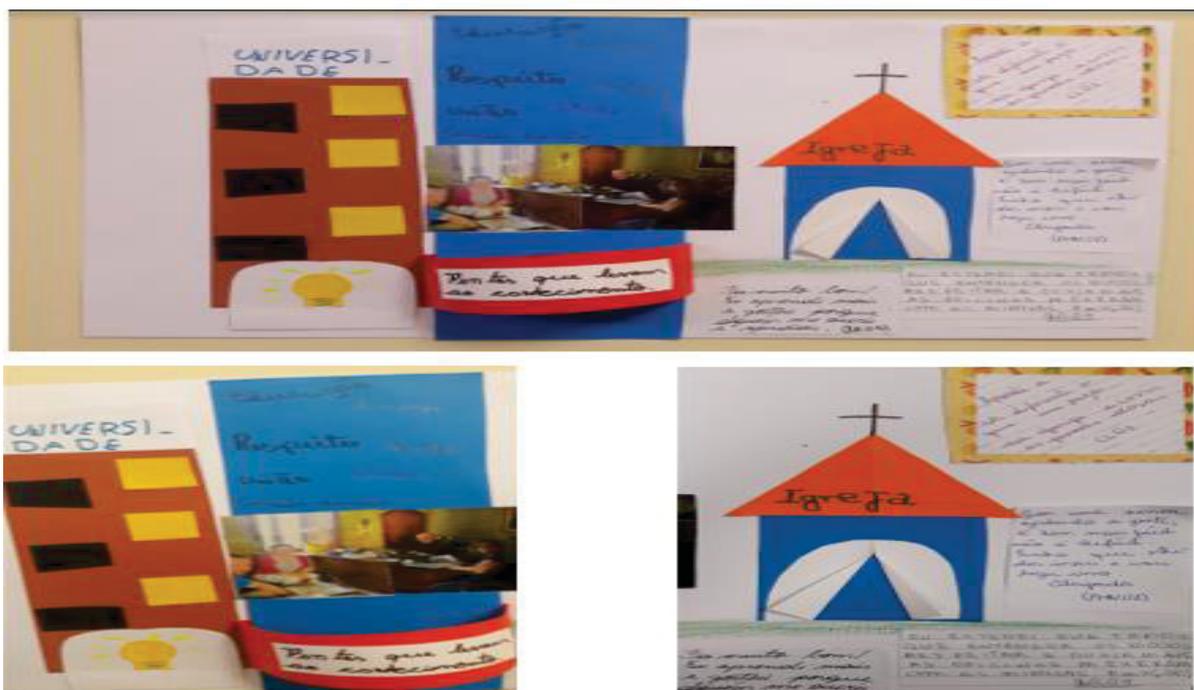
QUADRO 22 – OFICINA 5 – O IDOSO NO TEMPO E ESPAÇO DA COMUNIDADE

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
<p>Quanto a pessoa idosa na comunidade.</p> <p>A1 - A igreja, ainda, é um espaço na nossa comunidade que aceita o idoso como ele é. Ele é diferente porque tem conhecimento, mas está sem atividade, porque muitos estão aposentados ou doentes.</p> <p>A2 - Temos mais idosos no nosso bairro, porque comecei a prestar mais atenção, depois que li o Estatuto do idoso me fez ver onde eles estão. Eles precisam de lugares que valorizem eles e deixem eles participarem.</p> <p>A3 - No condomínio onde moro, vocês sabem, tem poucos idosos mas, eu conversei com algumas pessoas, e que tem idosos na família, contei sobre a nossa responsabilidade com os idosos, que eu li o Estatuto do idoso. Algumas pessoas ficaram curiosas e não sabiam. Acho que precisamos realizar mais atividades na igreja com os idososque conhecemos.</p> <p>A4 - Vou observar mais sobre as pessoas idosas, e as que atendo na comunidade junto a PPI. Eu tenho que ler novamente o Estatuto e estudar ele.</p>	<p>Conhecimento sobre a pessoa idosa.</p> <p>Tomada de consciência</p> <p>Aprendizagem</p>	<p>Educação intergeracional</p> <p>Formação Educativa</p> <p>Aprendizagem Dialogicidade e Convivência</p>

Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

Após o término, as participantes puderam contar o que aprenderam durante os dias de oficinas e as contribuições sobre uma formação educativa do grupo da PPI, isto resultou no que denominaram de “Pontes de conhecimentos”.(Figura 9)

FIGURA 9 – PONTES DE CONHECIMENTOS



Fonte: Benvenuti e Haracemiv (2023)

A prática desenvolvida nas oficinas evidenciou que o conhecimento está sempre presente numa interação e no diálogo, ele não é, meramente, uma forma de aprender uma informação disseminada e preestabelecida por diferentes grupos conectados em redes virtuais, mas o conhecimento exige processo de construção e ato de criação em que a pessoa que toma consciência de sua importância na vida, o reconhece no contínuo processo de seu desenvolvimento humano.

Os relatos das participantes demonstram o quanto as oficinas foram enriquecedoras e trouzeram aprendizado, momentos importante para despertar o olhar, a escuta, o compromisso social e o interesse pela busca por formação, pois houve consciência da responsabilidade e do impacto que o papel das participantes tem na vida das pessoas idosas como ilustrado nas falas de duas participantes.

“Na minha opinião, as atividades foram riquíssima, pois eu mudei o meu pensamento e as minhas atitudes sobre as pessoas idosas, mesmo as da minha família. Serei mais tolerante.”(A1)

“A oficina de fotografia foi especial para mim, pois consegui falar sobre coisas difíceis que guardei dentro de mim por anos. Será uma atividade interessante de fazer em uma das visitas aos idosos da PPI.” (A4)

E, assim, sem perceberem as participantes ao contarem suas trajetórias de vida no reencontros com tantas pessoas, estavam eles próprios fornecendo a si e aos que os ouvem, ensinamentos, sabedorias, conhecimentos. Isto é uma forma de aprendizagem como nos diz OLIVEIRA (1999, p.21),

Tais ensinamentos não se aprendem na escola, muito menos no dia-a-dia fragmentado da vida, ou na cadência dos relógios, cansaços e da velocidade, muita velocidade de uma cidade (...) se aprende sem pressa produzir e preserva muita sabedoria pela cultura oral, fundada no ato de conversar.

Complementamos a expressão de Oliveira, quando ao observamos as falas das participantes a representatividade de um espaço externo à Universidade, mas muito fértil em meio a aridez do cotidiano de cada um, como relatou A2 durante a oficina 3, sobre os direitos e deveres dos idosos, “*os momentos das atividades me proporcionam parar os afazeres diários e esquecer por alguns instantes os aborrecimentos da vida, do trabalho.*” Isto só pode acontecer, essa sensação, porque as participantes foram entendidas a partir da sua realidade, ouvidas e não questionadas, nem interpeladas durante todos os processos, as interações, também, aconteceram, pois foram criados tempos e um lugar para que tudo acontecesse.

Para Menezes (2014, p. 70) os significados produzidos pelas representações tornam possível a produção de sentidos sobre as nossas experiências e sobre aquilo que somos, estabelecendo identidades individuais e coletivas.

Nesse momento, cabe ressaltar que o modo de pensar os processos de desenvolvimento das entrevistas e oficinas potencializou a necessidade do fazer da extensão universitária, esta entendida no contexto de construção do conhecimento por meio da interação dialógica do educador com os educandos, ambos mergulhados e engajados na busca por formação educativa.

Freire (2010, p.27) registra em seus escritos sobre a Extensão Universitária, que o conhecimento exige a presença curiosa do sujeito em face ao mundo. Conhecimento esse que requer do sujeito sua ação transformadora sobre a realidade, busca constante por mais conhecimento, invenção e reinvenção. É importante salientar que, a participação das participantes constatou a necessidade de se estabelecer um diálogo muito próximo entre a universidade e a comunidade, numa relação mútua para o enfrentamento de problemas sociais daquela comunidade atendida pela universidade.

Desse modo, é fundamental que a comunidade conheça ainda mais sobre a Extensão Universitária, tendo em vista que seus projetos e programas objetivam promover transformação social, qualidade de vida e conhecimento à comunidade, além de ser instrumento para o desenvolvimento de soluções aos problemas existentes.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.(FORPROEX,2012,p.28).

As oficinas resultaram pela avaliação das participantes identificar que a Universidade pode, sim, auxiliar pessoas que atuam com pessoas idosas em espaços da comunidade, ensinando-as a como desenvolver da melhor forma possível as atividades, a comunicação, o diálogo e, sobretudo, a relação entre jovens, adultos e idosos, os quais aprendem e ensinam de forma recíproca, ao mesmo tempo em transformação e reinventam a realidade por meio da ação-reflexão-ação humana.

Para a participante A4 *“todos nós só conseguimos parar para refletir e mudar de atitude sobre os atendimentos com idosos da comunidade, porque foi organizado tudo não por nós, nem pela igreja, mas por pessoas com outro conhecimento.”* A2 concorda ao dizer que, *“Estudar o que fazemos é muito importante, eu me sinto mais importante agora do que antes. Parece que eu sei mais do eu sabia, é diferente.”*

Em outros momentos, A3 declarou estar cansada de organizar e fazer as visitas sozinha, *“Não estou me queixando, mas quando retornei para casa ontem, me senti com vontade de começar as visitas aos idosos da PPI. Me senti animada e não cansada. As oficinas trouxeram momentos para dividirmos o que sentimos, às vezes, sentimos solidão, incapacidade de ajudar, mudar uma situação.”* Timidamente a A1, também, deixou escapar sua visão sobre os momentos, *“Tem dias que retorno para casa depois das visitas me sentindo fracassada, não consegui ajudar, fiz a visita muito rápido para atender outro idoso, e quando vejo parece que não fiz nada. As oficinas me fizeram ver que posso e devo fazer outras coisa e muito importantes.”*

Sendo assim, constatamos que a Extensão Universitária além de relevante fora dos muros da universidade, no espaço da comunidade, traz consigo um modo específico de aprender o processo educativo pela extensão que está

situado nas fronteiras institucionais e sociais, abre horizontes para um conhecimento mais criativo e inovador, fortalecendo um percurso mais compreensivo que informativo, mais reflexivo que transferidor de conhecimentos, mais produtivo que armazenador, mais invenção que enquadramento, mais possibilidades que certezas, mais sentido que direção, mais interdisciplinaridade que disciplinaridade, mais complexidade que simplificação, mais sujeitos que expectadores, mais vivências que exigências. (SÍVERES, 2013, p.30).

Portanto, a Extensão Universitária é um ambiente fértil e favorável ao exercício do processo de ensino e aprendizagem, implantada num espaço que retrata de forma viva experiências e vivências reais, ela ganha lugar de destaque no construto da formação educativa das pessoas. A Extensão Universitária desenvolve um modo peculiar de ensinar e aprender, pois ela amplia o seu próprio espaço além-muros de suas salas de aula e de si mesma, ao desenvolver pela temporalidade que atravessa o tempo acadêmico, experiências diferenciadas, a partir de realidades distintas, mas com imenso potencial de sentidos e significação.

5 CONSIDERAÇÕES

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. (BOSI, 1979/2016, p.407).

É possível que, pelo resgate da memória, sobre a identidade da pessoa idosa no cotidiano e atuação das agentes da PPI, ocorre uma interrelação e mediação entre as agentes e as suas testemunhas do passado que por elas foram narradas. Assim, quando as agentes contam suas histórias, o passado se apresenta no presente mas, também, se projeta no futuro pelos relatos. E, como uma colcha de retalhos, tecidas por muitas mãos, sem sobreposições de ideias, ideologias, culturas, conhecimentos, mas cheia de sentidos, significados e aprendizagens ora individuais, ora coletivos, o entendimento da importância de uma educação formativa, foi sendo constituído por todos de forma singular.

A cada passo dado ao longo das ações desenvolvidas, as participantes de formas distintas ou semelhantes foram percebendo-se como protagonistas inseridas dentro do contexto de sua atuação como agentes na PPI. As interpretações e ressignificações se tornaram elementos norteadores para cada uma das agentes, numa relação entre palavra-ação-reflexão-ação contextualizada sobre a realidade, onde essa não é mais a mesma, pois houve acolhimento, esvaziamento e entendimento de si mesma e do outro, a pessoa idosa.

Na colcha de retalho do ser pessoa, os pedacinhos de tecidos se constituíram das histórias relatadas pelas participantes, e foram sendo costurados, colados, recortados para se adequar ao tamanho do sentido e do significado sobre a sua participação na vida de uma pessoa idosa e de cada um que está ao entorno das participantes. Às vezes, uma emprestava a linha da outra para, assim, continuar e não terminar de tecer. E, então, das vozes a colcha de retalhos foi tecida, o diálogo teve participação constante e da análise de cada instrumento dos dados da pesquisa utilizados, a colcha de retalhos se transformou no constructo para ampliar e amadurecer a reflexão sobre a educação formativa para pessoas que atuam com idosos no espaço da igreja, ou como bem retrata Gohn (2006, p.28).

[...] em espaço informal nos quais os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na(o) família, bairro, clube, amigos etc., vem carregada de valores e culturas próprias, pertencimento e sentimentos herdados e não-formal que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas do cotidiano.

Em seus estudos, Paulo Freire nos apresenta uma afirmação de que o mundo humano é constituído de comunicação e diálogo provocados por símbolos, palavras e expressões. O ato de dialogar não é simplesmente transferir, repassar, impor informações, mas é o encontro entre pessoas que estão em busca de sentidos, significados e conhecimentos. As formas de dialogar com outro é um dos exercício de comunicação, feita de palavras, expressões reais, capazes de transformar o mundo de quem toma consciência. O exposto está presente nos relatos das participantes, pelos quais, tanto a entrevista quanto as oficinas, potencializaram a participação de cada uma refletindo suas inseguranças, fragilidades e vontade de aprender ainda mais sobre a pessoa idosa.

Por isso, ao analisar os documentos sobre o papel de ações extensionistas na comunidade, a partir do espaço do lócus da pesquisa, identifica-se a comunidade como um lugar privilegiado para a formação educativa, tanto para quem dela necessita, quanto para os profissionais de diferentes áreas que têm seus objetos de estudos inseridos em diferentes espaços.

Costa (2015, p.78) ao contextualizar a proposta educativa de Paulo Freire (1921-1997) descreve que (...) a educação é um processo permanente e intenso de criação do conhecimento, processo este que seria possível por meio de intervenção na realidade como elemento basilar para recriá-la, resultando na busca contínua pela transformação dessa realidade por intermédio de ação-reflexão-ação humana. Isto no entendimento de Costa (2015) e Paulo Freire (1921-1997) possibilitaria a criação de conhecimento desenvolvido a partir de um processo social, ou seja, uma educação de criação do conhecimento como produto para a transformação e reinvenção da realidade.

Para o contexto da pesquisa, as participantes agentes da PPI, anunciaram a necessidade de uma educação formativa para compreender com mais clareza quem é a pessoa idosa, dos direitos que a ela lhe foram concedidos pela legalidade da lei, e do entendimento de seu papel como agente na PPI nos atendimentos aos idosos da comunidade.

A escuta atenta às vozes das participantes da pesquisa, potencializou a resposta ao problema de pesquisa “De que forma ações extencionistas, voltadas à formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa, cumprem a função educativa?” que, num primeiro momento, deve ter a Universidade inserida no espaço da comunidade onde a situação acontece, constituir o local para além do objeto de estudo, e possibilitar o entendimento e ressignificação de todos que nele estão inseridos.

Para isso, vale destacar os documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), do relatório da UNESCO (1996/2010) intitulado “Educação: um tesouro a descobrir” (1996) e do Plano de Ação Internacional da OMS (2002) “Envelhecimento Ativo: uma Política de Saúde e da Área de Educação”, pois enfatizam os princípios de uma educação ao longo da vida e de uma ação prática, pautada na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos, e no conceito de educação como em busca de uma nova formação educativa para vias de compreensão sobre situações de um mundo complexo em constante transformação como uma das chaves de acesso ao século XXI,

[...] que supera a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente, dando resposta ao desafio desencadeado por um mundo em rápida transformação; tal constatação, porém, não constitui uma novidade já que relatórios precedentes sobre a educação sublinhavam a necessidade do papel das instituições para enfrentar as novas situações (...) para superá-las, impõe-se a cada um aprender a aprender. (DELORS, 1996/2010, p 12-13).

O fragmento descrito conjuga com os relatos das agentes da PPI quando anunciam, momentos de aprendizagem, conhecimentos, saberes formais e informais vividos nos espaços da família, escola, igreja e comunidade. Por elas, pela voz de cada uma, individualmente e no coletivo, também, ressoou os quatro outros pilares: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver juntos e Aprender a ser. Estes pilares em consonância com o pilar Aprender a Aprender, estão interligados para um único objetivo, qual é, o de emancipação e formação integral ou formação holística do ser humano e da sua aprendizagem.

O relatório salienta a formação de profissionais para atuarem a partir de uma concepção de formação educativa no centro da comunidade, pois estes já dispõem de uma experiência e vivência dentro da Universidade para enfrentar e formar as pessoas que estão desempenhando atividades em espaços informais e não-formais da sociedade, e como vimos pela pesquisa realizada, isso é um grande desafio do

nosso tempo. Contudo o processo de formação educativa deve contemplar uma aprendizagem ao longo da vida fundamentada no Aprender a Conviver, pois

[...] este pilar desenvolve o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos. (...) sonha-se com uma educação criativa e que sirva de suporte a esse novo espírito; sem menosprezar os outros três pilares da educação que fornecem, de certa forma, os elementos básicos para aprender a conviver. (DELORS, 1996/2010, p. 13).

Ao analisar os documentos da Universidade no que tange os projetos de ações extensionistas, e o seu papel na comunidade, os documentos compartilham do mesmo entendimento que o descrito no relatório da Unesco quando este, confere especificidade ao processo extensionista, por meio do pilar Aprender a Aprender que situa-se em fronteiras institucionais e sociais que abrem novos horizontes de conhecimentos criativo e inovador,

[...] fortalecendo um percurso mais compreensivo que informativo, mais reflexivo que transferidor de conhecimentos, mais produtivo que armazenador, mais invenção que enquadramento, mais possibilidades que certezas, mais sentido que direção, mais interdisciplinaridade que disciplinaridade, mais complexidade que simplificação, mais sujeitos que expectadores, mais vivências que exigências. (SÍVERES, 2013, p.30).

Neste momento, vale recordar que uma ação extensionista, dentro do contexto do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pela Universidade na comunidade, mostra-se favorável para atividades que permitam uma formação educativa mais ativa e próxima das pessoas que dela necessitam.

No caso dessa pesquisa as oficinas temáticas oportunizaram às participantes, a experiência do encontro e das relações consigo mesmas por meio do outro, principalmente, quando considerado o desenvolvimento das entrevistas e oficinas como atividades que permitiram a todos exercitarem a capacidade de contar histórias de forma criativa, lúdica e divertida, mas com caráter que envolve os aspectos social, aprendizagem e desenvolvimento humano sem ferir a ninguém.

Neste sentido, durante as oficinas observou-se pelos registros e pelas vozes das participantes a relevância da Universidade junto à comunidade por meio das atividades desenvolvidas. Além disso, a necessidade de formação educativa para pessoas que atuam com idosos em comunidades pelas ações extensionistas, com

vista à aprendizagem e ao desenvolvimento humano, conforme os relatos das agentes da PPI.

A1 - A conversa durante as atividades foi muito gostosa e emocionante. Consegui entender que eu preciso entender mais sobre as pessoas idosas para ajudá-las.

A2 - Mesmo nervosa para fazer as oficinas eu gostei, porque aprendi muito sobre estar no lugar da outra pessoa que ajudo. Entender as leis, os direitos e os deveres do cidadão é importante, e agora, eu vou conseguir responder as pessoas quando elas me perguntam sobre o idoso.

A3 - Nossa! Eu não sabia antes desses momentos que o que faço para os idosos da comunidade pode ajudar muitas outras pessoas. Não só o idoso com as visitas que faço mas, as pessoas da família dele, porque eu posso ensinar para eles coisas importantes como, por exemplo, somente ouvir ou escrever em um caderno as histórias que eles contam.

A4 - Fiquei muito animada em ler mais sobre as pessoas idosas e como eu posso ajudar ainda mais as pessoas idosas. Vou conversar com outras pessoas sobre o que aprendi e convidar elas para ajudarem.

Freire (2011, p. 24) alerta para uma reflexão crítica de uma práxis, relação entre teoria e prática, mas sem uma teoria do blá-blá-blá e uma prática de ativismo. Para França, Silva e Barreto (2010) é preciso que as atividades desenvolvidas num contexto extensionista voltada para uma comunidade, proporcionem e contemplem momentos intensos de diálogos, percepções de si e dos outros (coletivo), reflexões da sua realidade com troca de experiências e vivências. Todas as atividades, devem ser desenvolvidas, observadas e acompanhadas por um mediador, para que se transformem em oportunidades de aprendizado significativo e ao longo da vida.

Conforme discorre Saraiva (2015) toda forma de educação é um processo contínuo que exige mudança sobre o vivido do ser humano e pelo ser humano ao longo de toda a sua vida. É pela educação e pelos estudos sobre ela que se descobre, uma educação para muito além dos limites dos muros institucionais. Em outras palavras, é importante considerar o espaço institucional universitário como um dos ambientes possíveis para se aprender, mas não o único, (...) existem diversos lugares, contextos e mesmo nas diferentes fases da vida para desenvolver formação educativa e outras possibilidades de aprendizagem.

Conforme afirmam Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p.22) sobre as ações extensionistas que emergem de questões sociais,

[...] há a necessidade de buscar alternativas para a transformação da realidade de diferentes sujeitos. Para que isto seja possível, cabe a aproximação da academia com a comunidade, a fim de promover a relação entre o saber teórico e científico com o saber popular e a cultura, tendo como finalidade melhorar a qualidade de vida das pessoas, no sentido amplo.

É por meio da extensão universitária que estende, ao maior número de

peças, seus recursos e conhecimentos acumulados que esse espaço ao se articular à comunidade contribui para o desenvolvimento cultural, científico educacional, social e tecnológico, principalmente, quando volta-se para um grupo de pessoas que atuam com idosos e, assim, possibilita uma educação para este segmento da população pois,

se de um lado compete à universidade, na sua função extensionista, socializar conhecimentos, difundindo-os na comunidade e se convertendo em uma força capaz de propiciar a elevação do nível cultural geral da sociedade, possibilitando melhores condições de vida, por outro lado, o empoderamento no Brasil, a partir de 1990, constituiu como objetivo a busca da promoção do desenvolvimento social, abrindo assim espaço para a consolidação de diferentes intervenções práticas voltadas para o idoso, entre elas os Cursos/projetos voltados para a terceira idade. (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, OLIVEIRA, 2015, p.33).

Ainda segundo as autoras, é pela extensão que (...) apresenta-se um propósito de empoderamento e melhoria da qualidade de vida para diferentes grupos da sociedade. (...) as ações extensionistas buscam ressignificar os sentidos dados à própria existência, (...) amplia-se as relações sociais dos sujeitos, seja no grupo em que estão inseridos, seja em outros grupos sociais. (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA e OLIVEIRA 2015, p.35)

A partir do exposto, a pesquisa desenvolvida enfatiza que devemos a Paulo Freire enquanto Universidade e pesquisadores uma forma mais ativa de pensar ações extensionistas e, também, a inserção da Universidade nos espaços informais e não-formais de uma comunidade. A comunidade que deve ser pensada enquanto espaço com inúmeros outros espaços e suas situações, com possibilidades de intervenções compartilhadas, atividades dialogadas que promovem interação, criação e identidades. E, por isso, Paulo Freire na sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) deixa claro que existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo.

No percurso da pesquisa, evidencia-se a Universidade como uma instituição que por excelência é responsável pela disseminação e produção e de conhecimentos, assumindo em suas funções a pesquisa, o ensino e a extensão. Em paralelo as suas funções, a universidade deve desconsiderar as mudanças de ordem demográfica da população e, assim, impulsionar um diálogo de estudiosos e pesquisadores para reflexões em prol de alternativas e estratégias educacionais que impulsione a formação educativa de pessoas que atuam com idosos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciências e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217666812013000100015&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ALMEIDA, S. R. C. O. **Responsabilidade social na Universidade**: uma análise das ações de extensão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. 2017. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/tede/703>>. Acesso em: 28 set. 2021.

ALVES, R. **O velho que acordou menino**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, M. L. **Admirável Mundo Velho**. Velhice, fantasia e realidade social. São Paulo: Ática, 1992.

BEAUVOIR, S. **A velhice**: realidade incômoda. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0252.htm>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961, retificado em 28 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>.

Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º out. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: <https://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária - Edição Atualizada. Brasil - 2000/2001 **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras** e SESU/MEC.

BRASIL. Resolução CNE/CP1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de Educação Básica nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei. **Plano Nacional de Educação 2011-2020**. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).

BRASIL. **Plano Nacional de Educação-PNE**. Brasil: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_contentid16478itemid1107>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Agenda 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 13 out. 2021.

BROOKS, R.; TE RIELE, K.; MAGUIRE, M. **Ética e pesquisa em educação**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade. Campinas: Alínea, 2003.

CACHIONI, M.; PALMA, L. S. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e o idoso. *In*: FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1456-1465.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 7, p. 1-8, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/15225>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CACHIONI, M.; TODARO, M. Á. Política nacional do idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. *In*: ALCÂNTARA, A. O. (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Capítulo 5, p. 175-198.

CALADO, A. J. F. Educação popular nos movimentos sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: [s.n.], 1998.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COOMBS, P. El futuro de la educación no formal en un mundo cambiante. La Educación no formal, una prioridad de futuro. **Documentos de un debate**. Madrid, Santillana: Fundacion Santillana, 1991. p. 43-52.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
DECLARAÇÃO de Hamburgo: agenda para o futuro. *In*: CONFERÊNCIA

INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 5., 1997, Hamburgo, Alemanha. **Anais** [...]. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Tradução José Carlos Eufrazio. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DELORY-MOMBERGER, C. **A condição biográfica**: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada. Natal: UFRN, 2012a.

DIA Nacional do Idoso: conheça políticas públicas para essa população. **Agência Brasil**, Brasília, 01 out. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-10/dia-nacional-do-idoso-conheca-politicas-publicas-para-essa-populacao>>. Acesso em: 23 out. 2021.

FERNANDES, C. M. B. **Sala de aula universitária - ruptura, memória educativa territorialidade**: o desafio da construção pedagógica do conhecimento. 1999. 210 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/inov/producao/teses>>. Acesso em: 11 set. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 93-140.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In*: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.unifalmg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática. *In*: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 5., 1991, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 1991. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária. *In*: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 4., 1990, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 1990. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1990-IV-Encontro-Nacional->

do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. **Extensão Universitária**, Ilhéus, v. 1, 2001. Disponível em:

<http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012a. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-deExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012b. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229/pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

FRANCO, C. M. B. **O envelhecimento ativo e as universidades abertas da terceira idade em Teresina**: desafios contemporâneos. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&idtrabalho=5873075>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 20-39, jul. 2002a.

FUCK, I. T. **Alfabetização de adultos**: relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FULLAT, O. **A educação permanente**. Barcelona: Salvat, 1979.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1976.

FURTER, P. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**: o esquecimento da educação através da educação permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

GARCIA, C. M. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre os pensamentos. *In*: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999. p. 51-76.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-95X.2015v33n3p1229>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Curitiba em dados**. 2021. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

KALACHE, A. **O envelhecimento ativo**: um marco político em resposta à revolução da longevidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional de Longevidade, 2015.

LEMIEUX, A.; MARTINEZ, M. S. Gerontology beyond words: a reality. **Journal Educational Gerontology**, v. 26, p. 475-498, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, L. F. **Conversas sobre matemática com pessoas idosas viabilizadas por uma ação de extensão universitária**. 2016. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2355650>. Acesso em: 05 out. 2021.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

MESZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MERLO, P. M. S. **65 anos de Extensão Universitária na UFES**: uma trajetória de desafios e conquistas. Vitória: UFES/Proex, 2019. Disponível em: >https://proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/65_anos_de_extensao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

MOSQUERA, J. J. M. Educação: emergência de seu processamento epistemológico. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 71-79, 1980.

NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (Orgs.). Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. *In*: CACHIONI, M.; NERI, A. L. **Educação e velhice bem sucedida no contexto das universidades da terceira idade**. Campinas: Papyrus, 2004, p. 110.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1997. p. 15-34.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papyrus, 1999.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

OLIVEIRA, R. C. S. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informe da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento**. Nova York: Nações Unidas, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de Ação Internacional para o envelhecimento**. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMSENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OSORIO, A. **Educação permanente e educação de adultos**. Lisboa: Ariel, 2005.

PAIVA, V. Educação permanente: ideologia educativa ou necessidade econômica social. *In*: PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**.

São Paulo: Cortez, 1985.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PALMA, L. S.; CACHIONI, M. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e com o idoso. *In*: FREITAS, E. V. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1101-1109.

PARADELLA, R. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. **Agência IBGE Notícias**, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. *In*: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

PEREIRA, F. A. **Educação de pessoas idosas**: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins. 2016. 219 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB2_1c97b65fbd40c3ee41495>. Acesso em: 02 set. 2021.

PERUZZO, Dom José Antônio. O trabalho dos líderes voluntários da Pastoral Pessoa Idosa. I Congresso Internacional da Pastoral da Pessoa Idosa. **A riqueza dos anos**. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Imprensa CNBB. Jan/2021. Disponível em <<https://www.cnbb.org.br/dom-peruzzo-fala-do-trabalho-da-pastoral-da-pessoa-idosa-durante-congresso-internacional-em-roma/>>

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.

POSSAMAI, V. D. **Percepção dos idosos participantes de um programa de extensão sobre os pressupostos da política de envelhecimento ativo**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_83d729a25be414ecf222bc8176009b3f>. Acesso em: 29 ago. 2021.

QUEIROZ, Z. P. V.; PAPALÉO NETTO, M. Envelhecimento bem-sucedido: aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. Importância da sociabilidade e da educação. *In*: PAPALÉO NETTO, M. P. **Tratado de gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 807-816.

REQUEJO OSORIO, A. **Educacion de personas mayores**: presupuestos teóricos, contexto sociocultural y estudio comparado de programas educativos. Santiago de Compostel: USC, 2003.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.** [online], v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-3555007000100013>>. Acesso em: 21 out. 2021.

SANTOS, B. S. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, n. 15, p. 77-90, 2004.

SANTOS, B. V. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

SARAIVA, K. M. P. **Tempos de tessituras intergeracionais**: uma reflexão sobre o projeto de extensão "Sacudindo a Memória". Belo Horizonte: [s.n.], 2020.

SCORTEGAGNA, P. A. **Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi e wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606413>. Acesso em: 27 out. 2021.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

SILVA, N. L.; VERGARA, M. A.; SILVA, R. E. **As memórias e saberes de pessoas idosas no espaço universitário**: estudo sobre o Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira idade. São Cristóvão: Ed. UFS, 2015.

SILVA, A. T. D. **Inovação social na extensão universitária**: a experiência no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. 320 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/4357649>>. Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, F. M. **Reflexões sobre a Universidade da Terceira Idade (UnTI) na gestão das universidades públicas federais brasileiras**. 2017. 245 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_4d990a6ca8c0af3ae85acc116a203084>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SOEK, Ana Maria e HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **Andragogia**: desenvolvimento pessoal e a aprendizagem do adulto. Educação, Porto Alegre, v.

44, n. 2, p. 1-11, maio-ago. 2021 | e-33428. Disponível em:
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33428/27013>>
Acesso em 21 dez. 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão**. 2009. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TODARO, M. A. Direitos humanos e pesquisas em gerontologia. **A Terceira Idade**, v. 21, n. 49, p. 26-38, nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa.

Resolução CEP nº 08 de 1983. Dispõe sobre os Cursos de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1983. Disponível em:
<http://www.soc.ufpr.br/portal/wpcontent/uploads/2016/07/resolucao_cepe_18122008-344.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa.

Resolução CEP nº 16 de 1991. Fixa Normas para execução do Programa Bolsa Extensão para estudantes de graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1991. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa.

Resolução CEP nº 24 de 1993. Dispõe sobre as Atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993. Disponível em:
<<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino e Pesquisa.

Resolução CEP nº 56 de 1988. Dispõe sobre Atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1988. Disponível em:
<[http://www.proec.ufpr.br/links/extensao](http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html)>.html. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 23 de 2001**. Dispõe sobre Atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Resolução CEPE nº 70 de 2008. Dispõe sobre as Ações de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em:
<<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>>. Acesso em: 06 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Resolução CEPE nº 72 de 2011. Dispõe sobre as Atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>>. Acesso em: 08 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Resolução COUN nº 06 de 1997**. Aprova alterações no Estatuto da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>. Acesso em: 27 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade Federal do Paraná. Da Universidade e seus fins**. 2003. Disponível em:

<<http://www.terra.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/Estatuto-da-UFPR.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016)**. Curitiba, 2012. Disponível em:

<<http://www.proplan.ufpr.br/portal/pdi/PDI%20UFPR%202012-2016.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2021.

YAMASAKI, F. **Participação de idosos em um projeto de educação continuada sob a perspectiva da psicologia social comunitária**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_500f945fb15c351338b9641d2aec0b9e>.

Acesso em: 13 set. 2021.

ZAYAS, E. L. **O paradigma da educação continuada**. Porto Alegre: Penso, 2012.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO IDOSOS DA IGREJA SÃO PEDRO E SÃO PAULO

Nós, Profa. Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv e Cristiane Dall' Agnol da Silva Benvenuti, professora e doutoranda, respectivamente, do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação, Linha Cognição Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estamos convidando você, que atua no Grupo da Pastoral da Pessoa Idosa da Igreja São Pedro e São Paulo, a participar da pesquisa intitulada “Universidade & Comunidade: parceria e compromisso na Formação da Equipe da Pastoral da Pessoa Idosa” A importância deste estudo justifica-se na amplitude da função social da universidade com a sociedade de forma geral e a influência desta instituição nas ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade no atendimento a função educativa de quem atua com o idoso.

a) Desenvolver ações extensionistas em parceria Universidade e Comunidade voltada à formação de pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa em espaço religioso.

b) Caso você concorde em participar da pesquisa, será necessário que responda um questionário, uma entrevista semi-estruturada e participar das Oficinas temáticas com atividades dialogadas, presencialmente, em data e horário pré-agendado, conforme as datas disponibilizadas pela igreja.

c) Para tanto você deverá responder um questionário que lhe será disponibilizado numa reunião, cujo preenchimento levará aproximadamente 30 minutos, no espaço físico da Igreja São Pedro e São Paulo Deverá participar da entrevista presencialmente, com tempo previsto de 30 minutos. Também de forma presencial, deverá participar das cinco oficinas temáticas.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a constrangimento ou cansaço em alguma etapa dessa pesquisa. Caso você não compreenda alguma questão no preenchimento do questionário, ou para responder a entrevista ou participar das oficinas, poderá solicitar esclarecimentos e informações necessárias às pesquisadoras para atendê-lo no que for preciso. Você poderá interromper sua participação em qualquer momento sem prejuízo algum. Os protocolos de segurança apresentados pela OMS serão seguidos rigorosamente, evitando assim o contágio do vírus da Covid-19, para tanto, pedimos que você faça uso de máscara e de álcool em gel.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo poderão surgir, tal como a possibilidade de constrangimento dada a natureza do questionário e entrevista, em especial, ao responder uma ou mais questões. Caso isso ocorra, o preenchimento do questionário ou a participação nas entrevistas, também, poderão ser interrompidos em qualquer momento sem nenhum prejuízo a você.

f) Os benefícios diretos esperados com essa pesquisa é possibilitar a você uma reflexão que possibilite um maior entendimento da necessidade da inserção de ações educativas em diferentes espaços e tempos, como responsabilidade da sociedade de devolver à comunidade, junto aos participantes dessa pesquisa, o desenvolvimento de uma formação educativa, que hoje se configura como um compromisso emergente

e real.

g) Os pesquisadores Profa. Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv (pesquisadora principal e orientadora) e Cristiane Dall' Agnol da Silva Benvenuti (orientanda), responsáveis por este estudo, poderão ser contatados no Campus Rebouças da UFPR, sala 229, localizado na Rua Rockfeller, 52, Centro, Curitiba-PR. Você poderá manter contato com os pesquisadores através dos e-mails: sharacemiv@ufpr.br e cristianesibenvenuti@gmail.com, a qualquer dia e hora. Por telefone ou WhatsApp, o contato poderá ser realizado pelo celular (41) 99678-6117, de segunda a sexta-feira das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min, a fim de esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e obter as informações necessárias, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam a cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em posse das pesquisadoras.

i) O material obtido com as suas respostas ao questionário, a entrevista e as atividades desenvolvidas nas oficinas temáticas serão utilizadas unicamente para essa pesquisa e será destruído ao término do estudo, dentro de 5 anos.

j) As informações relacionadas ao estudo serão conhecidas pelos responsáveis pela pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada para que a sua identidade seja preservada e mantida a sua confidencialidade.

k) Você terá a garantia de que, quando os dados e resultados obtidos com este estudo forem publicados, não aparecerá seu nome.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo e-mail cometica.saude@ufpr.br e/ou telefone (41) 3360-7259, das 08h30min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos que, nesta pesquisa, correspondem ao estabelecido pela Resolução CNS nº 466/2012.

n) Você poderá receber e ter acesso a qualquer momento, antes, durante e após a pesquisa, a todas as informações e esclarecimentos necessários que registrou no TCLE por meio das pesquisadoras.

Declaro que li este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que

recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Ao clicar no botão abaixo, você concordará em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche esta página no seu navegador.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Nome completo:

Profa. Dra. Sonia Maria Chaves Haracemiv
Orientadora e Pesquisadora Responsável

Cristiane Dall' Agnol da Silva Benvenuti.
Pesquisadora Integrante da Equipe Responsável pela Aplicação do TCLE

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Senhor(a)

Este questionário faz parte de um estudo que estamos realizando com o objetivo de ouvi-lo(a) sobre a pessoa idosa, os conhecimentos que perpassam o seu cotidiano e constituem aspectos que envolvem identidade, vivências e direitos sobre o idoso. Contamos com a sua colaboração para que possamos compreender melhor o seu entendimento e a sua trajetória de vida sobre o idoso.

Agradecemos sua participação.

1º Campo Investigativo: Identificação

1.1 Idade: _____ anos.

1.2 Sexo:

() Feminino () Masculino

1.3 Estado civil:

() Solteiro () Casado () Viúvo () Separado Divorciado () União Estável
Outro, qual? _____

1.4 Escolaridade:

1.4.1 Educação Básica

- () Fundamental Completo
- () Fundamental Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Médio Incompleto

1.4.2 Ensino Superior

- () Ensino Superior Completo
- () Ensino Superior Incompleto

1.5 Renda mensal familiar

- () Até 1 salário mínimo
- () De 1 até 2 salários mínimos
- () De 2 a 3 salários mínimos
- () De 3 a 4 salários mínimos
- () De 4 a 5 salários mínimos
- () Mais de 5 salários mínimos

1.6 Moradia

- () Casa Própria
- () Casa Alugada
- () Casa Cedida
- () Não possui moradia fixa
- () Mora em alguma instituição

1.7 Com quem mora:

- Companheiro
- Filho(s)
- Neto(s)
- Amigo(s)
- Sozinho
- Outro(s) parente(s)? _____

1.8 Possui quantos filhos:

- Não tem filho
- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- 4 ou mais filhos

2º Campo Investigativo: Vivências em Espaços Educativos

2.1 Há quanto tempo você frequenta as atividades pastorais na igreja?
Frequento há _____ anos.

2.2 Quais são as atividades pastorais que você participa na igreja além da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI)?

2.3 O que levou você a participar de atividades com idosos?

2.4 O que mudou em sua vida, após você começar a participar das atividades com idosos? (Você pode assinalar mais de uma alternativa)

- Conheci novas pessoas.
- Descobri que tenho capacidade de aprender coisas novas.
- Estou realizando atividades diversificadas.
- Sinto-me mais realizado(a).
- Superei o sentimento de _____.
- Sinto que sou útil.
- Nada mudou. Por quê? _____

2.5 Como você se sente depois que iniciou as atividades na igreja?

2.6 O que você gostaria que mudasse nas atividades para envolver mais as pessoas idosas?

2.7 Quantas vezes por semana você realiza atividades com as pessoas idosas?

- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- 4 vezes
- 5 vezes

3º Campo Investigativo: Direitos dos Idosos

3.1 Você conhece ou já ouviu falar do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)?

Sim Não

3.1.1 Se **sim**, quais são as principais contribuições do Estatuto do Idoso para a terceira idade?

3.1.2 Se não, quando ouve falar em Estatuto do Idoso, o que ele representa para você?

3.3 Sua cidade tem Conselho Municipal da Pessoa Idosa?

Sim Não Não sei

3.3.1 Se não ou não sei, você poderia relatar sobre o que trata o Conselho Municipal do Idoso?

3.4 Você participa de algum conselho ou entidade que defende os direitos dos idosos?

Sim Não, mas já participei. Não, nunca participei.

3.5 Como você contribui para que os direitos da pessoa idosa sejam respeitados no local em que você vive?

- Discutindo sobre os direitos com familiares e amigos.
- Conhecendo os direitos da pessoa idosa.
- Ensinando para filhos e netos quais são os direitos da pessoa idosa.
- Participando de ações públicas em defesa destes direitos.
- Não contribuo.

3.6 Você participaria de alguma manifestação em prol dos direitos da pessoa idosa? Sim Não Não sei

3.7 Você procura saber de notícias sobre a situação da pessoa idosa no Brasil?

Sim Não Por quê? _____

3.8 Para você, hoje, qual é a situação social da pessoa idosa no Brasil?

- Discriminação e marginalização.
- Dificuldade de acesso à saúde.
- Problemas econômicos.
- Violência.
- Reconhecimento e valorização.
- Outro. Qual (is)? _____

3.9 Qual é a maior dificuldade que a pessoa idosa enfrenta?

Preconceito

Aposentadoria

Financeira

Moradia

Transporte

Saúde

Educação

Família

Outra (s). Qual (is)? _____

3.10 Em sua opinião, quais ações podem ser realizadas para que a pessoa idosa possa ser mais respeitada e tenha os seus direitos garantidos?

3.11 Qual é a contribuição de uma educação, formação educativa, conhecimento, respeito e reconhecimento social e dos direitos para as pessoas que atuam com a pessoa idosa?

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

Prezado(a) Senhor(a)

Esta Entrevista faz parte de um estudo que estamos realizando com o objetivo de ouvi-lo(a) com relação ao seu conhecimento sobre a pessoa idosa e que que perpassam o cotidiano e se constituem aspectos que envolvem identidade, vivências e direitos humanos. Contamos com sua colaboração para que possamos compreender melhor o perfil e a trajetória de vida dos participantes que atuam com pessoas idosas.

Agradecemos sua participação.

Data da Entrevista Narrativa: ____/____/____

Temática: O meu Eu e as minhas relações sociais – significados, sentidos, histórias, memórias e experiências narrativas.

Olá!

Sou a Cristiane e estou pesquisando sobre a formação educativa de pessoas que atuam na PPI a partir de atividades extensionistas da Universidade junto à Comunidade. Para esta pesquisa, vou precisar conhecer um pouco sobre a sua atuação com idosos na igreja São Pedro e São Paulo de Curitiba-PR.

Neste **primeiro momento da entrevista**, peço que conte a sua história de vida.

Você pode começar pelo seu nascimento, e contar todas as coisas que ocorreram, uma após a outra, até os dias de hoje. Para este momento, o(a) senhor (a) poderá narrar/falar de forma calma, sem pressa, contar os detalhes, pois tudo que para você for significativo é importante para mim. Durante a sua fala, eu não vou interromper para que conte sua história de vida, livremente. Você dirá quando a história acabou. Então, farei algumas perguntas para esclarecer algo que não compreendi ou gostaria de saber um pouco mais. Você concorda?

Neste **segundo momento da entrevista**, peço que narre/ fale/ conte uma história, um conto, uma poesia, uma receita, uma viagem, um passeio, um filme, uma música, um desenho, ou seja, vivências de algo muito significativo e do “arco da velha”. Ao término, explique o motivo de tanto significado para a sua vida. Você concorda?

APÊNDICE 4 – OFICINAS TEMÁTICAS

A partir da voz dos(as) participantes da entrevista, as oficinas serão desenvolvidas de forma articulada e adaptada com o significado do que se constitui ser uma pessoa idosa, num constante processo de construção do conhecimento, baseado em aspectos significativos da realidade narrada e vivenciada por eles.

Oficina 1: Varal - Herança Cultural

"O ato de lembrar, é sobretudo o trabalho de localizar lembranças no tempo e no espaço" (ALBUQUERQUE, 1994, p.44)

Com o objetivo de preservar e divulgar a herança cultural de gerações passadas, vamos expor no varal "Herança Cultural" histórias, receitas, poemas, músicas, contos, filmes, e outros, que foram narrados pelos idosos no segundo momento da entrevista narrativa. Após identificarem o seu momento significativo, cada um deverá registrar e explicar este momento, por meio de uma palavra. As palavras irão compor o painel de sentidos e significados de vida sobre a pessoa idosa. Este painel e o varal Herança Cultural, irão permanecer expostos no mural da igreja.

Oficina 2: Fotografia

"Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares..."
Guimarães Rosa em Grande sertão veredas.

Vamos realizar atividades com **fotografias** propondo uma discussão sobre permanências e mudanças a partir das fotos antigas e atuais que os participantes irão levar no dia desta oficina. Em seguida, será realizado um momento para diálogo sobre as mesmas e a realização de pinturas representativas em papel A3.

Oficina 3: Dos Direitos da Pessoa Idosa

Nesta oficina, será proposto um momento de leitura e compreensão sobre os Direitos dos idosos por meio de atividades que irão envolver o Estatuto da Pessoa Idosa. Para compor este momento, será realizada uma roda de conversa e ao término a exposição de palavras que identificam no Estatuto os direitos da pessoa idosa. As palavras irão ser expostas na igreja.

Oficina 4: Música

Vamos trazer de volta as suas emoções, lembranças e os sentimentos por meio de **músicas** da época deles mesmos e/ou de seus avós, e que foram narradas por eles durante a entrevista. Após o término desse momento, cada um receberá a letra do poema de Cora Coralina: "Assim Vejo a vida". Os participantes, irão receber materiais para a organização de mensagens para as novas gerações sobre a pessoa idosa, a partir de suas lições de vida, e a temática: **Quem é a pessoa idosa na sociedade?** As mensagens serão fixadas em cartazes e expostas no *hall* de entrada da igreja.

Assim eu vejo a vida

A vida tem duas faces: Positiva e negativa

O passado foi duro, mas deixou o seu legado

Saber viver é a grande sabedoria

Que eu possa dignificar, minha condição de mulher

Aceitar suas limitações. E me fazer pedra de segurança dos valores que vão desmoronando.

Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo;

Aprendi a viver. (Cora Coralina)

Oficina 5: Jogo

Nesta oficina, faremos uma roda de conversa para socializarmos o desenvolvimento, o que aprendemos durante os dias de oficina e as contribuições das pessoas da PPI sobre a formação deles pela Universidade e Comunidade sobre os idosos. Finalizaremos com o **bingo: Símbolos e Significados**. Nas cartelas teremos os símbolos que durante as entrevistas e oficinas foram identificados nas falas dos participantes. Exemplos: Igreja, imagens de santos, paisagem, cidades e outros. Para complementar e encerrar as oficinas, os participantes poderão registrar em forma de poesia, texto ou desenhos “**o lugar da pessoa idosa no espaço religioso, a igreja**”.